

## ATA DEGRAVADA DA 165ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2 Aos treze dias do mês de janeiro de 2012, às nove horas, no plenário do Conselho Estadual da  
3 Assistência Social – CEAS realizou-se a centésima sexagésima quinta Plenária Ordinária do  
4 CEAS, coordenada pelo seu presidente Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, onde  
5 estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Júlio César de Oliveira Brum/IMSNS,  
6 Cristiane Nazareth da Silva/ISJB, Ana Paula Simões Hilário/CMAS-BH, Mario  
7 Alves/Aconequistac, Edir Petruceli/SEE-MG, Marcelo Armando/CRESS, Márcio  
8 Caldeira/ASSPROM, Luiz George Marcelli da Trindade – CMAS/Lagoa Santa, Nívia  
9 Soares/SEDESE; conselheiros suplentes: Volney Lopes/Psind, Edma A. Marinho/SEDESE,  
10 M<sup>a</sup> de Lourdes Damasceno/SEAPA; os convidados: Leonardo Pereira – Prefeitura Municipal  
11 de Santa Cruz do escalvado, José Antonio dos Santos – representante dos atingidos, Geraldo  
12 A. Santos – Atingido Candonga, Adenor M. da Silva – Prefeitura Municipal de Ribeirão das  
13 Neves, Antonio Aureo – CMAS Rio Doce, Cláudia Iacomini Cabral – Ministério Público,  
14 Bárbara Moreto Sartori – CMAS Rib. das Neves, Sore Alexandre Fonseca – Pref. Mun. Do  
15 Rio Doce, Sandro M. F Horta – Consórcio Candonga, Glauco Gonçalves - Consórcio  
16 Candonga, Marcelo Micherif – Consórcio Candonga; membros da Secretaria Executiva:  
17 Consolação Cifani da Conceição, Rosalice Tassar, Maria Luisa Carvalho, Elizabeth, Maria  
18 Paula, Luciana e Erika Ribeiro da Cruz. O presidente inicia a plenária: Antes de mais nada, eu  
19 quero só clarear que, por ordem regimental, o início da nossa plenária é as nove e segunda  
20 chamada às nove e trinta, em função de quorum. E eis que agora em segunda chamada, a  
21 gente inicia. Para a nossa alegria, ainda que com atraso, mas com quorum. Já do conselho.  
22 Cumprimentar os presentes aqui. Nós estamos com muitas pessoas aqui. Ligadas aos  
23 empreendimentos que a gente tem a maioria. Quero aqui, também aqui ressaltar, a presença  
24 do Jaider Oliveira, que é do Conselho Regional de Psicologia. Seja bem vindo. A nossa  
25 querida colega aqui que acompanha o nosso Conselho, da Promotoria Pública do Estado. Ex-  
26 conselheiro Adenor, do Conselho Estadual, mas está aqui conosco. Mas continua como  
27 conselheiro, da cidade de Neves. Bom, e a todos conselheiros. A maioria aqui já sabe que a  
28 minha fé é cristã, embora eu prima pelo culmenismo. Peço a Deus que oriente o nosso  
29 trabalho no dia de hoje, que esteja presente durante a nossa jornada. Estaremos realizando a  
30 165ª Plenária Ordinária, com uma pauta que já se encontra em mãos dos conselheiros. E que  
31 eu gostaria que pusessem em mãos, por favor, que eu quero fazer duas propostas. A primeira  
32 delas é após a letra C, que diz respeito aos informes. Antes de entrar na letra D, a gente tentar  
33 entrar com um ponto de pauta, que é a justificativa dos municípios, no que diz respeito a uma  
34 deliberação na plenária anterior. Onde este colegiado pediu que alguns municípios se  
35 manifestassem em plenária. A respeito da situação de um não preenchimento do SIM e outra  
36 situação a respeito da não utilização de verba para a criança e o adolescente. Eu gostaria de  
37 fazer uma inversão para que aqueles municípios que estiverem presentes pudessem ficar  
38 inteiramente à vontade, para se deslocar e retornar aos seus municípios, ou se quiser estar  
39 conosco durante a plenária toda, será um prazer. E a segunda seria na letra D. Que é a  
40 apresentação dos trabalhos das comissões temáticas. Que a gente fizesse uma inversão, na  
41 letra B que é as normas da UHE Candonga, pra trocar com a letra A. Então a gente só inverte  
42 a posição. Normas entre primeiro e logo em seguida política. Alguma manifestação dos  
43 conselheiros contrária? Podemos considerar então alterada a pauta? OK. Nós temos  
44 justificativa de ausência de quatro conselheiros mor. Conselheira Guilhermina Torga, da  
45 Secretaria de Estado da Fazenda, encontra-se em férias. O Conselheiro André Luiz de  
46 Oliveira, do Conselho Municipal de Assistência Social de Ituiutaba, encontra-se em férias. A  
47 Conselheira Soraia Regina, da Secretaria de Estado da Educação, encontra-se em férias. E a  
48 nossa querida conselheira, e diretora secretária deste Conselho, Elizabeth Leitão, encontra-se  
49 afastada por motivo de saúde. E a gente, particularmente aqui eu rogo a Deus pela  
50 recuperação e estado de saúde dela, para que possa estar conosco o mais rápido possível. Nós

51 temos um conselheiro novo, no Conselho Estadual de Assistência. E jovem de idade, mas já  
52 com uma caminhada consagrada, que pode colaborar muito com este colegiado estadual. Que  
53 é o Conselheiro Mauro Alves de Souza, como primeiro titular. Representando a Associação  
54 da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Então Mauro, seja bem vindo. Nós o  
55 consideramos empossado neste momento. E a partir de então, está como Conselheiro Estadual  
56 de Assistência Social de Minas Gerais. Portanto autoridade pública estadual, por prestar  
57 serviços de relevância pública. Seja bem vindo a este colegiado. E eu peço aos demais  
58 companheiros, uma salva palmas para a posse. O Mauro já esteve conosco ontem, Mauro.  
59 Apreciou um pouquinho dos nossos trabalhos, nos que diz respeito à composição das  
60 comissões e a construção dos trabalhos que é sempre feito de forma coletiva. Encaminhado a  
61 este plenário para deliberação. Você sabe e conhece melhor do que nós, da responsabilidade  
62 que tem, de fazer uma representação, necessária, e com muita competência, que são as  
63 comunidades quilombola. Que sempre foi relegada neste país, a segundo plano, que a gente  
64 precisa tentar no mínimo, ressarcir os direitos que lhes foram violados. Quanto a informe. Eu  
65 quero abrir aos conselheiros. **Conselheira Juanita:** Bom dia a todos e a todas. Sejam muito  
66 bem vindos a esta plenária. Eu gostaria de informar, devido a essa situação de calamidade e  
67 emergência que se instalou no Estado e no País. Minas Gerais, até quarta-feira, estava com  
68 104 municípios que decretaram esta situação de emergência. Desde quarta, porque foi o  
69 último dia que eu estava na SEDESE. Não sim. Mas, 104 é que foram decretadas e  
70 homologado pelo Estado, esta situação de emergência. Frente a isso, o Governo de Minas,  
71 antecipou o pagamento do piso mineiro de assistência social, para esses municípios. As seis  
72 primeiras parcelas do ano. Para que esses municípios. Como piso mineiro ele é flexível. Se o  
73 município queira alocar esse recurso em benefícios eventuais. Para o atendimento às famílias  
74 que se encontram nessa situação de emergência. Passando por esta situação. A outra situação,  
75 é que nós estamos juntamente com a MDS. A SEDESE está encaminhando para o MDS,  
76 diariamente, essas homologações do governo de Estado, para esses municípios que se  
77 encontram nessa situação. Para comunicação à Caixa Econômica Federal, para a antecipação  
78 do pagamento do benefício do Programa Bolsa Família, pra essas famílias dos municípios que  
79 decretaram essa situação também. Então 104, porque foi até quarta-feira que nós estamos lá,  
80 então essa. É claro que subiu. Me parece que já subiu mais. Até hoje de manhã, que eu estava  
81 assistindo o jornal. Então isso está sendo feito à medida que estão ocorrendo às  
82 homologações. As outras situações, é que nós estamos com técnicos nessas cidades em  
83 situação de emergência, orientando os gestores municipais que na cidade do interior tem mais  
84 dificuldades de providenciar essa logística. Na verdade as doações estão chegando. As  
85 doações de empresários, do próprio governo do estado, do próprio governo federal. Doações  
86 de alimentos, material de limpeza. Então os nossos técnicos estão ajudando os gestores, nessa  
87 logística de cadastramento de famílias. O atendimento em abrigo, o atendimento a receber  
88 esses benefícios. Além do levantamento de danos a essas famílias. E orientando os gestores  
89 no quê que a Assistência Social pode estar junto a essas famílias. Era só isso presidente.  
90 **Presidente:** Algum outro Conselheiro? **Conselheiro Marcelo:** Senhor  
91 Presidente. Senhores conselheiros, visitantes. A minha fala não é em cima de informe. Mas é  
92 em cima do que a Juanita apresentou, aqui pra nós. A gente sabe que a Secretaria de Estado, a  
93 SEDESE, ela sempre busca formas e mecanismos para poder atender essas pessoas que são  
94 vitimadas com alguma forma de calamidade. Mas eu queria trazer uma preocupação. Se é que  
95 é uma preocupação. A informação que você nos traz é de que o recurso do IGB, não é? Do  
96 IGBM. Ah! O recurso do piso mineiro será adiantado para os municípios. Como forma de  
97 contribuição financeira pra poder ajudar na gestão daqueles municípios. A minha preocupação  
98 é a seguinte: tudo bem adiantou. E lá na frente, esse recurso não poderá causar qualquer  
99 prejuízo para os municípios. Considerando que adiantou, e eles vão ter que utilizar esses  
100 recursos imediatamente. E como fica as parcelas posteriores? O Estado será que não pensou

101 numa forma, já que nós temos, já que nós temos o benefício eventual como forma  
102 orçamentária de repasse de recurso. De que fosse suplementado o recurso de outra área, pra  
103 poder repassar para os municípios e esse recurso do piso mineiro, já que era um recurso  
104 continuado. E esse recurso continuado os municípios contam com ele mês a mês, pra que  
105 possam fazer suas atividades mês a mês. Será que o Estado, a Secretaria de Estado não pensou  
106 em suplementar recurso de outra, de outra, de outra pasta. Ou de outra secretaria, ou de outro  
107 setor, de outro órgão pra poder fazer esse atendimento. O que me preocupa, entendeu Juanita?  
108 É a continuidade dos serviços, daquele piso mineiro que, posteriormente pode fazer falta para  
109 os municípios. **Conselheira Juanita:** Bom. Na verdade, como todos sabem, o piso tem  
110 flexibilidade pra pagar serviços e benefícios, benefícios eventuais. O benefício eventual, no  
111 caso de pagamento, fica a critério do município em fazer a opção. O que o Estado fez foi  
112 antecipar as parcelas que seriam pagas mensais, no intuito de, caso o município necessite e  
113 queira. Utilizar esse montante de adiantamento desses seis meses, em prol dessa situação de  
114 emergência que ele está passando. Não significa necessariamente que com essa liberação ele  
115 vai alocar para o benefício. Vai depender de um planejamento dele lá, e com autorização do  
116 Conselho Municipal de Assistência Social. O que a gente sabe na realidade, Marcelo. É que  
117 quando essas eventualidades ocorrem muitas vezes o município está. Não está precavido para  
118 estas situações. Inclusive o benefício eventual no município dele, não está regulado. Porque  
119 pra ele fazer essa concessão, continuamente, ele tem que ter essa regulação com critério  
120 especificado pelo Conselho. Infelizmente, o que a gente sabe é que no município essa  
121 regularização do SUAS ainda não chegou. Então o que a SEDESE fez, dentro do que ele  
122 competia e dentro do que ele dispunha nesse momento, foi antecipar para os municípios.  
123 Esses 104, e que estavam inclusos dentro do piso. Porque não teve nem jeito de incluir outros,  
124 foi antecipar essas parcelas. Os demais vão ter as parcelas mensais. Agora o piso, é o  
125 município que sabe e fala junto com o conselho aonde que ele vai relocar o recurso.  
126 **Conselheiro Marcelo:** De qualquer forma, no meu ponto de vista, não me atende não porque,  
127 eu acho que o Estado tem outros mecanismos pra poder repassar recurso para uma situação  
128 como essa. Se os municípios não têm ainda, o benefício eventual, devidamente criado,  
129 regulado. Então pouco vai adiantar o repasse do piso mineiro pra gastar naquele recurso de  
130 benefício eventual, já que não existe o benefício eventual pra se gastar. Mas de qualquer  
131 forma, só mesmo pra registrar essa preocupação e dizer que a gente entende, assim mesmo  
132 que, com as dificuldades, está se repassando alguma coisa para os municípios. Não sei se isso  
133 vai resolver a situação. Penso deveria que o Estado ter olhado com maior cuidado, com maior  
134 critério. Ter repassado maior recurso, através de outras formas. Mas não, penso eu, não  
135 mexendo nesse piso mineiro, porque no meu ponto de vista vai criar problemas mais na frente  
136 para os municípios. **Presidente:** Algum outro conselheiro? Sobre informe? OK. Eu quero  
137 também dar um informe. No que diz respeito à recomposição da secretaria executiva deste  
138 conselho. Nós tivemos a recomposição, no corpo técnico, com as presenças da Paula, que é  
139 psicóloga. Aí eu estendo as considerações feitas ao Oliveira, lá do CRP, à Paula que está na  
140 comissão de apoio. E anunciando sejam bem vindas, por favor, fique de pé. As duas são  
141 técnicas deste conselho. Sejam bem vindas ao meio, já estão já em pleno desenvolvimento da  
142 função. E a Luciana está na comissão de normas, já atuou ontem dentro da comissão. De  
143 forma profícua. Muito obrigado. Quero também aqui, ressaltar a presença do nosso. E é até  
144 bom o tema que o Marcelo acabou de provocar aqui e a Juanita fez um comentário. Nosso  
145 presidente do Conselho Municipal do Vale do Rio Doce. Seja bem-vindo. Sempre bom estar.  
146 Hein? Desculpe Rio Doce. E a nossa vice-presidente de Ribeirão das Neves. Está aqui. Então  
147 como responsáveis que são pelos alvos de controle municipal, é bom que apreciem essa  
148 situação. Muito embora com tristeza, porque a gente está vivendo uma situação de calamidade  
149 pública, que diz respeito à natureza. Mas aí eu acho que todos nós deveríamos. Ontem eu fiz  
150 esse comentário aqui, durante a reunião nossa de comissões. E quero aproveitar que tem

151 outros municípios presentes. Todos são cidadãos responsáveis, para que a gente possa pensar  
152 mais coletivamente. E nesse sentido que o Marcelo levanta, eu diria que, é muito importante  
153 que os entes federados, município e estado, estejam presentes nessa hora. Com recurso  
154 público. Mas mais do que isso eu diria que é a união. Porque o nosso Estado representa 15%  
155 da composição dos 5565 municípios desse país. Não é? E o nosso estado foi relegado. Eu não  
156 diria segundo não, a último plano. Um estado com 15% de municípios e receber cento e  
157 poucos milhões. Numa necessidade de um bilhão e meio, para calamidade pública é ridículo.  
158 Então eu só quero fazer essa colocação, pra que a gente possa cada um de nós, com os nossos  
159 parlamentares que nos representam, não só na assembléia legislativa estadual, mas também no  
160 congresso nacional, que cumpram no mínimo, o seu dever de ofício, enquanto parlamentar, de  
161 representar o povo. E nesse momento, dizer pra união que o dinheiro que está lá, não pertence  
162 a nossa presidenta e muito menos a um ministro. Pertence a cada um de nós que contribui  
163 com ele. E aí ele deve ser revertido principalmente num momento deste de calamidade. E às  
164 vezes a gente esquecer de cumprir esse nosso papel. E fica os parlamentares fazendo,  
165 procedendo a farra do boi e com maus salários, sem dar o retorno que deveriam. Não tendo  
166 mais informes, eu passo então ao ponto seguinte que inclusive é a inclusão de pauta que eu  
167 solicitei, que é a justificativa dos municípios. Eu quero só pra lembrar, voltar a memória dos  
168 nossos conselheiros, na plenária, que foi destinado verba para o serviço de convivência e  
169 fortalecimento do vínculo familiar, pra crianças e adolescentes de seis a quinze anos. Então é  
170 só pra gente lembrar, que nós estamos falando, portanto, de um público, que faz parte do  
171 maior quantitativo dos beneficiários da política pública de assistência social. E conforme uma  
172 lei federal é prioridade absoluta. E assim sendo, o recurso foi repassado aos municípios pra  
173 execução e desempenho dessa função. E a gente tem que ter hoje, dentro da própria  
174 generalização da criminalidade e da violência que assola o nosso estado e os nossos  
175 municípios. Principalmente na questão de droga. Eu penso que é um trabalho preventivo, a  
176 gente estar fortalecendo o vínculo familiar. E mais do que isso, a prevenção maior ainda, é  
177 tirar a ociosidade dessas crianças e adolescentes, principalmente das famílias mais  
178 empobrecidas. Eu diria que a pobreza não é sinônimo de violência e não é sinônimo de  
179 criminalidade. Mas é um excelente fio condutor pra tal. E assim sendo, a gente viu alguns  
180 municípios não cumprir, não realizar esses recursos. Então esse órgão colegiado estadual,  
181 deliberou por chamar os colegiados, os representantes dos colegiados municipais, no que diz  
182 respeito ao controle social. Que a gente pudesse apreciar qual a razão de não ter gastado um  
183 dinheiro, que é pra prioridade absoluta, que é um dinheiro que se faz necessário num  
184 momento que o crack toma conta do nosso país. E principalmente para tirar a ociosidade de  
185 tempo desses meninos. Do período fora da escola. Enquanto a gente não tiver a educação de  
186 tempo integral. E aí nós convidamos todos os municípios, pra que pudessem estar falando isso  
187 pra nós. Alguns municípios, não gastaram o dinheiro. E aí, além de não gastar, por  
188 justificativa dessas situações que eu coloco, ainda tem uma outra situação, que gera um  
189 prejuízo maior, no que diz respeito à visão futura de médio prazo. Porque quando não se gasta  
190 um valor que foi orçado e que foi repassado, ele prejudica as pessoas que estão ligadas ao  
191 orçamento, porque para o ano seguinte, quando você pede um novo recurso, ele diz que você  
192 não gastou. Então você não precisa mais daquele recurso. E se você pede para ampliar, pior  
193 ainda. Se você não gastou aquilo que eu passei porque quer ampliação. E aí a gente vai  
194 perdendo dinheiro que está no nosso seguimento, pra outras pastas. Então isso no mínimo é  
195 uma omissão nossa. E a segunda situação, são outros municípios que simplesmente deixaram  
196 de preencher o SIM. E aí por não preencher o SIM, não existe, o Estado não repassa esse  
197 recurso. E não repassando esse recurso, fica uma situação muito ruim pra nós. Por que além  
198 de não estar atingindo o objetivo fim, o que a gente observa é que o Estado em função da  
199 gestão, o órgão de controle municipal, que são os conselhos municipais de assistência social,  
200 se não atuarem de forma preventiva e de forma forte, no que diz respeito à má gestão do

201 dinheiro, prejudica quem está na ponta. Eu diria que nós, só existimos enquanto colegiado  
202 para a política pública de assistência, em função de existir o beneficiário da política pública  
203 de assistência. E a gente não está tendo esta visão, no momento que a gente omite ou no  
204 mínimo não cumpre as normativas que diz respeito a essas situações. No que diz respeito ao  
205 não preenchimento do SIM, são os municípios de Poços de Caldas, Manga, Muriaé e  
206 Uberlândia. E eu pergunto se tem representação desses quatro municípios aqui presente. OK.  
207 OK. A correspondência foi solicitando que estivesse aqui, pra prestar esclarecimento.  
208 Enquanto órgão colegiado. Eu remeto de volta, portanto, essa não presença desses municípios  
209 à comissão, para que façam uma avaliação. E no mínimo uma correspondência dura. No que  
210 diz respeito, não só a negligência e a omissão do seu papel, mas também de manter e inclusive  
211 estar presente aqui conosco, pra que a gente pudesse socializar a nossa compreensão. E no que  
212 diz respeito ao não cumprimento da verba, nós temos o município de Ibitité, Ribeirão,  
213 prestação de contas. Ibitité, Ribeirão das Neves e Vespaziano. Sei que Ribeirão das Neves  
214 está presente. Eu pergunto se tem representante de Ibitité e Vespaziano. Também não? O  
215 encaminhamento é o mesmo. Eu gostaria de dar voz a Ribeirão das Neves. Não sei se na  
216 pessoa da nossa vice-presidente, ou do nosso ex-companheiro aqui de conselho estadual,  
217 Conselheiro Adenor, que hoje é o Superintendente da Política Pública de Assistência Social  
218 no município. Pois não. **Barbara/Vice-presidente do CMAS de Rib. das Neves:** Bom dia, a  
219 todos aqui presentes. Meu nome é Bárbara, eu sou a vice-presidente do Conselho Municipal  
220 de Ribeirão de Neves. Eu gostaria de justificar a ausência do presidente, do Sr. Simião, que  
221 teve um compromisso hoje. Bom, enquanto conselho, eu digo que a gente está fazendo o  
222 nosso papel de controle, fazendo as visitas nos serviços. Nós assumimos a atual gestão agora  
223 em dezembro. No entanto, a gente foi em busca dessas informações, junto à gestão antiga e  
224 junto a Secretaria de Assistência Social. O quê que aconteceu? Nós não tomamos  
225 conhecimento disto, nem a gestão anterior. Enquanto a Secretaria, junto a Secretaria. A  
226 Secretaria nos enviou uma resposta. De que foi realizado sim, a prestação de contas. A gente  
227 tem aqui, a cópia dos protocolos de entrega junto a SEDESE. Essa prestação de contas, ela é  
228 feita semestralmente. Então ela foi entregue a SEDESE em julho. Referente ao primeiro  
229 semestre. E agora em dezembro em relação ao segundo semestre. Então houve sim a  
230 prestação de contas. O que acontece é que o Estado está em dívida em duas parcelas,  
231 referentes aos meses de. Só um minutinho. Agosto e Novembro de 2011. No entanto o  
232 município não parou a prestação de serviço. Ele executou as ações utilizando a verba que  
233 estava remanescente na conta. E com recursos próprios do município. Visando o  
234 comprometimento das ações do fortalecimento de vínculos. E então, nós também não  
235 entendemos o porquê deste questionamento. Eu gostaria até de entender melhor como que  
236 surgiu isso, porque esta informação pra nós não procede. E enquanto Conselho, junto à  
237 Secretaria a gente não viu. Inclusive eu reuni, consegui junto com a Secretaria todos os  
238 documentos da entrega de alimentos e produtos, nos serviços, de janeiro a dezembro. A  
239 listagem que é feita e entregue a SEDESE, mensalmente da execução das crianças e  
240 adolescentes que são acompanhados. De janeiro a novembro. Porque o de dezembro não ficou  
241 pronto ainda. Todos protocolados pela SEDESE, então isso comprova que o serviço não  
242 parou no município. Então a nossa justificativa é essa. Que realmente a gente não tem ciência  
243 disso. **Presidente:** Eu quero só esclarecer o seguinte: que essa deliberação da plenária, foi em  
244 função da prestação de contas que aconteceu aqui nessa plenária. O que não quer dizer que  
245 não possa ter havido equívoco. A Conselheira Juanita está inscrita e eu faço um comentário  
246 logo em seguida. **Conselheira Juanita:** Eu só queria esclarecer pra Bárbara, vice-presidente  
247 do Conselho de Ribeirão das Neves, que essa questão da prestação de contas pendente de  
248 Ribeirão das Neves, chega neste conselho, referente à prestação de contas do órgão gestor, do  
249 terceiro trimestre de 2011. No terceiro trimestre de 2011, a situação do município da gestão de  
250 Ribeirão das Neves era essa. Quando nós mandamos o ofício para o Conselho Municipal de

251 Assistência. Essas informações que o Conselho está na mão. Penso eu, que não foram às  
252 informações que o gestor passou para o Conselho. Quando a gente mandou um ofício para o  
253 Conselho Municipal de Ribeirão das Neves, foi no intuito de saber: se o serviço estava sendo  
254 ofertado. Se não houve prejuízo por causa do não repasse do recurso. Porque é claro que a  
255 gente sabe, que o gestor tem essa responsabilidade de mesmo não recebendo o co-  
256 financiamento, o serviço é continuado, a porta tem que está aberta e o serviço tem que está  
257 sendo ofertado. Então o controle social tem essa responsabilidade de monitorar a execução do  
258 serviço. No que diz respeito à prestação de contas. É porque especificamente esse serviço de  
259 convivência e fortalecimento de vínculos, foram serviços da proteção social básica que foi  
260 municipalizado, por meio de convênio. Isso ainda não está no plano de serviço. Se é convênio,  
261 pela 866 o repasse é feito por até três parcelas. Depois o município tem que fazer prestação de  
262 contas parcial, para receber as outras parcelas. O que acontece é que o atraso das parcelas  
263 seguintes, ela tem demora por causa da não prestação de contas, pelo município. Se houve  
264 prestação de contas a posterior, é claro que o repasse acontece posteriormente. Mas há uma  
265 interrupção no repasse, tanto que, dia 31 de dezembro nós tivemos que aditar o convênio,  
266 porque tem parcelas para ser pagas, nós tivemos que aditar prazo, para que o município não  
267 perca essas parcelas. Então o que houve o atraso na prestação de contas houve. Então eu  
268 penso, sabe presidente? Que essa documentação se for cópia. Deve ser deixada no Conselho  
269 para que a comissão analise. Pra ver junto ao órgão gestor de que forma que isso ta. Mas eu  
270 acho que se o Conselho está justificando que o serviço está sendo executado. É esse a nossa  
271 melhor preocupação. **Barbara/Vice-presidente do CMAS de Rib. das Neves:** Só assim.  
272 Justificando. O que nós tomamos conhecimento é que a prestação de contas ela é feita de seis  
273 em seis meses. Tanto do Curumim que é prestação direta quanto da que é conveniada. A gente  
274 não teve conhecimento de que essa prestação seria trimestral. Os protocolos que temos junto a  
275 prefeitura de entrega, que seria semestralmente. Mas o importante é isso. Que realmente o  
276 serviço ele teve continuidade até então. **Presidente:** OK. Conselheira Bárbara, só deixa eu  
277 fazer uma pergunta aqui. Curiosidade obviamente é, é concluir o muito técnico, do nosso  
278 papel enquanto conselheiro. O acompanhamento e deliberação sobre a prestação de conta do  
279 município lá no Conselho Municipal de Ribeirão das Neves, é feita trimestralmente, ou  
280 semestralmente, ou anualmente? **Barbara/Vice-presidente do CMAS de Rib. das Neves:**  
281 nozinho, você que fez a parte do Conselho. Porque como eu justifiquei, eu assumi agora. Eu  
282 não acompanhei nenhuma prestação. **Presidente:** OK. Tudo bem. Não tem problema não. A  
283 idéia é só o seguinte: veja bem. Eu aprendi, eu aprendi, ao longo da minha calvície, que a  
284 humildade. A ter a humildade quando necessária, principalmente quando quer dizer e diz  
285 respeito a dar razão às potencialidades que aqui estão conosco. E assim sendo, eu quero aqui  
286 dizer pra vocês, em função dessa caminhada minha também ao longo da calvície, eu não retiro  
287 uma única vírgula de tudo que eu falei. Porque o que eu estou falando é com base na  
288 caminhada. Então, independente se houve equívoco ou não. Si é trimestral ou não. O  
289 encaminhamento é que a comissão apure, por favor, agora com mais rigor. Pra gente saber o  
290 que foi relatado pela Bárbara. E o que é que ocorreu de fato. Se tiver equívoco na prestação de  
291 contas do Estado, no que diz respeito a minha fala dura para os municípios. Principalmente no  
292 controle municipal de Ribeirão das Neves. Não tem nenhum problema, a gente faz questão de  
293 registrar na próxima plenária. O nosso pedido de desculpa em função do equívoco que  
294 aconteceu. Não tem nenhum problema. Por outro lado, eu quero ressaltar que a grande  
295 importância que tem. Conselheira Bárbara. De o Conselho Municipal estar presente aqui  
296 conosco. É pra mostrar da importância que tem da apuração rigorosa do órgão de controle  
297 social dos municípios, no que diz respeito a controlar a gestão. Nós tivemos uma diretoria  
298 nacional na conferência desse ano, foi exatamente aferir como ficar melhor a gestão. E a gente  
299 sabe que a gestão peca muito. E aí esse é um grande papel. E quando isso acontece, pra nós  
300 isso é muito bom. E te parabenizar porque o conselho se fez presente aqui. E sem nenhum

301 demérito, você representa muito bem o conselho seu independente de não estar na  
302 presidência. Isso não é só o presidente, é todo o colegiado. E você está qualificada como vice-  
303 presidente pra isso. Então leve os meus parabéns ao colegiado, no que diz respeito a essa,  
304 vinda aqui conosco. E principalmente, o trabalho que você trouxe. Mas aí, com toda certeza,  
305 fica um para casa pra você apurar direitinho. E inclusive o Conselho tomar ciência da parceria  
306 que existe entre o Estado e o Município no que diz respeito ao Curumim. Pra apurar ser  
307 realmente é trimestral ou semestral. Pois não, eu te devolvo a fala. **Barbara/Vice-presidente**  
308 **do CMAS de Rib. das Neves:** Eu só queria ressaltar o seguinte: nós não temos acesso à  
309 prestação de contas que o município entrega a SEDESE. A gente tem acesso ao protocolo de  
310 entrega dessa prestação de contas. Então o que foi informado ao SEDESE, infelizmente, a  
311 gente não tem esse acesso. Uma vez que foi feito pela secretaria de assistência. Então é um  
312 órgão da prefeitura, que é responsável por isso. Então se for o caso de solicitar essa prestação  
313 de contas completa, seria feita junto a SEDESE, porque isso nós não temos acesso. O que nós  
314 temos acesso junto a Secretaria de Assistência, são esses documentos aí, que dizem respeito à  
315 execução dos serviços durante o ano. Agora a prestação de contas em si, a gente resalta que  
316 infelizmente a gente não tem acesso realmente. OK. **Presidente:** Conselheira Bárbara, eu só  
317 quero colocar o seguinte: é bom que isso aconteça porque é um ganho. Pra nós é um ganho,  
318 uma qualificação, querendo ou não. Porque o conselho tem que ter ciência. O conselho  
319 precisa aprovar esta prestação de contas também. Então se o seu gestor não passa, pode  
320 cobrar, porque ele tem a obrigação legal de passar. E o colegiado além da obrigação, a  
321 responsabilidade de aprovar ou não. Não é? Há, pois não, a Juanita está inscrita e o  
322 Conselheiro Marcelo. **Conselheira Juanita:** Oh Bárbara, eu sei que você está chegando  
323 agora. Mas isso é um momento de aprendizado, pra todo mundo. Então assim, só para dar  
324 alguns esclarecimentos. Você que está chegando agora como vice-presidente, se caso precisar  
325 desse CEAS para alguns esclarecimentos, aquela pasta que você trouxe não diz respeito à  
326 prestação de contas. Aquilo são relatórios de atendimento de atendimento de crianças.  
327 Prestação de contas tem que ser de acordo com a Lei 866. Tem que ter notas fiscais,  
328 comprovantes. Ali não tem nem recibo. Porque você protocola a prestação de contas, depois o  
329 órgão gestor te dá uma declaração que a prestação de contas foi analisada e está deferindo a  
330 prestação de contas. Mas isso aí não é de competência do conselho. O nosso objetivo maior é:  
331 saber se o conselho está monitorando, se o serviço não teve interrupção e se as crianças estão  
332 sendo atendidas. Agora, aquela prestação de contas, quando vai pra SEDESE, ela tem que ter  
333 uma resolução do conselho municipal, aprovando aqueles relatórios. Então, de repente isto  
334 está pendente, na SEDESE. Eu não sei te falar o quê que está pendente. Mas isso agora é  
335 diretriz. Não se aceita relatório do gestor sem deliberação do Conselho. Então assim, é como  
336 já foi falado aqui. Toda execução, todo convenio, que a prefeitura faz com a entidade no que  
337 diz respeito a assistência social. Primeiro tem que ter a aprovação do Conselho. E segundo  
338 tem que ter o monitoramento. E o monitoramento ele é materializado através de resolução.  
339 Então assim, que são as resoluções aprovando aqueles relatórios de atendimento, que aí a  
340 secretaria técnica vai junto com um conselheiro, lá na entidade, verificar se aquelas crianças  
341 estão sendo atendidas. O que tem ali são relatórios de entrega de amendoim, de leite em pó,  
342 enfim. Mas relatório de entrega da prefeitura para a entidade. Então isso não diz respeito à  
343 prestação de contas. Se caso o Conselho precisar de alguma assessoria neste sentido, o CEAS  
344 se coloca a disposição para dar esses esclarecimentos. **Conselheiro Marcelo:** Eu abro mão,  
345 porque eu já ia dizer as mesmas falas da Conselheira Juanita. Só dizendo o seguinte. Caso seja  
346 essa documentação, talvez nem seja o caso nem de ficar aqui, no Conselho. Devolver e ficar  
347 com a correspondência. Eu passo então pro outro Conselheiro. **Adenor:** Eu vou ficar de pé  
348 para ver todos e todas. Bom dia a todos e todas, senhor Presidente dessa mesa. Querida  
349 Consola. É muito bom estar com vocês novamente, ainda que nessa qualidade de profissional  
350 da assistência social, trabalhador, representando a Secretaria de Assistência, na qualidade de

351 superintendente da proteção básica. Eu também peguei a superintendência há três meses, vai  
352 fazer três meses. Então em alguns pontos que de fato eu não tinha conhecimento, até porque é  
353 uma coisa da gestão e eu estava em uma outra pasta. Mas eu posso assegurar às senhoras e  
354 senhores conselheiros, e todos aqui presentes. Que as prestações de contas, passou pelo  
355 conselho sim, foi aprovado sim pelo conselho. Eu fazia parte da mesa diretora daquele  
356 conselho, na época. De certos pontos. E outra informação que eu lhes trago com toda  
357 segurança. O serviço não foi interrompido em momento algum, ainda que não recebemos as  
358 parcelas, pendente. Quando Juanita coloca aqui, isso é questão da gestão. Eu concordo  
359 plenamente, é a gestão que tem que resolver esse problema. A nossa Secretária pediu que a  
360 gente trouxesse aqui, não só as nossas informações. Mas também que buscasse saber.  
361 Inclusive o meu telefonema a você Elizabeth, pra você tentar me ajudar, pra se entender eu ir  
362 lá conversar com você pessoalmente. Pra gente ver de fato o quê que estava acontecendo.  
363 Como a Bárbara colocou muito bem, a gente aprova no conselho, e vai pra gestão e a gestão  
364 encaminha para a prefeitura, a prefeitura competente, fazer a prestação de contas. E nesse  
365 meio aí, pode ter tido alguma falha sim, pode ter tido algum problema, no qual não nos foi  
366 repassado. E nesse momento, o conselho tomou consciência disso, a Bárbara é a atual vice-  
367 presidente. Na gestão passada, não estava presente, mas alguns conselheiros continuaram, se  
368 for necessário a gente pode convocar uma reunião extraordinária. Não é Bárbara? Para que  
369 nós possamos de fato analisar isso tudo que está acontecendo. Mas assim eu já fico aqui  
370 pedindo a você uma agenda, pra que a gente possa ir pessoalmente, para nós sentarmos com  
371 você e a gente resolver isso de praxe. É o pedido que a nossa Secretária faz, a sua  
372 superintendência e a pessoa de você, Juanita. Em relação ao controle social, eu fui assim,  
373 talvez um dos conselheiros mais chatos que passou por este Conselho aqui. Em bater nesta  
374 tecla. E hoje eu me vejo do lado de cá, sendo cobrado pelo controle social. Viu Presidente!  
375 Então só pra ter certeza, que a parte deste Conselheiro foi feita, ainda que representando o  
376 governo. Como é de praxe em alguns municípios, de o próprio conselheiro do governo,  
377 apontar os erros do governo. E quando eu falo em apontar os erros. Não é o governo. É ações  
378 do qual o colegiado é responsável. São as ações dos quais os superintendentes, gerentes e  
379 coordenadores daquele serviço, têm que estar presentes e consciente disso, pra não dar  
380 prejuízo a de fato a quem precisa que são os nossos munícipes, que são as nossas crianças,  
381 idosos, etc. Aquelas pessoas que são acolhidas por estes serviços. Então deixar aqui bem  
382 claro, que a gente, quantas vezes for necessário a gente virá. Mas eu quero já se a Juanita me  
383 permitir, eu sair com uma agenda com ela, claro, pra eu ir pessoalmente, Bárbara também irá  
384 conosco, a nossa secretária. Pra gente estar resolvendo isso. Muito obrigado, bom dia a todos  
385 e todas. **Presidente:** Agradeço Adenor, a Conselheira Bárbara. E eu quero só ressaltar mais  
386 uma vez, Bárbara. Eu diria que você tem um papel lá, enquanto conselheira municipal, duplo.  
387 Mas eu quero te imputar uma coroa tríplice nisso aí. Porque Ribeirão das Neves, embora  
388 esteja dentro dos dez maiores municípios em população deste Estado. É um dos menores IDH.  
389 Daí uma responsabilidade muito maior pros conselheiros, no que diz respeito a fazer com que  
390 se cumpra a política pública. Aí Adenor, leva a seu prefeito, nesse quesito específico que eu  
391 conheço que você está acabando de trazer. Ao Prefeito e a Secretária Municipal, que, os  
392 nossos parabéns, por não ter interrompido, independente do repasse, e independente do  
393 motivo do repasse, ou não. Ta? Muito obrigado. A gente encerra então esse item e a gente  
394 passa agora em seguida o cumprimento da pauta pra letra D. E trata-se da apresentação dos  
395 trabalhos das comissões temática. E eu peço então à comissão de normas, através da  
396 Conselheira Ana Paula, que faça a sua relatoria. **Conselheira Ana Paula:** Bom dia. Bom dia  
397 Presidente. Bom dia Diretoria. Bom dia, Conselheiros. Bom dia, demais convidados. Eu vou  
398 fazer a relatoria aqui, dos nossos trabalhos de ontem, da Comissão de Normas. Que contou  
399 com os Conselheiros, além da minha pessoa. Marcelo Armando, Márcio Caldeira, Maria  
400 Alves, a participação da Juanita, enquanto comissão de apoio, do novo Conselheiro Mauro



401 Alves. Os pontos de pauta: inscrição de entidades, recurso e solicitação de parecer. Conselho  
402 Municipal de Patos de Minas, através do ofício 04/2011. Solicita parecer sobre a inscrição da  
403 entidade Associação Vencer. Encaminhou ao Conselho, cópia do estatuto social, CNPJ, plano  
404 de ação 2011/12. Ata de eleição da diretoria, documento do presidente, relatório de atividade  
405 do segundo semestre de 2011 e relatório de visita técnica. Conforme o ofício, o Conselho  
406 Municipal de Patos de Minas, negou o pedido de inscrição da entidade, com base no artigo  
407 14, da resolução do Conselho Nacional, 16/2012. Já que a mesma não tem um ano de  
408 funcionamento. E diante disto, não tem como comprovar um ano de relatório de atividades.  
409 Outro documento que mereceu destaque foi o relatório de visita técnica. Que foi finalizado,  
410 com a seguinte constatação do assistente social responsável pela visita: entre aspas “fica  
411 evidente que a equipe tem uma proposta de trabalho coerente, mas necessita de algumas  
412 definições quanto a tipificação. Como por exemplo: a faixa etária a ser atendida. O  
413 encaminhamento deste Conselho: Uma minuta de ofício em resposta a solicitação do  
414 Conselho Municipal de Assistência Social de Patos de Minas, com orientação da inscrição da  
415 entidade, visto que os argumentos apresentados para o indeferimento não estão de acordo com  
416 a legislação vigente. Letra B: Associação Municipal de Assistência e Recuperação dos  
417 Condenados – AMARC, município de Ubá. Vamos para o encaminhamento? Ponto por  
418 ponto? **Presidente:** Sobre a relatoria do primeiro ponto. Eu pergunto aos conselheiros. Tem  
419 alguma manifestação? Não? Então está aprovado o encaminhamento. **Conselheira Ana**  
420 **Paula:** Letra B: Associação Municipal de Assistência e Recuperação dos Condenados –  
421 AMARC, município de Ubá. O Presidente da Associação Municipal de Assistência e  
422 Recuperação dos Condenados – AMARC, por meio do ofício 001/2011, apresentou recurso  
423 contra o indeferimento do Conselho Municipal de Ubá, na inscrição da associação, com a  
424 alegação de que a entidade não é de assistência social. Encaminhou: cópia do estatuto da  
425 entidade, relatório de atividades, plano de ação e Lei número 3853, de 23 de dezembro de  
426 2010. Que declara a associação como de utilidade pública. O Conselho Municipal de Ubá, em  
427 resposta a consulta realizada por este Conselho Estadual, sobre a inscrição da AMARC no  
428 município, informou que o Conselho Municipal de Assistência Social, ainda não houve  
429 deliberação sobre a inscrição da entidade pela plenária do Conselho Municipal. Conforme  
430 encaminhado pela comissão de normas, foi analisada a documentação da entidade, conforme  
431 o processo. Encaminhamento do Conselho: Em responder a entidade que deverá aguardar o  
432 parecer do Conselho Municipal de Assistência Social de Ubá. E dois: ofício ao Conselho  
433 Municipal de Assistência Social, informando sobre os prazos para análise e decisão da  
434 plenária e para contribuir com a análise, encaminhar o parecer técnico do Conselho Estadual  
435 de Assistência Social. Dois - ofício ao Conselho Municipal de Ubá, informando sobre os  
436 prazos para análise e a decisão da plenária, do conselho de Ubá, e para contribuir com a  
437 análise, e encaminhar o parecer técnico do Conselho Estadual de Assistência Social.  
438 **Presidente:** Aberto aos Conselheiros. Pois não. Conselheira Cris. **Conselheira Cristiane:**  
439 Bom dia a todos e a todas. Eu só não entendi, a Associação encaminhou um recurso,  
440 informando que houve um indeferimento do pedido de inscrição. E depois vocês apuraram  
441 que não houve um indeferimento ainda, na verdade está em processo. É isso? **Conselheira**  
442 **Ana Paula:** Foi apurado, o Conselho de Ubá encaminhou uma documentação aqui pro  
443 Conselho Estadual. Hoje de fato, o processo ainda está em tramitação lá. Então a orientação  
444 aqui. O Conselho Estadual oriente o Conselho Municipal de Ubá, em relação aos prazos e aos  
445 tempos de análise e deferimento ou não pela plenária. E encaminhar o próprio parecer do  
446 conselho estadual sobre a entidade já como até um indicativo de formação, capacitação e  
447 orientação pro Conselho de Ubá. **Presidente:** É isso aí. Eu queria fazer um comentário a  
448 respeito desse item. E pedir, um acompanhamento de monitoramento mais de perto, em  
449 função de: a gente já tem inclusive deliberado aqui. É uma entidade de assistência social sim.  
450 Pode estar havendo algum equívoco no que diz respeito à compreensão para: os pré-requisitos

451 necessários para a inscrição de uma entidade de. E mais do que isso, eu diria que, a comissão  
452 conhece muito bem, mas é só pra lembrar. Que o papel e a função que tem essa Associação, é  
453 de fundamental importância no que diz respeito, à gente no mínimo, tentar respeitar um pouco  
454 mais as pessoas que são privadas de liberdade, independente do crime. Mas é sempre lembrar  
455 que o objetivo da privação de liberdade, é a gente tentar re-socializar, se for o caso, ou em  
456 muitos casos até socializar. Pra que a pessoa possa descobrir onde foi que equivocou, e que  
457 tem pré-requisito pra cumprir pra viver em sociedade. Então se a gente não der guarida a estas  
458 instituições, a gente vai continuar num sistema carcerário que é muito mais perverso do que  
459 qualquer coisa que acontece neste país. Não é? Só esse cuidado, e o Conselheiro Márcio  
460 também quer inferir nesse processo. **Conselheiro Márcio:** Só a título de esclarecimento.  
461 Primeiramente, bom dia a todos. A deliberação que essa plenária já fez, identificando que é  
462 uma entidade de assistência social, seria as APACS. E essa aqui é AMARCS. Então existe  
463 uma diferença entre uma e outra. Então foi construído já um parecer em relação a esse novo  
464 tipo de entidade. **Presidente:** OK. Porque a minha colocação eu vi que existia, só não  
465 ressaltei. Mas é porque o trabalho é congênere. A instituição é congênere e o trabalho é o  
466 mesmo. Mas eu só esqueci de ressaltar. Mas fez bem o Márcio lembrar. OK. Então o  
467 encaminhamento está de acordo com a deliberação da plenária. Pode prosseguir por favor.  
468 **Conselheira Ana Paula:** Letra C. Fundação Athletic Center, município de Poços de Caldas. A  
469 entidade Athletic Center, apresentou ao Conselho Estadual recurso contra o indeferimento do  
470 Conselho Municipal de Poços de Caldas, de sua inscrição no referido conselho. Por meio de  
471 correspondência, a entidade alega que o indeferimento se deu, entre aspas “por não possuir  
472 projeto em andamento” fecha aspas. Assim que foi apresentado o plano de ação ao Conselho  
473 Municipal. E que sequer foi objeto de análise pelo Conselho Municipal de Assistência Social.  
474 Demonstrando claramente a intenção da entidade em desenvolver ações e projetos, no sentido  
475 de contribuir para a redução dos índices de criminalidade, cometidos por jovens e  
476 adolescentes na zona leste de Poços de Caldas. A entidade, anexo ao recurso, apresentou para  
477 a análise do Conselho Estadual. A) Cópia do ofício 061 do Conselho Municipal de 2011,  
478 datado de 25/07/2011. Que apresenta o motivo do indeferimento a entidade. Qual seja: não  
479 possuir projeto em andamento. Constatado em visita realizada no local. Ainda justifica a  
480 decisão, utilizando o disposto no artigo 23 da LOAS. Entende-se por serviços sócio-  
481 assistenciais, as atividades continuadas que visam a melhoria de vida da população e cujas  
482 ações voltadas para as necessidades básicas, observam os objetivos, princípios e diretrizes  
483 estabelecidas nesta lei. B) Plano de Ação: cópia do estatuto social, cópia da ata de eleição,  
484 posse da atual diretoria, cópia do comprovante de inscrição no CNPJ. Conforme encaminhado  
485 pela comissão de normas, foi analisada a documentação da entidade, conforme o processo  
486 anexo. Encaminhamento: responder pela entidade e o conselho municipal de assistência  
487 social, que a entidade não poderá ser inscrita como de Assistência Social. Deverão ser  
488 inscritos os projetos, nos termos do artigo 11 da resolução do Conselho Nacional, número 16  
489 de 2010. Até que a entidade entenda pela alteração do seu CNPJ e estatuto, para consignar a  
490 preponderância pela assistência social. **Presidente:** Senhores Conselheiros? OK. Está de  
491 acordo. **Conselheira Ana Paula:** Numero dois. Usinas. UHE Candonga. Retorno do  
492 Consórcio Candonga, sobre proposta da Fundação Nacional de Mediação de Conflitos. Para o  
493 projeto de mediação dos conflitos na área de inserção da UHE Risoleta Neves – Candonga. A)  
494 Conforme encaminhamento da mesa diretora, reunida no dia 20/12/2011, a Fundação  
495 Nacional de Mediação de Conflitos, apresentou ao Consórcio Candonga, nova proposta de  
496 mediação nos conflitos na comunidade de Nova Soberbo, área de inserção da UHE Candonga.  
497 B) O empreendedor encaminhou ao Conselho Estadual, a avaliação da proposta manifestando  
498 a impossibilidade de contratação da Fundação. Dentre outros motivos, a proposta comercial.  
499 Sendo que os valores apresentados permanecem até 17 vezes superiores aos das propostas  
500 encaminhadas por outras renomadas instituições. Ainda encaminhou indicação de três

501 empresas para realizar o processo de mediação, com a apresentação das mesmas, quais sejam:  
502 MS Consultoria, Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil – IMAB e Instituto Ambiental  
503 Brasil Sustentável e ABS. Destaca-se que o empreendedor encaminhou apresentação,  
504 currículo das empresas e não a proposta comercial. Sugestão de encaminhamento da comissão  
505 de normas: Acatar o ofício do consórcio e solicitar as propostas metodológicas das empresas.  
506 Ainda, o Conselho Estadual representado pela mesa diretora, mediar a relação entre  
507 empreendedor e atingidos. A primeira sugestão de encaminhamento, em negrito, aí. Acatar o  
508 ofício do consórcio, solicitar as propostas metodológicas das empresas. Acatar sugestão de  
509 encaminhamento da comissão normas. Acatar o ofício do Consórcio e solicitar as propostas  
510 metodológicas das empresas. Ainda, o Conselho Estadual representado pela mesa diretora,  
511 mediar a relação entre empreendedor e atingidos. Letra C. Ainda sobre o processo de  
512 Candonga, três associações solicitam ao Conselho Estadual, a inclusão de seus representantes  
513 na comissão de referência, para mediação dos conflitos. A associação dos agricultores  
514 familiares da Fazenda Sete Quedas. Associação dos Moradores e Atingidos pela Barragem de  
515 Candonga. E Associação dos Moradores de São Sebastião de Soberbo. Sugestão de  
516 encaminhamento da comissão de normas: Ofício solicitando informações das associações,  
517 representatividade na comunidade. E dos interesses de participar da comissão. Ainda a  
518 documentação das mesmas. Ata de eleição, posse da diretoria, estatuto. Cópia da inscrição no  
519 Conselho Municipal de Assistência Social e relatório de atividades. Ofício ao Conselho  
520 Municipal de Assistência Social, solicitando manifestação sobre as três associações.  
521 **Presidente:** O som está aberto aos Conselheiros. **Conselheiro Júlio:** É só em relação às  
522 solicitações das entidades. As associações. É porque nem todas as associações são de  
523 assistência social. Então quando faz essa solicitação de inscrição no Conselho, eu acho que  
524 ela vai complicar um pouco. Eu tenho a necessidade de ser. Uma associação pode ser  
525 simplesmente de assistência. **Conselheiro Volney:** Volney. PSIND. Eu queria destacar para  
526 os demais Conselheiros. São essas três associações que solicitam inclusão de seus  
527 representantes na comissão de mediação. Se elas estão registradas juridicamente, suas atas e  
528 como é que é a documentação delas juridicamente. Fundação delas, tudo mais. **Conselheiro**  
529 **Mauro Alves:** É porque ela está falando em posse da diretoria. É só acrescentar a atual, a  
530 diretoria atual. **Conselheira Juanita:** Na verdade Júlio é só para te dar um esclarecimento.  
531 Porque ontem as duas comissões trabalharam conjuntamente. Porque na verdade nós temos  
532 duas situações com relação à UHE Candonga. Uma é uma solicitação que veio por ofício do  
533 empreendedor. A outra foi três solicitações de entidade, solicitando para participar dessa  
534 comissão de mediação. Essa comissão de mediação, ela foi criada juntamente com o CEAS.  
535 Então para a gente entender porque estas entidades estão querendo participar dessa comissão  
536 de mediação. Elas só mandaram um ofício. A sugestão de encaminhamento da comissão é:  
537 que reporte primeiro, as três entidades. Pra ela justificar o motivo que elas estão querendo  
538 participar da comissão, além da documentação que comprove a realidade dessa entidade. Que  
539 são aquelas documentações que estão ali. E a segunda coisa, não necessariamente que ela  
540 precisa ser de assistência social. No diz respeito ao ofício para o conselho municipal de  
541 assistência. Não que ela seja inscrita lá, mas qual a representatividade que essas entidades têm  
542 na comunidade como um todo. Porque é o conselho municipal que na ponta, nos colabora o  
543 CEAS, para esse monitoramento. Né. OK. Então de inscrição e/ou de manifestação. Não é  
544 isso Rosa que nós tínhamos conversado lá na comissão? Ta. Aí eu vou te pedir só pra clarear,  
545 você só altera lá pra gente. De inscrição e/ou manifestação. **Presidente:** Por favor, vamos  
546 ouvir a Rosa. **Técnica Rosalice:** Bom saiu realmente na comissão, solicitar as associações  
547 cópia da inscrição no CMAS. A gente pode acrescentar ali, caso houver. **Presidente:** Por  
548 favor, um de cada vez, que nós temos inscrição, por favor. **Técnica Rosalice:** O CMAS, isso  
549 realmente é uma manifestação sobre a representatividade dessas associações na comunidade  
550 de Soberbo. **Presidente:** OK. **Conselheira Ana Paula:** Agora eu vou passar o ponto. Pra uma

551 observação. **Presidente:** OK. **Conselheiro Marcelo:** Bom é. Eu quero é, pra que as  
552 Associações presentes, os atingidos que estão aqui, compreendam o porquê que nós chegamos  
553 a este entendimento. Dentro do processo de negociação. Na reunião que houve na mesa  
554 diretora, entre o empreendimento, entre os atingidos. A mesa diretora, atingidos, o  
555 empreendimento e a Fundação. Pra aqueles atingidos que estão aqui agora, é muito importante  
556 deixar claro, que a indicação da Fundação, ela foi uma indicação feita pelo Conselho  
557 Estadual, por conhecer a Fundação. Mas em momento algum, determinando que fosse a  
558 Fundação aquela que deveria ser a contratada pelo empreendimento. E foi um processo de  
559 negociação, entre os três. Entre o empreendimento e os atingidos. Diante disto foi feito um  
560 acordo e deste acordo saiu uma resolução indicando representantes para compor essa  
561 comissão. Ontem, ao analisar. E nesta reunião da mesa diretora, a Fundação apresentou a  
562 proposta dela de trabalho, apresentou valores. E desses valores, parece-me que naquela  
563 reunião, eu não estava presente. Já havia descontentamento por parte do empreendimento.  
564 Ontem na reunião da mesa, da comissão de normas. Nós analisamos o ofício que foi  
565 encaminhado pelo empreendimento, e neste ofício o empreendimento relata, que os valores  
566 apontados pela Fundação. Eles estão na ordem de 17 vezes mais do que as outras instituições  
567 congêneres. Poderiam fazer o mesmo trabalho com 17 vezes menor o valor. A comissão de  
568 normas atentou quanto a isso, considerando o que foi apontado neste ofício. Entendemos que  
569 o Conselho Estadual, o nosso papel, realmente é de tentar a mediação. De tentar fazer com  
570 que se faça um ajuste entre atingidos e empreendimento. A gente sabe que o empreendimento,  
571 ele não tem cumprido o seu papel para com os atingidos. Isso já vem a dez anos. Nós nunca  
572 nos calamos. O Conselho Estadual nunca se calou. Frente a essas omissões que o  
573 empreendimento vem causando aos atingidos. Tudo aquilo que se propõe, a gente vê. E aí é o  
574 Conselheiro Marcelo que está dizendo. A gente não vê por parte do empreendimento, uma  
575 resposta a altura daquilo que seria obrigação do empreendimento fazer. A gente entende que  
576 esse empreendimento tem causado efetivamente, problemas para os atingidos. Mas nós nos  
577 preocupamos também, com o ofício que foi encaminhado pelo empreendimento. Porque se  
578 houver por parte dessas outras instituições que foram apontadas. Se elas efetivamente,  
579 cumpram o seu papel de fazer a mediação nos mesmos moldes que aquela que foi apontada  
580 primeiramente. A gente está entendendo que isso não causaria prejuízos para os atingidos.  
581 Agora, o que a gente está solicitando ali, no nosso encaminhamento. É de que essas  
582 instituições apresentem a proposta metodológica daquilo que eles vão fazer. Se é que aquilo  
583 que vai fazer está ao encontro do que tem no plano de assistência social. E havendo isso, a  
584 gente entende que não haveria prejuízos. É lógico que, isso aí causa por parte dos atingidos,  
585 penso eu. Uma desconfiança de que isso também, não vai ser efetivamente feito. Já que o  
586 empreendimento, das outras vezes, ele não cumpriu aquilo que foi acordado com os atingidos.  
587 Então, o que a gente está aqui querendo, é buscar uma mediação. Com os atingidos e o  
588 empreendimento. Tentar buscar, fazer com que a gente possa continuar esse processo, de  
589 negociação. Com os atingidos e o empreendimento e estas instituições. Ver aquela instituição  
590 que melhor atende os anseios dos atingidos. Não é? Porque já que os empreendedores estão  
591 apontando as duas instituições. Ou três se não me falha a memória. Então, penso eu, que não  
592 vai mais caber a ele dizer se aceita ou não aceita. Já que eles estão apontando. Então caberá  
593 aos atingidos então, entender se devem continuar no processo, considerando essas três  
594 instituições que foram apontadas. Por parte dos atingidos se aceitarem, porque nós estamos  
595 num processo de negociação. E dentro do processo de negociação penso que seria  
596 interessante. Mas isto está ao crivo dos atingidos e do empreendimento. O que o Conselho  
597 Estadual busca efetivamente, é tentar chegar a um consenso. E que este consenso seja, da  
598 melhor maneira para os atingidos. Que os atingidos não sejam prejudicados, considerando  
599 esse longo tempo, essa demanda que vem acontecendo ao longo dos anos. Quando a gente se  
600 preocupa com as associações. É porque até então, as associações nunca apareceram neste

601 processo. Por isso que, estamos preocupados e querendo saber sobre a existência dessas  
602 entidades. Pra que não aja qualquer forma de não transparência, dos serviços que o Conselho  
603 Estadual vem fazendo ao longo desses anos. Por isso que a gente quer, também, ter prudência,  
604 pra poder verificar se essas associações, efetivamente estão trabalhando, se elas efetivamente  
605 existem. E se existem. Qual que seria o seu papel nesta comissão, que será realizada. Havendo  
606 por parte dos atingidos, um consenso sobre isso. Nós iremos alterar a resolução que trata  
607 dessa suspensão. Dessa criação da comissão, com alteração do nome da instituição que irá  
608 fazer o trabalho. É isso senhor presidente. **Presidente:** OK. Eu quero me manifestar. E quero  
609 aqui deixar muito claro, que vou agora me desvencilhar da função de presidente. Vou falar  
610 enquanto Conselheiro. E quero que todos, alguns aqui, a maioria já me conhece. E quero que  
611 alguns que não me conhecem, possam saber que sem nenhuma demagogia, eu aprendi ao  
612 longo da minha vida, também falar a verdade com amor. E é isso que eu quero colocar. Eu  
613 tenho acompanhado esse desenrolar dessa situação de Candonga. E dizer que é um  
614 empreendimento que, tem gerado problemas há dez anos ou mais. E quero colocar que  
615 participamos efetivamente, desde o início, inclusive com reuniões com os atingidos, lá, na  
616 cidade. E na reunião que estive presente, todos foram ouvidos, como foram acompanhados de  
617 outros conselheiros e técnicos. Todos foram ouvidos, quem quis manifestar, manifestou. Lá a  
618 gente pode ver que, quem falou quem esteve presente no microfone enquanto representante  
619 dos atingidos foi o Sr. Geraldo e o Sr. José Antônio. Hoje a representação da Associação dos  
620 Atingidos, até então no processo, até pouco tempo, são quem de fato e de direito vem  
621 representando. E naquela reunião, com a lista de. Mais de 90% de presença dos atingidos eu  
622 não vi e não ouvi nenhuma manifestação de que houvesse outras representações com  
623 representatividade de fato. Até aquele momento não havia. De lá pra cá aconteceu. Tem  
624 alguns ofícios encaminhados a este Conselho. Inclusive um que chegou, ontem ou hoje. E que  
625 a gente não deu tempo ainda de apreciar, não vou me manifestar a respeito, porque nós vamos  
626 apreciar com carinho. E aí eu quero deixar claro também, por fazer isso. Porque é normal, é  
627 muito comum, ao ser humano. Nós enquanto ser humano. A gente querer exercer direitos,  
628 mas sem ser cidadão de fato. A gente achar que o caminho da cidadania, não é? É aquele que  
629 a gente busca, no estado de direito, fazendo com que se cumpra às leis. E aí, em alguns  
630 momentos, a gente às vezes deixa passar, uma situação de que algumas pessoas nos  
631 representam, sem nos manifestarmos. Se eu quero a representação de fato, está de acordo com  
632 os meus interesses. E aí eu quero dizer, e eu me questiono hoje, porque essas representações  
633 que aparecem depois de nove anos, ou mais. Não se apresentaram num momento atrás, para  
634 realmente fazer valer. Eu quero questionar essas pessoas, se realmente, a gente está convicta  
635 de que a gente quer formar uma nova associação. É promover, ou continuar promovendo os  
636 direitos que foram violados. E foram violados vários direitos. Eu quero deixar claro aqui, que  
637 o empreendimento quando chegou, ele não conseguiu dar conta daquilo que foi concordado.  
638 Que era promover a reativação econômica ao longo de dez anos. Que era dar o direito de fato,  
639 e legalmente constituído em cartório, da posse dos terrenos. Não foi feito em dez anos. As  
640 extensões de quintais foram feitas em local de difícil acesso e que idosos jamais vai conseguir  
641 subir. Eu pude presenciar. E algumas outras situações. Ainda que tenha havido boa vontade  
642 por parte do empreendedor, essa boa vontade não foi manifestada. Eu aqui faço essa fala,  
643 porque eu não tenho nada contra ninguém. Eu tenho contra o comportamento de pessoas. Isso  
644 eu tenho. Então a gente falar de um empreendimento ou de um capital, tem pessoas que  
645 representam esse empreendimento, tem pessoas que representam esse capital. Assim como  
646 tem pessoas que representam os atingidos. Mas a gente ter consciência do quê que é que  
647 precisa ser feito. E no momento que houve uma concordância, e a gente fazer uma reunião  
648 aqui com a mesa diretora, onde estivesse o empreendedor. E estão aqui os dois representantes,  
649 que é o Sandro e o Glauco. No momento que a gente fez uma reunião, chamamos a, por  
650 indicação deste Conselho, porque a Fundação Nacional estava nos dando uma especialização

651 na mediação de conflitos. Pedido deste Conselho ao Estado, e que o estado concedeu. E pagou  
652 caro. Para que nós fossemos qualificados para tal. Então indicamos a Fundação. E numa  
653 reunião que ocorreu na presença do Conselho e da Fundação, e dos dois representantes do  
654 empreendedor. Foi manifestada, uma alternativa de solução, que seria criar uma comissão ao  
655 modelo já conhecido e sabido, como outros empreendimentos e que tem tido sucesso. Isso foi  
656 acatado, aos dois aqui, os dois concordaram. E quando indicamos a Fundação Nacional de  
657 Mediação de Conflitos, por este motivo, ali naquele momento não se discutiu valor, não se  
658 discutiu metodologia e trabalho. O que houve foi aceitação do empreendedor e aquiescência  
659 dos atingidos, para que isso acontecesse. Tanto foi assim, que esse Conselho, deliberou por  
660 expedir uma resolução nomeando quem seria a entidade. Que foi a Fundação. Jamais esse  
661 colegiado elaboraria e decidiria por uma resolução indicando alguém, sem ter aquiescência  
662 das partes envolvidas. Pós essa situação, pós uma resolução em andamento. Tivemos uma  
663 manifestação por parte do empreendedor que o custo era alto. Ora, eu penso que o momento  
664 de fazer essa discussão seria lá atrás. Ainda que, nada impede de ser a posteriore. E quero  
665 também comungar, que o preço foi aberto sem. Esse Conselho não pediu abertura de preço.  
666 Foi aberto em função de reuniões que aconteceu de forma sigilosa. Não é? E o que a gente vê  
667 hoje, teria até falta de ética a gente divulgar. Mas foi dito que são ali no documento, consta 17  
668 vezes, isso não é verdade. Pelo que foi dito, pra nós. Eu não conheço os números, são 7 vezes.  
669 E hoje eu tenho documento pra isso, então são dezessete, começa por aí. A segunda situação é  
670 que: e outras instituições, outras entidades forem prestar o serviço. Sem problema. Não tem  
671 nenhum problema. São Jaz pode entender. Podem vir outras, com qualificação técnica. A  
672 gente aqui, o que a gente quer, é exatamente estabelecer uma concordância entre as partes.  
673 Para que não existam mais prejuízos para os atingidos. É isso que a gente quer. Esse é  
674 objetivo deste colegiado. O colegiado não tem outro objetivo. E o meu pensamento, é que pra  
675 que isso aconteça, e desenrole hoje de uma forma serena, de uma forma tranqüila, para todas  
676 as partes envolvidas. Nós precisamos, nós precisamos que aconteça uma concordância entre  
677 as partes e que a coisa possa se desempenhar de uma forma harmônica. Que não tem  
678 acontecido até então. Então nessa altura do campeonato, pedir inserção de outras entidades,  
679 nós precisamos realmente remeter essa comissão novamente, e fazer de fato e de direito, um  
680 acompanhamento de perto. Então esse Conselho precisa se debruçar mais do que isso, in-loco,  
681 de perto. E eu quero encerrar, pra não falar mais ainda. Não tenho aqui, posições  
682 absolutamente nenhuma. Já disse isso. Eu quero respeitar a posição deste colegiado. Eu quero  
683 respeitar a potencialidade de cada uma, mas o meu entendimento é esse. E que as perdas  
684 continuam acontecendo pros atingidos, isso é líquido e certo. Eu não tenho nenhuma dúvida.  
685 Porque um projeto de reativação econômica que demora dez anos. São dez anos de perda, pra  
686 quem não foi inserido no contexto do mundo do trabalho. Porque o que foi reativado até  
687 então, não deu dinheiro suficiente para falar que é uma reativação econômica. Isso é  
688 comprovado. Eu estive lá pra ver. Então essa é a minha posição enquanto conselheiro. Pronto.  
689 Quero encerrar a minha fala aqui. E agora volto a assumir a função de Presidente. Enquanto  
690 presidente, eu quero, gostaria muito de antes, de a assembléia deliberar, pra que houvesse um  
691 conforto maior pros conselheiros. Que a responsabilidade é muito grande. É um processo  
692 talvez dos mais dificultosos que a gente tem. Eu quero abrir as falas. Para os empreendedores  
693 em questão. E para o José Antônio, o Leonardo e o Geraldo, enquanto representantes dos  
694 atingidos. Se quiserem manifestar, por favor, fiquem à vontade. **José Antonio- representante**  
695 **dos atingidos:** Bom dia a todos. Pra mim é mais um prazer estar aqui, nesta manhã. A gente  
696 tratando mais uma vez e acredito que hoje a gente darmos isso por encerrado essa situação de  
697 Candonga. Infelizmente, eu não tenho assim... como é que eu poderia dizer. Na questão de  
698 hoje ser dia 13, eu não tenho supertição na minha vida não, graças a Deus. Que eu tenho uma  
699 confiança em Deus, eu não tenho supertição não. Mas hoje sendo dia 13, sexta-feira. Nós  
700 temos aqui hoje, várias pessoas que nunca vieram aqui. Eu acredito que, numa parte foi muito

701 boa pra eles, até pra ter o conhecimento da verdade. Porque quando a gente fica comendo bola  
702 de quem leva de algum lugar pra boca de outro. Então a pessoa que não acompanha não  
703 conhece. A pessoa que não anda e que vê e não vem atrás, não tem conhecimento. Então fica  
704 comendo bola pela mão dos outros. A gente costuma comer muita coisa suja. E muita coisa  
705 podre e coisa enganosa. Então é importante quando a gente anda junto, porque a gente estando  
706 junto, a gente vê como está sendo construídas, as coisas, como que está sendo manipuladas as  
707 coisas. E aí gente pode comer coisa saudável, coisa sadia, não é verdade? Então é muito bom  
708 esta os atingidos de Aguihos, dos atingidos de Candonga, que estão ali, juntamente com o  
709 Consórcio aí. Pra eles terem o acompanhamento disso. Eu tenho certeza que nós vamos sair  
710 daqui hoje, como dia 13, sexta-feira. Vai ser alegria pra alguns, vai ser tristeza pra outros.  
711 Mas a vida continua deste jeito mesmo. É desse jeito mesmo. Porque a tristeza os atingidos  
712 tem, nós os atingidos de Candonga. Tem vivido isso a já mais ou menos uma média de dez  
713 anos. Então eu acho que não faz muita diferença. Hoje sobre questão de mais alguém sair  
714 triste também. Não sei quem vai sair triste. Mas faz parte da vida. Faz parte da vida. Alegria e  
715 tristeza fazem parte da vida. Embora que ninguém quer viver triste, quer viver alegre, mas faz  
716 parte da vida. Olha! nós viemos aqui hoje, numa decisão, viu o senhor presidente e a  
717 comissão. Nós estamos decidido através da nossa comunidade, como representante, da nossa  
718 comunidade. Estamos encima do propósito. Se a Fundação Nacional de Mediação de  
719 Conflitos Sociais. Se ela não tem, não pode, pelo atingido de ser a mediadora desse negócio.  
720 Nós os atingidos não aceitamos mais nenhuma. Está encerrado. Entendeu? Está encerrada  
721 essa mediação. Aí vai, quer dizer continuar suspenso, acredito eu, pelo CEAS, todas as  
722 licenças do empreendedor. E vamos partir pra justiça, de novo, com essa situação. Porque nós  
723 não aceitamos, os atingidos, que eu represento. Que é 85%, um pouquinho mais. Dos  
724 atingidos lá de Candonga. Eles não aceitam nenhuma outra intermediação a não ser por aquela  
725 que foi apresentada pelo CEAS, naquele dia. Então, que o consórcio não tem credibilidade  
726 com os atingidos, entendeu? Não tem credibilidade. Não temos confiança. Estamos aqui hoje,  
727 porque já faz praticamente dez anos, que estamos trabalhando debaixo de um prejuízo. Em  
728 cima de mentira, falsidade, molecagem. Entendeu? Sacanagem. Desculpe a expressão.  
729 Entendeu? E nós não estamos aqui pra isso, pra perder tempo não. E os atingidos têm sofrido  
730 com isso e está sofrendo com isso. Então nós não queremos. Inclusive hoje, vive lá, o gerente  
731 geral lá embaixo, que é da barragem, que é o Sr. Sebastião. A esposa dele vive lá dentro,  
732 encima do pessoal, ajudando lá, tentar manipular o povo. E dizendo pro povo lá, os atingidos  
733 lá, que o que a gente está sabendo, que vai ter de reativação econômica é aqueles terreno que  
734 está lá, que é complementação de quintal. Que eles estão dizendo. O que vai ter de reativação  
735 econômica é aquilo ali. Quem não aceitar aquilo, não aceita mais nada. Entendeu? Então, eu  
736 gostaria que o empreendedor, fosse que nem a Brokfield, entendeu? Que estava com os  
737 problemas, piores do que o nosso. Desceram salto, tiveram a humildade. De vir, negociar,  
738 sentar com os atingidos, sentar com o Dr. Leonardo. Negociar. Procurar resolver os problemas  
739 deles. Então, porque que o Consórcio Candonga nunca quis fazer isso aí? Toda vida quis  
740 andar de nariz empinado. Quis ser os bons da boca. Nunca quis descer do salto, nunca quis  
741 olhar, que foram errados, que cometeram erro no passado. E outra coisa. Quero deixar mais  
742 claro ainda. Nós atingidos não temos nenhum problema com questão de preço. Deles acharem  
743 que a empresa cobrou preço caro pra fazer essa mediação. Porque nós não temos barragem lá.  
744 Se eles tivessem cumprido com a obrigação deles, lá atrás, na época que eles tinham a  
745 obrigação de ter cumprido. Talvez não estavam chorando hoje. E outra coisa, chorar por causa  
746 de um mil de um milhão e pouco de reais. Eles têm que saber o seguinte, pra construir  
747 barragem, eles nunca mediram preço, nunca mediram gasto. E nós não pedimos para ter  
748 barragem lá não. Nós estamos lá no lugar de sofredor, abusado, entendeu? E eles continuam  
749 da mesma forma até hoje. Juntando grupinho, juntando uma panelinha. Aqui, porque aqui nós  
750 temos aqui várias pessoas boas. Nós temos o Reinaldo, temos o Paulinho, temos aqui o

751 Geraldo, o Daniel, o Teço, o Ronaldo. São as pessoas boas e descentes que estão aqui. Graças  
752 a Deus. Eu estou falando do homem, eu não estou falando por enquanto de mulher. Eu estou  
753 falando de homem, só. **Presidente:** Pessoal, eu gostaria, só um minutinho ta. Só um  
754 minutinho, por favor. Um minutinho, por favor Antônio. Essa plenária é o seguinte. Ela é  
755 pública e aberta a todas as pessoas. Contudo só manifesta, se houver aprovação dessa mesa  
756 diretora. Eu gostaria que não houvesse debate, que as pessoas não manifestassem enquanto o  
757 outro estivesse falando. Ainda que foi citado, eu vou abrir pra depois pras pessoas. Mas de  
758 forma ordeira e de forma muito tranqüila. **José Antonio- representante dos atingidos:**  
759 Então, Sr. Presidente. O que eu quero simplesmente referir, a situação é essa. Nós temos aqui  
760 pessoas que estão, são pessoas que muitas das vezes bem intencionado. Vem atrás da verdade,  
761 vem atrás de descobrir alguma coisa, embora que veio muito tarde. Porque nós estamos com  
762 dez anos nessa luta. E não houve às vezes preocupação das pessoas buscar a igualdade. Mas é  
763 bom que a pessoa venha, busca a verdade, porque sai daqui convicto. E quero deixar também  
764 claro o seguinte. Nós temos a partir de hoje, que nós não aceitamos a mediação, e quero dizer  
765 mais uma vez, que eu acho que já falei isso aqui. E falei lá na televisão aberta, lá nos direitos  
766 humanos. Na comissão de direitos humanos na Assembléia Legislativa. Nós temos um  
767 documento de 120 paginas em nota taquigráfica. Aonde nós da comissão, não  
768 responsabilizamos por nenhum conflito social, porque nenhum empaque de atingido contra o  
769 Consórcio Candonga. Ta. É que nem que o presidente da comissão lá, diz, Dr. Durval. Depois  
770 não vai compor isso, não vai com a justiça, porque é a posição deles é essa. Entendeu? A  
771 posição deles é essa. Então é o seguinte: nós não temos, nós representantes dos atingidos, não  
772 temos nenhuma responsabilidade com isso, porque eu tenho esse documento aqui, com 120  
773 paginas com nota taquigráfica, que veio de lá. Que esse documento me ausenta a mim e a meu  
774 irmão. Num pediram que nós fizemos lá. Que está registrado aqui. Está registrado lá no  
775 Ministério Público em Ponte Nova. Ta registrado lá com o Dr. Damião, eles têm cópia disso  
776 ai. E os direitos humanos têm a cópia disso ai. Nós não temos nenhuma responsabilidade com  
777 ataque de atingido contra o Consórcio Candonga. Entendeu? **Presidente:** Conclua, por favor,  
778 José Antônio. Eu gostaria que você concluísse. **José Antonio- representante dos atingidos:**  
779 Ta bom. Então seria só isso só, viu Sr. Presidente. Seria só isso. Então nós não temos acordo  
780 com eles, qualquer que eles apresentar pra nós não resolve nada. Ta bom? Findado por aqui.  
781 **Presidente:** OK. Geraldo por favor. **Geraldo - representante dos atingidos:** Me dá licença  
782 de chegar ali do lado. Eu gosto de falar olhando pra... **Presidente:** Fica à vontade Geraldo.  
783 **Geraldo - representante dos atingidos:** Bom dia a todos os presentes. Eu primeiramente,  
784 cinco minutos eu acredito que eu resumo aqui o meu comentário. Primeiramente eu estou  
785 assim bastante surpreso. Em ouvir assim, vários nomes de algumas associações, de algumas  
786 entidades que foram aqui citadas que estão aqui neste documento. Mas muito bom que, os  
787 senhores pediram, o CEAS pediu que mande a documentação se está realmente em dia, legal,  
788 se existe, pra poder analisar o pedido que elas fizeram. Segundo, toda a palavra do José  
789 Antônio com relação de não aceitar, nenhuma outra mediação, a não ser a Fundação, se o  
790 Consórcio, o empreendedor não aceita, essa Fundação. Nós também continuamos na mesma  
791 posição. Não aceitamos outra de forma alguma. E eu gostaria de dar os porque. Foi muito  
792 oportuno, estamos vendo aqui bastante pessoas do Soberbo, que nunca. Eu imagino que tem  
793 vários aqui que nunca veio a esta casa. Não têm conhecimento do processo, e até mesmo, as  
794 notícias que a gente leva e passa pra comunidade. De alguma forma alguém leva uma outra  
795 notícia, completamente ao contrário e infelizmente, às vezes uma mentira, acaba sendo aceita,  
796 enquanto quinhentas mil verdades não é aceita. Vou dar o porquê que nós não aceitamos.  
797 Primeira coisa: quando no dia 20 de dezembro agora passado, que nós estivemos aqui  
798 reunidos com o presidente do consórcio diretor, Sandro e Glauco. No dia 20 ele não estava,  
799 tinha um representante dele. Mas, do Sandro. Tinha um outro Sandro que estava  
800 representando o Sandro que, esse é os dois, presidente e diretor. Após eu ouvir, nós estávamos



801 nessa mesa aí no centro. Após eu ouvir o Sandro, falar que para a empresa, o problema da  
802 água do Soberbo, é uma situação resolvida. Apesar de todas as insatisfações que eu tinha,  
803 muito mais ainda, quando ele falou isso. E aí eu falei não tem mais condições. Até eu cheguei  
804 a falar. Não sei se vocês lembram os que estavam aqui. Que eu não voltaria mais nessa casa.  
805 Pra tratar com o Consórcio. **Presidente:** Geraldo, só me dá só um minutinho, por favor.  
806 **Geraldo - representante dos atingidos:** Sim, senhor. **Presidente:** Eu gostaria que você  
807 objetivasse um pouco mais. Porque tem situações que o colegiado já conhece. Não é? E aí, a  
808 gente tem uma outra agenda muito grande, ainda pra cumprir. Eu gostaria que você fosse mais  
809 objetivo, eu não quero podar a sua fala. Eu preciso que você seja mais objetivo, por favor.  
810 **Geraldo - representante dos atingidos:** Eu vou ser mais rápido, mais objetivo. Quando eu vi  
811 ele falar, com relação que estava tudo isso resolvido, com relação a água. E falei aqui naquele  
812 dia, que é um caso de saúde pública. Sete anos que as nossas caixas d'água não são limpas. E  
813 ele disse que: isso aí está um assunto que não existe. Quando falou sobre a reativação  
814 econômica. Ele dizendo que: a reativação que eles querem que eles aceitem. Que a Fundação  
815 que for acertada mexa somente nos dois pontos, na reativação e nos terrenos. E nós  
816 entendemos que a reativação que eles dizem é exatamente, aquelas coisinhas que estão  
817 acontecendo lá. Não é reativação de verdade. Que os senhores aqui no CEAS já conhecem. O  
818 Soberbo abraçou 105 assinaturas, é uma coisa legal. É uma coisa que contempla todo mundo,  
819 é uma coisa muito boa, que todos vocês conhecem. Depois, alguém quiser algum  
820 esclarecimento, eu fiz o abaixo assinado, eu posso passar alguma coisa a mais. Quando  
821 também, foi aqui mencionado, foi aqui falado, que não estão de acordo a fazer isso. E aí eu  
822 até disse assim: vocês não estão fazendo um favor e nem estão fazendo nenhum. Não estão  
823 sendo bonzinhos. Mesmo porque, ande eu não consigo entender, porque que eles são contra.  
824 Porque não vão tirar um tostão do bolso. É o Banco do Brasil que vai fazer isso. E aí, porque  
825 eles não querem fazer uma coisa de verdade. Quer ficar sempre com aquelas coisinhas que lá  
826 estão, que a comunidade não aceita. Então diante de tudo isso e outras coisas mais. Segundo  
827 eles, a única duas coisas que tem pra resolver. É somente a reativação da maneira deles e os  
828 terrenos. Mais nada. Quem tem pendência, quem tem suas coisas, enfim, tá lá, pra ser  
829 resolvida, não será resolvida. Foi essa razão e por outras mais. Dez anos de sofrimento é  
830 muito tempo. E eu também reforço, o que o José Antônio que pediu. Eu já falei isso em várias  
831 vezes, as situações, pedindo providência, socorro, por que a qualquer hora, pode até se ter o  
832 caso de uma tragédia que pode acontecer. Quase já aconteceu. Eles têm conhecimento, e  
833 portanto, a minha posição é a mesma do José Antônio, que, não há mais nenhuma Fundação,  
834 suspenda tudo. E volta a situação como era antes. Só isso. **Presidente:** OK, Geraldo,  
835 obrigado. Tem um atingido. Eu quero deixar ressaltada uma situação. Quando eu coloquei  
836 aqui, a plenária é pública. Quando o assunto for reservado, a gente publica dessa forma. E  
837 sendo assim, eu abri pra quem quiser manifestar. Só gostaria que fosse mais objetivo.  
838 Enquanto representante de atingido, que são. Os dois e o Dr. Leonardo. O que não quer dizer,  
839 que nós não vamos dar voz aos outros atingidos que aqui estão. Mas não como representante  
840 de ninguém. Até que a comissão possa apurar quem são de fato. **Leonardo:** É. Bom dia. Mesa  
841 diretora. Bom dia, conselheiros. Atingidos aqui presentes, consórcio. E demais presentes.  
842 Mundo de Rio Doce. É, acerca da legitimidade, eu quero fazer das minhas palavras a palavra  
843 do presidente que falou como conselheiro. Eu fico satisfeito em relação as palavras dele e  
844 comungo da sua opinião. Posso testemunhar. Vou ser objetivo na fala. Acho que a comissão  
845 já manifestou a vontade dela. Mas eu possa testemunhar que eu acompanho os processos de  
846 Candonga e o processo de Braúna, da Brookfield. Onde havia um problema muito mais sério,  
847 muito mais complicado. E testemunho aos conselheiros que houve boa vontade e humildade  
848 do empreendedor em resolver os problemas. E foi resolvido. Está sendo resolvido. Mas assim,  
849 mais de 90% das pendências foram resolvidas. Sem qualquer mediação. Isso não significa que  
850 não haja divergência entre a comissão de atingidos e o empreendedor de Brauna.

851 Divergências, existe, existiu e existem ainda hoje. Mas são tratadas com seriedade. Com boa  
852 vontade do empreendedor em resolver. Ta. E com humildade das duas partes. Só para dar um  
853 exemplo pra vocês. Aquela lista de atingidos que vão receber uma concessão, que foi  
854 colocado aqui por Brauna. Ta. Posteriormente nós reunimos com o empreendedor, o  
855 empreendedor contestou alguns nomes. Ta. De forma séria, humilde, com boa vontade. E nós  
856 estamos percebendo que nem todos daqueles ali fazem jus ao benefício. E vamos voltar ao  
857 conselho, retirando alguns nomes. Ta. Então eu posso dizer pra vocês que eu posso ter essa  
858 humildade, enquanto assessor da comunidade e da prefeitura municipal, que eu não vejo nem  
859 humildade, nem boa vontade dependendo do Consórcio Candonga. Então em relação à  
860 mediação, eu respondo aí. A comissão respondeu que não aceita mediação com outra  
861 entidade. E a prefeitura municipal também de Santa Cruz não aceita. Sendo objetivo senhor  
862 presidente, vou fazer a minha proposta. Só resgatando o que nós temos de fato neste processo.  
863 A resolução 355 que cancelou a aprovação da implantação do plano de assistência social. Esta  
864 é a realidade que existe. O CEAS convidou a comissão e a prefeitura também, para fazer uma  
865 proposta de mediação. O empreendedor também participou dessa reunião. Foi aceita a  
866 proposta de mediação. Com a Fundação Nacional de Mediação de Conflitos Sociais. Por isso  
867 que se instalou a mediação que está consubstanciada na resolução 378. O texto da resolução  
868 378 faz menção a Fundação Nacional de Mediação, quando se refere à mediação. Então, a  
869 partir do momento. E essa é a nossa proposta. E é o ofício que nós encaminhamos ao  
870 presidente e a mesa diretora. A partir do momento que se o consórcio Candonga, foi  
871 negligente e sem prudência. Ao aceitar o nome naquela reunião. Se ele não aceita mais o  
872 nome, o processo de mediação se acaba. Então o quê que nós estamos encaminhando senhor  
873 presidente. Estamos encaminhando o teor do nosso ofício que é: a revogação da resolução  
874 378, o restabelecimento da vigência da resolução 355. Porque o Conselho já deliberou isso, ta.  
875 E a continuidade do processo e seus tramites normais. Hoje eu já darei entrada no segmento  
876 das ações judiciais, que estão em trâmite. E pra nós. E eu gostaria que o Conselho deliberasse  
877 sobre aquele ofício, senhor presidente. Revoga-se ou não a resolução 378? Ta. Porque no  
878 nosso entendimento, ela está revogada, a partir do momento que a Fundação Nacional não foi  
879 contratada. Então esse é o nosso... que o conselho delibere sobre esse pedido de revogar a  
880 resolução 378, a partir do momento que não existem os fatos que a mantém. E volte a vigor a  
881 resolução 355. **Presidente:** Eu estou com inscrição da atingida, chamada Gisele. E eu quero  
882 deixar muito claro aqui, que esse trabalho tem sido feito em conjunto entre as três partes. Diz  
883 respeito a mediar conflitos. Então a gente está falando aqui em mediar conflitos. Eu gostaria  
884 que as pessoas além de serem objetivas e claras, pudessem falar a respeito de conflitos, se for  
885 o caso. Pois não. Pois não. Gisele, por favor. **Gisele – Atingida da UHE Candonga:** Bom  
886 dia a todos aqui presentes. Eu só quero esclarecer, o porquê de todos esses atingidos que estão  
887 aqui hoje, não vieram antes. Ou por falta de oportunidade. Porque essas três pessoas aqui  
888 presentes, nunca convidaram os atingidos para participar dessa reunião. E outra, nós de Nova  
889 Soberbo, temos sim o projeto de reativação econômica. Só que não funciona inteiramente por  
890 falta de pessoas. Que estão sendo reprimidas de participar desses projetos. Hoje, lá em Nova  
891 Soberbo, são 52 pessoas que participam de projetos. São divididos em projetos de malharia,  
892 bucha vegetal, artesanato, patchwork, que o artesanato inclui patchwork, confecção de  
893 cachecóis, acessórios e tudo. Projeto de galinhas, criação de galinha, de plantas. E lá em Nova  
894 Soberbo, só não tem mais pessoas, por causa de pessoas, não. Os três aqui reprimem várias  
895 pessoas de aparecerem lá em cima. **Presidente:** Por favor. Eu vou pedir para não haver  
896 interrupção. Eu já fiz um alerta. E eu vou pedir outra vez. Senão eu encerro a participação de  
897 quem quer que seja. Eu vou usar o meu poder de presidente deste colegiado. Não vou permitir  
898 intervenção e muito menos debate. Eu gostaria que você fosse sucinta, porque eu falei antes  
899 aqui, não sei se você reparou. Se você fala na maneira que você está falando não existe  
900 conflito. Então eu penso, não cabe nem a fala. Aqui nós estamos tratando de mediação de

901 conflito. E você não tem conflito, pelo que eu estou entendendo da sua fala, você está sendo  
902 atendida. Então nós temos que tratar dessa questão. Mas ainda assim, você pode continuar a  
903 manifestar. Por favor, só seja mais objetiva. **Gisele – Atingida da UHE Candonga:** Conflito  
904 não tem. OK. Lá na extensão dos quintais de Nova Soberbo, oferecem sim, vários recursos  
905 para a comunidade dos atingidos estarem trabalhando. Eu por exemplo, na confecção de  
906 cachecóis, recebi, aprendi várias coisas. E estou encaminhando. Eu tenho 19 anos ainda, não  
907 tenho o meu serviço fixo. Estou a procura no mercado de trabalho. Esse projeto em Nova  
908 Soberbo está me ajudando muito. E eu queria apenas mostrar ao Senhor Presidente, que todos  
909 os atingidos que estão aqui presentes hoje, estão representando um projeto lá de cima. Lá de  
910 Nova Soberbo. **Presidente:** OK. Obrigado Gisele. Pois não. Pode. **Leonardo:** Eu só gostaria  
911 de manifestar, porque eu repreendo. Eu não reprimo e nunca reprime nenhum atingido pra  
912 participar de outro ou qualquer projeto. Ta. Sinceramente eu estaria satisfeito se todos  
913 tivessem felizes lá. Mas eu gostaria só de retificar. Porque eu gostaria que falasse uma pessoa  
914 que eu reprimi de participar de algum projeto. **Presidente:** OK. Ou que não. Eu só dei o  
915 direito ao Leonardo por que ele foi citado. Aí é diferente. Agora eu pergunto aos  
916 empreendedores se eles gostariam de manifestar. Pois não. **Empreendedor:** Primeiro bom dia  
917 a todos. Elogiar as falas do presidente, quando cita da necessidade de a gente ter um processo,  
918 transparente, e que envolva todas as partes. Primeiro eu quero colocar por partes. Colocar em  
919 relação a mediação que foi citada aqui agora a pouco. Eu acho que: como foi colocado na  
920 resolução CEAS, indicava a contratação, indicava Fundação e respaldava a Fundação como  
921 capaz pra realizar os trabalhos de mediação. E como qualquer contratação, e num processo  
922 transparente também, de negociação junto com a Fundação. E também dividido com todas as  
923 partes. Os ofícios divididos com todas as partes, nós colocamos os porquês da não contratação  
924 da Fundação, que realmente apresentava um preço muito superior, e inclusive não tinha a  
925 expertise comprovada e necessária em empreendimentos do setor elétrico. E apresentamos  
926 outras instituições. Inclusive uma delas faz trabalhos em parceria com a própria Fundação. E  
927 uma terceira instituição, que em nossa opinião é mais indicada, por ter maior experiência em  
928 empreendimentos nesse setor. Eu acho que, foi isso que foi tratado em todas as nossas  
929 discussões, todas as tratativas que teve junto ao CEAS, junto as partes interessadas. É a  
930 primeira colocação que eu queria dizer. Em segundo, na última reunião na mesa diretora. Com  
931 as partes interessadas presentes, com parte das partes interessadas presentes. Nós colocamos a  
932 disponibilidade, na intenção de revisar todos os projetos que existem lá hoje. No sentido de  
933 identificar se os projetos são ou não viáveis, e o que pode acontecer de melhoria. E não só os  
934 projetos de reativação econômica, mas os outros processos que foram colocados. Inclusive a  
935 questão da água e outros que vão surgir. Nós temos iniciativas em relação água. Que já foi  
936 comprovada por várias vezes a questão de potabilidade. E a COPASA inclusive, está sendo  
937 contactada pra fazer um novo estudo. E outras iniciativas vão ser tomadas. Esse é um ponto  
938 que mostra a nossa disponibilidade em mostrar tudo que está acontecendo e acompanhar,  
939 mesmo nos temas paralelos, aos citados: a reativação econômica e a extensão dos quintais.  
940 Dar continuidade na resolução desses problemas. Outra questão trata em relação aos projetos  
941 que são desenvolvidos hoje. Os projetos que foram criados e propostos pelos Soberbos, na  
942 verdade foram propostos em parceria com a comunidade. E são realmente. Necessitam  
943 realmente, pra resultado de engajamento produtivo. E esse engajamento produtivo se dá,  
944 também com esse processo de entendimento. De maturação, de identificação, de como essas  
945 metodologias podem ser apresentadas. E como esses trabalhos podem ser realizados. Esse  
946 processo de maturação, realmente não foi no tempo esperado. Porque a gente necessitava  
947 desse engajamento e necessitava também que outras pessoas acreditassem, pra que tivesse  
948 maior fluxo, maior demanda, até pra criação de novos projetos. Que justificassem a criação de  
949 novos projetos. Nós temos com um projeto recente que não foi citado agora lá. Pra  
950 capacitação de mão de obra, à partir das demandas de trabalho na região. Tivemos uma

951 adesão grande. Já tem um, como eu falei na última reunião, tem um escalonamento de  
952 trabalho durante todo o ano. E a gente acredita que capacitar mão de obra, trabalhar junto com  
953 eles, oferecer oportunidades de trabalho. Não só em relação à própria Soberbo. Mas aonde  
954 tiver oportunidade, onde eles podem desenvolver. Isso é algo de extrema importância, não só  
955 em Nova Soberbo, mas na região toda, que carece de mão de obra especializada. E eles  
956 poderiam oferecer isso. É um projeto que teve uma adesão grande. E outros projetos que vão  
957 ser pensados. Inclusive os projetos propostos. Como nós colocamos da outra vez. Projeto de  
958 Ave, projeto, qualquer projeto que for aparecer. De frigorífico que seja, jamais vai ser  
959 questionado de uma avaliação criteriosa. De avaliação econômica, de viabilidade econômica  
960 inclusive. Pra que a gente possa apresentar de forma séria e comprometida, pra que isso  
961 inclusive não gere transtornos maiores, depois da implantação de um projeto como esse. Isso  
962 a questão das associações. Eu queria colocar aqui a posição do empreendedor também. No  
963 sentido que a gente entende, que as associações que hoje estão lá. Uma associação com quase  
964 60 pessoas, num universo de 120 famílias. A outra associação representada aqui, do re-  
965 assentamento rural, que é previsto também no programa de reativação econômica, não só  
966 Soberbo, mas também Sete Quedas. E Marimbondo que não existe uma associação. Hoje nós  
967 temos aqui representantes de Rio Doce, do Conselho Municipal de Assistência Social de Rio  
968 Doce, estão aqui representados. Eu acho que se a gente busca transparência e legitimidade. Eu  
969 acho claro e notório que é necessária sim essa avaliação in-loco por parte do CEAS. E é  
970 necessário sim, dar oportunidade, pra que essas pessoas que estão aqui. Que se colocaram por  
971 não ter tido voz até então, se apresentem como tal. No intuito de levar todos aqueles que  
972 eles representam. Acho válida essa análise por parte do CEAS, ela deve ser feita realmente. E  
973 incluindo inclusive as associações de re-assentamentos rurais, previstas no programa de  
974 reativação econômica. Sobre legitimidade, eu acho que isso vai caber a vocês avaliar, e eles  
975 mesmos podem falar. Eu não posso interferir nesse processo de forma alguma. Eu apenas  
976 negocio com aquelas associações que nos procuram e que nós reconhecemos como tal. Jamais  
977 tiramos a oportunidade de negociar com os atingidos aqui presentes. Acho que isso tem que  
978 ser feito de uma maneira transparente e clara. Pra que não julguem inclusive, não apareçam  
979 inclusive, possibilidade de questionamento sobre essa negociação. E acho que se existe essa  
980 dúvida, em relação à legitimidade, quem representa quem. A gente reconhece que 85%, como  
981 o Senhor José Antônio colocou aqui agora, é representado por ele. De forma alguma, até  
982 porque nós estamos na comunidade também. Temos contatos com eles diários. E acho que  
983 eles têm voz própria. Alguns representantes de outras associações. E acho que nós estamos  
984 disponíveis inclusive para negociar com aqueles que o CEAS indicar da melhor forma.  
985 **Presidente:** OK. Sandro, Glauco, quer manifestar? **Sandro Horta – Repres. Do**  
986 **empreendedor:** Eu acrescentar. **Presidente:** Por favor, Sandro. Faz só um favor pra mim.  
987 Falar mais próximo que a gente está gravando. **Sandro Horta – Repres. Do empreendedor:**  
988 Bom dia a todos. Eu rapidamente queria acrescentar dois pontos. Existe um trabalho sendo  
989 feito no campo. Independente de toda a discussão que a gente tem tido aqui, nos últimos  
990 meses. É um trabalho sério dessa diretoria. Eu não vou falar pelos dez anos. Vou falar pelo  
991 que está acontecendo agora, e pela nossa disposição. E entendo também, que esse Conselho  
992 vai ser muito prudente, em avaliar toda a situação. E gostaria de pontuar quê o que mudou das  
993 primeiras reuniões que nós tratamos sobre mediação. Foi simplesmente o fornecedor desse  
994 trabalho. Que o nosso propósito não mudou desde então. As nossas intenções não mudaram  
995 desde então. Houve um desacordo comercial, se a gente conseguir resolver isso aqui agora,  
996 permanece o trabalho de mediação e todo o trabalho de reativação econômica, sobre a  
997 supervisão deste Conselho. Muito obrigado. **Presidente:** OK. Eu gostaria só de fazer um  
998 comentário a respeito das falas até então. O que eu estou entendendo é o seguinte: nós temos uma  
999 situação. Que é bom a gente ter a consciência, de que, aqui a gente se estabelece a proteção  
1000 social básica. Então por isso o plano de assistência social para os atingidos. No momento que

1001 a gente tem manifestações, já de atingidos e pelo próprio empreendedor. Que tem pessoas que  
1002 se sentem já satisfeitas, já economicamente realizadas. É louvável, eu quero parabenizar essas  
1003 pessoas, mas continuam algumas, que não foram. Não é? Ainda atendidas. Então nós estamos  
1004 falando dessas pessoas, cuja proteção ainda continua sem a proteção. Aquelas que se sentem  
1005 satisfeitas, o empreendimento está gerando resultado. Ótimo, ótimo. Eu quero parabenizar por  
1006 isso. Mas aqueles que continuam sendo atingidos essa nós precisaram re-estabelecer e com  
1007 urgência. Afinal, nós não podemos deixar acontecer do jeito que esta. Conselheira Juanita.  
1008 **Conselheira Juanita:** Bom. Presidente, Eu penso que nós conselheiros já estamos aptos a  
1009 votar. Porém, com a colocação da comissão dos atingidos e da colocação dos  
1010 empreendedores. E isso já é fato pra todos nós. E já é fato, também pra ambas as partes. Que  
1011 violações de direitos existem, pendências existem e elas têm que ser resolvidas. O que nós  
1012 estávamos aqui, era num processo de tentar mediar esses conflitos. E que chegou num  
1013 momento de impossibilidade. Então cabe a esse Conselho, a essa responsabilidade de voltar  
1014 com a mediação. É quem tem essa competência. Frente a isso, conforme o Marcelo, o Glauco  
1015 colocou também. O que nós estamos tendo aqui é a impossibilidade de uma mediação de  
1016 terceiro, de uma situação existente. Porém, a situação permanece. E compete a esse CEAS,  
1017 continuar esse trabalho, para semear ou mitigar as situações que estão passando os atingidos  
1018 que estão nessa situação. Porque a gente está vendo que nem todos estão. Frente a isso, a  
1019 comissão propôs um encaminhamento, seguindo a lógica e fluxo normal. Da impossibilidade  
1020 da Fundação Nacional mediar esse conflito. E a possibilidade, entendendo esse Conselho, de  
1021 outra instituição, mediar, porém já desfavorável pela comissão. Portanto o encaminhamento  
1022 da comissão foi-se. Por isso, eu proponho um novo encaminhamento. Aí eu gostaria de pedir  
1023 tanto a comissão, que agora os atingidos, que sempre de uma forma respeitosa. Vem nesse  
1024 Conselho. Esse Conselho de uma forma respeitosa também faz a tratativa e o tratamento, para  
1025 com eles. Que é da nossa responsabilidade. E gostaria de pedir também aos empreendedores.  
1026 Que nós temos uma situação, situações de pendências comunitárias que não foram resolvidas  
1027 e situações de pendências individuais. Que estão pendentes. E isso tem que ser resolvido. E  
1028 nós temos nesse Conselho, uma situação real, que foi mais séria do que Candonga. E que está  
1029 sendo resolvida, sem mediação de conflito. Então eu proponho um encaminhamento. O  
1030 encaminhamento é: que a gente faça um termo de compromisso entre o empreendedor e os  
1031 atingidos. Para que seja feita a negociação de todas as pendências na mesma lógica que foi  
1032 feito com Braunas. O CEAS tem o levantamento de todas as situações de pendências  
1033 coletivas. Nós vamos junto com os atingidos fazer o levantamento de pendências individuais.  
1034 E junto com Candonga, fazer o atendimento dos atingidos, dentro do que houver violação de  
1035 direito. Esse é o encaminhamento presidente. Porque a mediação de conflito via terceiro é  
1036 impossível. Então o nosso encaminhamento é que se faça um termo de compromisso entre:  
1037 atingidos e empreendedor. Nós temos um levantamento já de todas as violações comunitárias.  
1038 O que nós vamos fazer junto com os atingidos é as violações individuais. E um termo de  
1039 compromisso com o empreendedor. Dentro do prazo da vigência dessa resolução e estabelecer  
1040 todas as situações que estão pendentes. É claro que essa resolução de acordo com o pedido do  
1041 Dr. Leonardo, ela vai ter que ser revogada. Porque não vai mais existir mais comissão de  
1042 mediação. Mas, no entanto, nós temos que resolver. E o encaminhamento. Aí eu proponho o  
1043 encaminhamento e análise dos conselheiros. É no sentido de estabelecer este termo de  
1044 compromisso. E o CEAS monitorar juntamente, com os atingidos e com o empreendedor, a  
1045 resolutividade dela. **Conselheiro Marcelo:** É só pra entender também. Acho interessante a  
1046 proposta apresentada pela Conselheira Juanita, mas eu queria entender como que seria o  
1047 processo. Se nós vamos trabalhar pontualmente cada caso. Então seria, sentaria Conselho  
1048 Estadual, atingido e empreendimento. E em cima deste ponto nós faríamos um termo de  
1049 compromisso com este. Ou seria um termo de compromisso coletivo. Mas analisando  
1050 pontualmente cada situação. Ao final. Pois é. Mas é. Quem assinaria. A gente tem que

1051 analisar esses aspectos porque, como que seria, porque se são 100 atingidos, vamos imaginar.  
1052 Acredito que são 105 casos. Não é isso? Então nós vamos sentar primeiro com o primeiro  
1053 caso. O primeiro atingido com o Conselho Estadual, porque se nós fomos discutir  
1054 coletivamente, cada um tem um problema diferenciado. Não é isso? E cada problema terá que  
1055 ser sanado entre o atingido e o empreendimento. Então eu quero entender essa lógica, e esse  
1056 processo como se dará. **Conselheira Juanita:** Então, eu penso, sabe Conselheiro Marcelo.  
1057 Que nós já temos diagnosticado em todo o processo de Braunas, quais que são as pendências  
1058 coletivas. Então isso é fato. Nós já sabemos também, quais são as pendências individuais, que  
1059 são listadas aqui diariamente. Que são as pendências de: Porta da cozinha pra frente. De  
1060 terreno, de caixa d'água, de água. Que são as pendências individuais, mas que afetam a  
1061 comunidade como um todo. Então esse termo de compromisso seria listar todas essas  
1062 pendências. E de comum acordo entre as partes. Estabelecer a resolutividade desta. O CEAS  
1063 se manteria, mais afastado no monitoramento na mesma lógica que aconteceu com Braunas.  
1064 Agora, tem que ter a boa vontade e o interesse de ambas as partes. E ninguém aqui ficaria  
1065 brincando de trabalhar com ninguém. Eu acho que é a última saída que nós temos pra resolver  
1066 Candonga. A situação dos atingidos. Porque eu penso que, pra justiça já tá. E justiça a gente  
1067 sabe da morosidade da situação. E o nosso objetivo maior, é resolver a situação dos atingidos,  
1068 e não do empreendedor. E a situação dos atingidos, eu penso presidente, que neste Conselho,  
1069 a gente consegue de uma forma mais rápida. Resolver essa situação que já vem se  
1070 extrapolando, como todo mundo sabe, por dez anos. **Presidente:** Que é o Dr. Leonardo ali.  
1071 **Leonardo:** Sr. Presidente, Senhora Conselheira. Conversei rapidamente com os atingidos. E  
1072 primeira coisa, nós confiamos no CEAS e na mesa diretora. Nós entendemos que pra resolver  
1073 este problema tem que haver uma terceira pessoa mediando. Então nós aceitaríamos, a  
1074 mediação da mesa diretora do CEAS, mas desde que restabelecesse a vigência da resolução  
1075 355. Nós não aceitamos suspender a vigência dela, tá. Aceitamos a proposta da Conselheira,  
1076 desde que, a mesa diretora seja a mediadora. Porque, em minha opinião, incluímos os  
1077 atingidos também, se não tivesse uma necessidade de uma intervenção de terceiros, nós já  
1078 teríamos resolvido, como resolvemos em Brauna. Porque o processo começa, você sente a  
1079 confiança um no outro. Então, nós aceitamos a mediação da mesa diretora, mas desde que re-  
1080 estabeleça a vigência da 355 porque no caminhar da mediação da mesa diretora, caminha-se  
1081 os processos judiciais também. **Presidente:** OK. Senhores Conselheiros. Eu penso que já  
1082 estamos devidamente esclarecidos. Eu dei o Leonardo pra ouvir, porque quando eu ouvi a fala  
1083 dos empreendedores. A fala ficou muito clara, continuamos com a intenção. Inclusive que eu  
1084 não estou falando de dez anos, estou falando dos últimos dois, desta gestão. Com a intenção  
1085 de negociar, de mediar e de resolver. Assim eu estou entendendo. Se for essa a intenção, eu  
1086 precisava ouvir, na situação de sair, a Fundação, de outra instituição. Essa mesa está  
1087 mediando, para ouvir os atingidos. Mas ainda assim, se os empreendedores quiserem  
1088 manifestar, estejam à vontade. Pois não. OK. Glauco, Sandro, não? OK. Muito bem, então é o  
1089 seguinte, veja bem. Eu acho que está devidamente claro pra nós. A situação é que. É só  
1090 lembrar. Nós tivemos uma resolução 355 que cassava e não aprovava o PAS, OK? Essa  
1091 resolução, a partir do momento que houve a intenção das três partes, em haver a mediação.  
1092 Nós sentamos, e aí este Conselho deliberou por: suspender o efeito da resolução 355.  
1093 Suspender o efeito dela, até que resolvêssemos os problemas. Agora existe uma situação a  
1094 resolução citou uma entidade que não mais faz parte. E, ela foi suspensa naquele ato, com a  
1095 resolução nova. Então agora, o que a gente vai deliberar aqui é que, a sugestão de  
1096 encaminhamento da Juanita, pelo que eu estou entendendo está aceita. Esse Conselho  
1097 continua as duas partes envolvidas, pra resolver os problemas. Mas aqui agora, é se, mantém o  
1098 efeito da cassação dos efeitos da resolução 355, ou se a gente cassa essa resolução anterior.  
1099 Então voltamos pra 355. Ou seja, nós aqui vamos deliberar se, esse efeito que foi suspenso,  
1100 ele cai por terra agora e a 355 volta a valer. **Conselheira Juanita:** Presidente, posso.

1101 **Presidente:** Pode, por favor, Juanita. **Conselheira Juanita:** Nós já tivemos a fala do Dr.  
1102 Leonardo, representando os atingidos, estando de acordo com a mediação da mesa diretora.  
1103 Esse conselho para estabelecer este acordo, precisa de acordo do empreendedor, no sentido de  
1104 nós nos pronunciarmos favoravelmente com isso. Agora com o restabelecimento da resolução,  
1105 isso é fato, porque o PAS não foi cumprido. Então isso é fato. Porém, este Conselho não vai  
1106 deixar de trabalhar, para o cumprimento do PAS, porém conjuntamente com o empreendedor  
1107 e com os atingidos. Então eu penso presidente, que o empreendedor tem que se manifestar,  
1108 porque senão a gente também nem votará nesta proposta encaminhada, porque se não tiver  
1109 interesse do empreendedor, na resolutividade da situação. **Presidente:** Volto então à fala pros  
1110 empreendedores, por favor, se quiserem manifestar. Só um minutinho, por favor. Os  
1111 empreendedores ouviram o encaminhamento da Juanita. É questão de gravação. Precisamos  
1112 saber antes da deliberação. Vocês querem manifestar? Não são obrigados. Mas querem? Por  
1113 favor. **Empreendedor:** Bom dia, a todos. Eu queria registrar aqui. Re-visitando a resolução  
1114 378, que lá prevê, antes de mais nada, a inclusão de representantes legítimos da comunidade.  
1115 A proposta aqui colocada do CEAS fazer a mediação. É tamanha a nossa disposição em  
1116 continuidade com as negociações, pra resolver as pendências que estiverem na localidade, lá  
1117 na região, da área de influência da UHE Candonga, permanece. Seja por contratação em  
1118 princípio, de alguma daquelas entidades que nós colocamos. Aqui então, fazendo, novamente,  
1119 reafirmando o que foi colocado por meus colegas. Ou seja, pela intermediação, pela mediação  
1120 do CEAS. Eu gostaria de fazer um pedido aos Conselheiros, que na hora de fazer a votação,  
1121 que não. Não estou aqui pedindo pra acreditar nas minhas palavras, que talvez eu esteja numa  
1122 situação desfavorável, e ainda não conseguimos alcançar a credibilidade suficiente, para que  
1123 as nossas palavras aqui tenham peso que talvez pudesse servir de base para alguma decisão.  
1124 Mas o que eu queria pedir é reafirmando a palavra do colega Marcelo aqui. É que  
1125 definitivamente, os representantes que hoje constam na resolução, não têm 85% dessa  
1126 representatividade e ao mesmo não pedindo aos senhores pra acreditar nas minhas palavras.  
1127 Mas que acreditem nas palavras daqueles que estão aqui presentes, de inclusive de outros  
1128 municípios representados aqui, que é Rio Doce. E que, eu gostaria até de fazer uma outra  
1129 proposta, a este Conselho. Que se houver a disponibilidade, talvez de instituir uma comissão,  
1130 só para ir in-loco, e ver agora o cenário atual, o que está acontecendo e conversar com as  
1131 pessoas. Não precisamos participar disso. Podemos ficar fora desse processo. Mas que o  
1132 CEAS vá lá e olhem, realmente, se as pessoas que constam hoje na resolução 378, realmente  
1133 representam a maioria. Em assim sendo, se for isso constatado, entendo eu, que eles têm a  
1134 legitimidade para deliberar sobre a comunidade. Mas do contrário, entendo eu, que a própria  
1135 resolução 378 prevê isso, na inserção de novos atores, novos agentes, que aqui, conselheiros,  
1136 gostaria de registrar que estaríamos cometendo um grande equívoco em não ouvir essas  
1137 pessoas. Se vai ser no futuro, o Conselho deliberar para inclusão ou não, caberá ao Conselho,  
1138 com toda a sua competência. O que eu estou pedindo é para dar oportunidade, que essas  
1139 pessoas sejam ouvidas, e os senhores vão constatar que o quê nós estamos colocando aqui. Ou  
1140 melhor, o que foi colocado pelos próprios atingidos aqui. Não são representados na sua  
1141 maioria, por estes senhores, ao qual nem assim, não questionando a legitimidade e não  
1142 estamos aqui falando que não vamos continuar em conversa. Gostaria de fazer esse apelo. Por  
1143 favor, pensem nisso. Porque um processo retornar pra justiça, como os próprios conselheiros  
1144 colocaram, é prejudicial para todos. E qualquer que seja o encaminhamento, se houver, eu  
1145 gostaria de registrar também, que juridicamente, se houver a cassação a revogação dessa  
1146 suspensão, não restará outro caminho, senão continuar livre na justiça. Isso interferir. Isso foi  
1147 colocado deste o início, pela própria Fundação, que interferiria nas negociações. Que  
1148 estaríamos já entrando num ambiente favorável, de pressão. Onde seria aquela guerra de  
1149 jurídicos pra tentar provar ou contestar qualquer que seja a forma. Então eu gostaria que a  
1150 deliberação fosse no sentido dos senhores irem in-loco. O Consórcio já se coloca à disposição

1151 aqui, pra pagar todas as despesas. Se permitido for. Dos conselheiros in-loco. A gente arca  
1152 com esse compromisso, se o CEAS não tiver esta estrutura. Vamos conhecer e conversar com  
1153 cada um aqui in-loco. E os senhores verão que a comunidade tem outros representantes  
1154 legítimos e que são a maioria. Gostaria de fazer essa colocação. Obrigado. **Presidente:** OK.  
1155 Obrigado. Questão de ordem, o Dr. Leonardo pediu, manifeste, por favor. **Dr. Leonardo:**  
1156 Senhores conselheiros. Eu estou entendendo que nós estamos encaminhando. Então eu  
1157 gostaria de encaminhar claramente a proposta, no nosso entendimento. A decisão hoje aqui é:  
1158 revogar a 378, ela deixa de existir. O Conselho teria que tomar essa deliberação. Com essa  
1159 nova proposta da Juanita, faz-se uma nova resolução. E condição *sine qua non*, para nós  
1160 aceitarmos a mediação da mesa do CEAS, da mesa diretora, pela confiança que nós  
1161 depositamos em vocês. É manter a vigência da 355 durante esse processo de mediação. Se o  
1162 conselho deliberar que não, que a 355 fica suspensa a vigência dela, nós não aceitamos a  
1163 mediação. Continuamos a lúdia. Porque nós entendemos que pro bem desse processo, seria  
1164 bom a mediação do CEAS, manter essa vigência da 355 continuar as discussões, que  
1165 certamente não impedem de nós entrarmos em qualquer acordo. Essa é a nossa proposta  
1166 encaminhada e gostaríamos que fosse votada. **Presidente:** OK. Pessoal. Eu acho que já está  
1167 claro. Todas as partes já foram ouvidas. Eu quero. Parece que ainda existe dúvida. Pra gente  
1168 votar. A questão aqui é. A proposta de Juanita é que esse conselho se debruce, na mediação.  
1169 Tem um problema qualquer aí que. É o seguinte, a proposta de Juanita, é que este Conselho  
1170 faça junto com as partes envolvidas. Mas levando-se em consideração que, aquilo que foi. A  
1171 proposta de Juanita é que, uma vez, a resolução última. A resolução última nossa, ela  
1172 suspendeu o efeito de cassação da 355. Ela suspendeu até que pudéssemos resolver. Uma vez  
1173 aquilo que foi concordado naquele ato, e que foi escrito uma resolução última, não aconteceu.  
1174 Não aconteceu. Então agora o quê que ocorre? A sugestão de Juanita é que. Isso pra nós está  
1175 ratificado. Pra ela na posição dela, me corrija, por favor. Está muito claro, de que vai ser  
1176 revogada essa suspensão. Porque não foi cumprido. Aí existe então um trabalho, a posteriori.  
1177 E a gente quer que isso aconteça, porque pra nós não interessa o conflito. Pra nós não  
1178 interessa se vai ganhar A ou B. Pra nós interessa que seja estabelecida a proteção básica. E  
1179 que seja ressarcidos os direitos que foram violados. E que está claro. Isso que interessa pra  
1180 este colegiado. E que é exatamente essa proposta que o Leonardo acabou de colocar. Está  
1181 claro pros conselheiros? Tem alguma dúvida? Pode votar? A dúvida é. A colocação é. A  
1182 proposta é que, da Juanita e que ficou claro aqui que o empreendedor não aceita. Ficou claro.  
1183 Ficou claro. Porque a aceitação dele é se não cassar o efeito da última resolução. E a proposta  
1184 dos atingidos é que precisa cassar. Então está claro, o conflito está estabelecido. Não é? Está  
1185 claro? Se não tiver, nós voltamos a debater. Nós não podemos é votar sem ter clareza.  
1186 Conselheiro Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Eu penso que, em cima da fala última do  
1187 empreendimento. Deixou entender realmente que nós não temos outra alternativa. Mas a  
1188 gente tem que fazer uma avaliação de que, uma coisa, é as questões jurídicas que já estão  
1189 sendo postas e que já existem no judiciário. E essa aí, está lá, e se o empreendimento ou se os  
1190 atingidos entenderem em dar continuidade, que o façam. Isso não diz respeito ao CEAS. O  
1191 que diz respeito ao CEAS é: existe um PAS que não foi cumprido. Que não está sendo  
1192 cumprido. E que há a intenção de resolutividade. E essa intenção de resolutividade passa pela  
1193 proposta apresentada pela Conselheira Juanita. Havendo essa possibilidade desta proposta  
1194 apresentada pela Conselheira Juanita. E aí a gente tem que presidente, voltar ao  
1195 empreendimento, pra saber se eles vão aceitar essa proposta. Se houver a possibilidade, muito  
1196 bem. Nós temos condições de votar. Neste aspecto apresentado pela conselheira Juanita. Caso  
1197 o empreendimento não entenda da forma como está sendo proposta. Nós não temos outra  
1198 alternativa senão, também votar pela cassação da 378, e ponto final. **Presidente:**  
1199 Conselheiros, dúvidas? A situação aqui é a seguinte. A situação que está clara é o seguinte. Eu  
1200 vou voltar a colocar. A 355 cassou o Plano de Assistência Social. Não foi cumprido. Cassou.



1201 Cassou. OK. OK. Podemos fazer a linguagem pra vocês entender. O Plano de Assistência  
1202 Social não foi cumprido. Até a resolução 355 diz não foi cumprido o plano, e cassou aquela  
1203 resolução de aprovação. Pronto. Essa é uma situação. Quando houve a pré-disposição das três  
1204 partes, em mediar, pra tentar resolver. Nós estabelecemos uma outra resolução e falamos:  
1205 vamos suspender o efeito de cassação pra que pudesse resolver os problemas. E fizemos. E  
1206 assim fizemos. Essa resolução última então, ela suspendeu o efeito de cassação do PAS, para  
1207 que a gente pudesse restabelecer a situação. Agora nesse momento, está claro que não foi  
1208 resolvido absolutamente nada, pelas várias razões aqui já elencadas. Então o quê que a gente  
1209 precisa fazer? Já que não foi resolvido. E que inclusive essa ultima resolução cita a entidade  
1210 que faria a mediação. É cassar essa resolução última. Ao cassar essa resolução última, volta-se  
1211 a 355, que é, a cassação da aprovação. Não foi aprovado o plano de assistência social. Está  
1212 claro? Está claro? Tem alguma dúvida ainda? Se tiver, nós vamos clarear. Nós só não  
1213 podemos votar sem clarear essa situação. OK. O Marcelo ainda quer fazer uma intervenção.  
1214 Vou voltar pro Conselheiro Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Olha, eu quero fazer uma outra  
1215 reflexão aqui, porque o que o Conselho Estadual busca é o entendimento. Não é? Eu penso o  
1216 seguinte, gente. Se nós estamos num processo de mediação, se o Conselho Estadual, a todo  
1217 instante busca o consenso. E se há por parte tanto do empreendimento quanto dos atingidos,  
1218 um respeito e uma credibilidade pelo trabalho que o Conselho Estadual, vem fazendo. E isso,  
1219 a gente reconhece em cima da fala tanto do empreendimento quanto dos atingidos. Eu queria  
1220 fazer uma reflexão. Ora a resolução 378, ela fala que até outubro, nós teríamos que fechar o  
1221 trabalho. De mediação e chegar ao entendimento do conflito. Não é? Se nós temos essa  
1222 primeira proposta disso. Se houve por parte dos atingidos, o entendimento de que o Conselho  
1223 Estadual poderá trabalhar em cima disso. Mediar em cima disso. Eu perguntaria, para análise  
1224 e reflexão de todos nós. Porque não, ou continuarmos neste prazo até outubro, ou faríamos na  
1225 resolução. Ou colocaríamos na resolução, por exemplo, daríamos um prazo de suspensão, que  
1226 não fosse outubro, mas de três meses. Pra ver até onde estamos avançando. Pra ver se nós  
1227 teríamos condições ou não da continuidade. E se dentro desses três meses chegarmos a  
1228 conclusão que há dificuldade tanto por parte do empreendimento, quanto por parte dos  
1229 atingidos. Aí sim, nós manteríamos a 355. Mas neste período, nós teríamos um prazo de pelo  
1230 menos uns três meses. De trabalho entre o atingido e o empreendimento, pra ver até onde vai  
1231 a boa vontade do empreendimento e a boa vontade dos atingidos. Essa é uma segunda  
1232 proposta presidente. **Presidente:** Eu acho que ela é muito clara e objetiva. Agora, eu preciso  
1233 voltar ao representante dos atingidos. Dr. Leonardo. **Dr. Leonardo:** Sr. Presidente. Sr.  
1234 Conselheiro. Porque não? Porque naquela reunião que instituiu a mediação da 378 havia a  
1235 confiança no Conselho, lógico. A confiança na Fundação Nacional de Mediação. E no início,  
1236 demos um voto de confiança ao empreendedor. Hoje, hoje, eu espero que eu retifique essas  
1237 palavras. Existe a confiança da comissão no CEAS, mas não existe, tá. Quero retificar essas  
1238 palavras daqui a três meses. Não existe a confiança, no empreendedor, da sua boa vontade de  
1239 resolver. Então eu proponho diferente. Que se mantenha a vigência da 355, e daqui a três  
1240 meses nós voltemos aos debates na reunião de comissão do CEAS. Pra ver se nós  
1241 concordamos com a suspensão dela. Porque nós estamos entendendo que hoje, manter esses  
1242 processos judiciais e a vigência da 355 vai ser um requisito para o sucesso dessa idéia da  
1243 Juanita. Então a nossa condição é manter a vigência da 355 e daqui a três meses, nós voltamos  
1244 a analisar. Se nós sentirmos novamente a confiança do empreendedor, o que não temos hoje.  
1245 Nós mesmos vamos pedir a suspensão da 355. **Presidente:** OK. Acho que está muito claro.  
1246 Não é? Qualquer aceitação por parte dos atingidos é que volta a 355. Ou seja, o PAS continua  
1247 cassado. A situação que o Marcelo propôs era uma terceira via. É que a gente não. Nós vamos  
1248 ter que revogar essa resolução de qualquer jeito, porque ela cita uma entidade que não vai  
1249 mais estar. Só nesse quesito. A proposta do Marcelo é só nesse quesito. E que fica suspenso  
1250 ainda o efeito da cassação, durante três meses. Mas os atingidos não aceitam. Aí parece que o

1251 empreendedor está manifestando. Eu vou ouvir. Porque eu já abrir pro atingido agora vou  
1252 abrir pra ele. **Empreendedor:** A nossa manifestação é a seguinte, nós concordamos com a  
1253 mediação do CEAS. Concordamos com a mediação do CEAS, concordamos com a proposta  
1254 do Conselheiro Marcelo, e acrescentamos o seguinte, não é preciso estabelecer prazo de três  
1255 meses. Se for mantido o prazo de outubro, concordamos com isso. E concordamos que seja  
1256 incluída na deliberação a autoridade para que o CEAS suspenda os trabalhos e cancele tudo, a  
1257 qualquer momento que ele acreditar que não há uma evolução dos mesmos. Esta é mais uma  
1258 prova da nossa disposição. **Presidente:** Aí eu vou falar pro Dr. Leonardo, os três. O José  
1259 Antonio e o Geraldo, o seguinte: está existindo, várias propostas aqui, no sentido da gente  
1260 continuar a mediar. Existe uma boa vontade manifestada ali. E agora com a intermediação da  
1261 mesa diretora. É óbvio que as colocações que foram feitas, ouvir as pessoas que estão lá na  
1262 associação que está dando certo, tudo bem. Porque se eles estiverem satisfeitos e que não  
1263 precisa mais fazer mais nada, ótimo, eles continuam com o projeto deles. Mas as pessoas que  
1264 não estão estas é que nós estamos na razão da nossa continuidade aqui nesse trabalho. E isso a  
1265 gente vai ouvir. Aí, realmente seria mais uma vez, a confiança de você e que essa mesa  
1266 diretora pudesse estabelecer isso. Obviamente com as três partes. E aí seria vocês, o  
1267 empreendedor e esse mesa mais próximo, a essa mediação. Mas aí, tranqüilo. É continuar com  
1268 paz do jeito que está. A suspensão do efeito cassação continua, até que a gente possa  
1269 acompanhar. E ele inclusive, abriu mão do prazo, não precisa de três meses não. Vamos  
1270 acompanhar desde já. Se a gente ver, acompanha durante um mês, dois, o Conselho entender  
1271 que não tem. A gente vem e cassa. E aí, aí eu quero realmente como o sentido nosso é mediar  
1272 isso, eu gostaria que vocês quisessem uma reflexão, por favor. Vocês quiserem um pouquinho  
1273 de tempo, confabular os três. Fique a vontade. Fique a vontade. Agora se vocês já tiverem um  
1274 posição firme, por favor manifestem. E pediria o José Antônio, inclusive, o Geraldo, o  
1275 seguinte: Veja bem, se a gente cassa o efeito da última resolução, a gente volta pra 355 que é  
1276 a cassação do PAS. Isso vai, embora o jurídico vai pro mundo jurídico, a gente sabe disso.  
1277 Então vai ter gastos de ambas as partes. É um gasto e um desgaste, que a gente sabe, que  
1278 lamentavelmente a justiça nossa é morosa. E por ser morosa é injusta. De repente quem sabe,  
1279 esse colegiado, pode ter certeza, esse colegiado com muita firmeza. Com muita convicção,  
1280 com muita sobriedade. E eu quero aqui enquanto presidente do Conselho, me comprometer  
1281 estar, acompanhando de perto. Como fiz até então. Mas o colegiado vai fazer isso. Eu pediria  
1282 a vocês que pudesse fazer uma avaliação e manifestar, por favor. **Representante dos**  
1283 **Atingidos:** Senhor Presidente, eu na pessoa de representante da comunidade, na pessoa de  
1284 representante dos atingidos. Eu achava o seguinte. Já foi. Vê bem quantos meses já se faz que  
1285 já era para ter iniciado essa situação. Encontra-se uma situação de dificuldade, porque tem  
1286 muitas pessoas que precisam de trabalhar, de ganhar o seu pão. Vivem da aposentadoria,  
1287 como o senhor sabe. É caso que o senhor já sabe. Então é o seguinte, até o presente momento  
1288 não se for feito nada por parte do empreendedor. Então eu perguntaria pro presidente o  
1289 seguinte: como nós na verdade, confiamos inteiramente, é 1000%, no colegiado, na pessoa do  
1290 seu presidente, os conselheiros. Entendeu? Então o quê que a gente pensa é o seguinte: se  
1291 tivesse um curto prazo, um curto prazo, pra ser feito assim, pra marcar imediato, já o início da  
1292 mediação desse negócio, pra início de negociação, pra resolver a situação. Mas fosse uma  
1293 coisa rápida. Porque o tempo já passou quantos meses, que a gente estão batalhando nisso, e  
1294 eu acho que não dá mais essa situação. Então eu penso, que nesse caso aí, até daria pra gente,  
1295 concordar com isso. Mas concordaria, mais uma vez eu digo em cima da pessoa do Senhor  
1296 Presidente com o Conselho, com o colegiado, entendeu? Na confiança do senhor presidente  
1297 com o colegiado. Porque nós estamos aqui pra resolver essa situação. A intenção nossa é  
1298 resolver. Olha quanto tempo nós temos andado por aqui. Até hoje, nunca foi resolvido, não  
1299 foi por nossa parte, foi por parte do empreendedor. Então nesse voto de confiança que a gente  
1300 tem, no conselheiro, no senhor conselheiro, no senhor presidente, mais todos os conselheiros,

1301 a gente poderia até tentar isso aí. Agora eu quer dizer o seguinte: se a situação, se a gente ver  
1302 que realmente não está tendo interesse do empreendedor, ou quer ficar amarrando as coisas.  
1303 Eu acho o seguinte: é suspender tudo e entendeu? E tomar a providencia que o senhor  
1304 presidente achar que deve tomar. **Presidente:** OK. Eu agradeço a compreensão, por parte dos  
1305 atingidos. A fala do José Antônio. E eu acho que ele foi mais veemente agora e, para os  
1306 empreendedores. E aí, o Glauco e o Sandro, que está nesta representação desde as nossas  
1307 reuniões aí. Eu pergunto se é possível? Eles estão falando em curtíssimo prazo. E outra coisa,  
1308 esse colegiado não vai mais entrar em situação de postergar pra acontecer o que aconteceu lá  
1309 atrás. Independente de erro ou de equívocos. Esse colegiado não vai mais aceitar esse tipo de  
1310 situação. Aí eu pergunto o seguinte: É possível a gente em curtíssimo prazo, assumir esse  
1311 compromisso? Vamos sentar, vamos conversar, as três parte envolvidas. As três partes  
1312 envolvidas. Aqueles empreendimentos, aqueles projetos que têm dado certo lá. Nós queremos  
1313 ouvir, podemos ouvir, sem nenhum problema, eles vão contribuir. O que não quer dizer que  
1314 eles têm conflito. Se eles estão satisfeitos, ótimo. Isso vai servir de exemplo. Os exemplos  
1315 deles a gente pode tirar. Na tentativa de minorar os problemas. Aí eu pergunto. E aí o que a  
1316 gente vai fazer é o seguinte: cancelar essa última resolução em função de ela citar uma  
1317 entidade, que não mais vai trabalhar. Não é? Então a gente vai fazer isso. Mas continuam  
1318 suspensos os efeitos da cassação. Continua suspenso pra que a gente possa trabalhar. Mas o  
1319 espaço é curto, pra que possa haver boa vontade em fazer a tratativa. Essa é a proposta que foi  
1320 feita, pelo Marcelo por último. Houve a aceitação dos atingidos. Agora eu pergunto aos  
1321 senhores, nessa situação. Nesse curtíssimo espaço de tempo é possível essa tratativa? A mesa  
1322 diretora, atingidos e empreendedor. E vamos iniciar os trabalhos em curtíssimo prazo, e se  
1323 esse trabalho não render os frutos necessários, nós voltamos aqui, em cada plenária, e vê se  
1324 vamos cancelar. Nós não vamos estar mais, a situação. Há porque o empreendimento não  
1325 serve a empresa contratada não aconteceu, não. Isso não vai acontecer mais não. Nesse  
1326 plenário não. **Empreendedor:** Senhor presidente, só ver se eu entendi direito. A proposta do  
1327 Conselheiro Marcelo é, mantém a suspensão da 355 pelo prazo de três meses, a gente começa  
1328 as conversas imediatamente, e após três meses, se houver a evolução, a gente posterga a  
1329 suspensão, pra a gente continuar a discussão. Até outubro, inicialmente. É o prazo dessa  
1330 resolução. Ou seja, teoricamente o prazo estaria valendo, mas com o balanço daqui a três  
1331 meses. Mantém-se ou não. É isso. E eu entendi também que as outras pessoas também vão ter  
1332 a oportunidade de serem ouvidas, e aí, caberá ao conselho, a inclusão ou não. É isso? Estamos  
1333 de acordo. **Presidente:** A avaliação. O Conselho pode ter certeza, o conselho vai fazer essa  
1334 avaliação. E nós queremos saber a representatividade de fato. E se não tiver, não vai  
1335 participar. Se tiver participa. Se não tiver, não vai participar. Isso nós vamos avaliar. Isso aí é  
1336 liquido e certo. A outra situação que eu quero colocar é o seguinte: eu prefiro não citar três  
1337 meses. Porque é o seguinte: pode ser que a gente senta no primeiro mês, e não exista a boa  
1338 vontade. Se não existir a gente já cassa logo de uma vez. Acho que não tem que ter três meses  
1339 não. O período está marcado. A suspensão é até outubro, e o trabalho inicia de imediato. À  
1340 medida que evoluir a fala, a gente vai. Pode ser assim? OK. Eu quero só fazer uma outra  
1341 proposta ainda. E aí não compartilhei com nenhum dos conselheiros, e vocês estão  
1342 inteiramente à vontade. O que gente sabe, e agora vou fazer por única exclusividade do meu  
1343 pensamento individual, enquanto conselheiro. Do zelo pelo dinheiro público. Este colegiado  
1344 não tem orçamento pra estas empreitadas. Ela vai demandar viagens, vai demandar reuniões,  
1345 aqui e lá. Vai demandar. E aí, nós já tivemos uma concordância numa primeira reunião, que o  
1346 empreendedor arcaria com os custos dos atingidos. De viagem, de gasolina, de alimentação,  
1347 de hospedagem, se necessário. Houve essa concordância lá. Concordam? Ta. E que vocês  
1348 agora podem manifestar. O que esse Conselho gastar, o Conselho não vai arcar. O Conselho  
1349 não tem orçamento, e o dinheiro que nós vamos gastar é publico. E nós não vamos gastar esse  
1350 dinheiro público mais. Eu gastaria lá atrás. Agora eu me permito aqui dizer, que não vou

1351 gastar mais. Porque? Porque vocês mesmos têm uma redução na contratação nova, que pode  
1352 inclusive aplicar com este gasto. É a minha interpretação, eu pergunto a vocês se pode  
1353 acontecer? Pode. Pode manifestar, por favor. **Empreendedor:** Eu estou entendendo que o  
1354 Conselho está aceitando até a minha fala, que é custear as despesas de viagem dos senhores. É  
1355 isso? Perfeito. E também, ainda ratificando, mantemos a proposta de custear as despesas de  
1356 viagem dos atingidos. Pras reuniões que se fizerem necessárias. Eu só tenho uma dúvida, pra  
1357 não ficar perdido no espaço. As reuniões serão agendadas pelo próprio conselho? Perfeito.  
1358 Então estamos de acordo. **Presidente:** Com toda certeza, nós vamos estar fazendo uma  
1359 agenda. Um cronograma. Óbvio com aquiescência dos dois. E a gente sabe das limitações. O  
1360 que não quer dizer que nós vamos abrir mão de prazo por isso. Mas aí, eu quero até  
1361 compartilhar com os conselheiros. A responsabilidade que nós estamos assumindo é pra  
1362 continuar uma mediação e resolver conflito. Pra gente continuar estabelecendo proteção social  
1363 básica. Mas vai existir um sacrifício nosso muito maior. Porque nós vamos ter que demandar  
1364 mais gasto de tempo pra essa empreitada. OK. Exatamente. Eu tenho essa aquiescência de  
1365 vocês e esse comprometimento? OK. Então está bem. Pois não, professor. Me desculpa  
1366 Leonardo e depois eu passo pro Conselheiro Marcelo. **Dr. Leonardo:** Só pra esclarecer,  
1367 porque, até pros atingidos. Como a coisa está andando muito rápido. Há a concordância pela  
1368 mesa diretora, que representa o conselho. O CEAS fica na autoridade de suspender, de voltar  
1369 a vigência da 355, por deliberação da mesa. Correto? A qualquer momento, só que aquela  
1370 previsão da 378 de suspender os processos judiciais, eles continuam. Mesmo com a suspensão  
1371 da 355, isso vai influenciar em um processo. Os processos judiciais continuam. Os demais  
1372 processos. A 355 vai influenciar em um processo judicial específico. Então é só para deixar  
1373 claro aos atingidos. A mesa diretora faz a mediação. É lógico que ela vai tentar no mais curto  
1374 prazo. E, por deliberação dela, cabe a suspensão ou não da 355, diante da manifestação, é  
1375 lógico que é nossa. Correto? **Rep. Dos Atingidos:** Senhor presidente. Eu gostaria até que a  
1376 gente. Porque eu falei aí curto prazo. E curto prazo que eu acho. É assim, trinta dias. Dentro  
1377 de trinta dias, por exemplo, se não houve manifestação do consórcio, pra resolver isso aí. Aí o  
1378 senhor já entra exatamente em cima daquilo que o Dr. Leonardo falou. **Presidente:** OK. Está  
1379 claro, está claro. E esse colegiado está ouvindo atentamente a deliberação. Ela pode ser ad-  
1380 referendum do colegiado. É a mesa diretora que vai tomar a decisão. Mesmo porque, nós  
1381 precisamos acompanhar isso em cada reunião que houver. E necessariamente, pode haver uma  
1382 má vontade de uma hora pra outra, ou pode haver um equívoco qualquer, que não vai dar  
1383 continuidade. E nós não vamos esperar a plenária para deliberar não. Ela vai consolidar  
1384 depois ad-referendum, mas a mesa está com autonomia pra isso. É isso que está entendido  
1385 pelos Conselheiros? Então está claro. Pois não Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Está  
1386 demandando muito tempo. Mas, Rio Doce, conversou comigo aqui agora e trouxe uma  
1387 preocupação. Porque me parece que o Rio Doce veio, a convite dos empreendedores. Não sei.  
1388 Mas eles estão dizendo que eles têm projetos lá. O que me traz de preocupação é porque o  
1389 problema é Candonga. Rio Doce está trazendo uma situação nova aqui de projetos que eles  
1390 têm lá e tal. A minha pergunta, a minha pergunta é para a técnica. Senhor presidente. Rio  
1391 Doce está nesse processo de discussão de pendências e outras questões? Porque se não tiver  
1392 não temos como. **Técnica Rosalice:** Até hoje, não foi protocolado nada neste CEAS, de  
1393 pendência do município de Rio Doce. As pendências que estão no CEAS, é referente à  
1394 comunidade de Nova Soberbo. **Presidente:** Veja bem pessoal. Independente, se Rio Doce não  
1395 manifestou até então, ou não. Se tem projeto, ótimo. Que é excelente e que foi viável, seja  
1396 bem vindo, essa compreensão e esse aprendizado pra nós na comissão. Aqueles atingidos que  
1397 se sentem satisfeitos, conforme foi a manifestação da Gisele aqui. Ótimo, se a experiência está  
1398 dando certo. Vamos ouvir também. Mas nós queremos ouvir aqueles que não tiveram a  
1399 resolução ainda. Principalmente eles. E vamos ver como é que nós vamos tornar a viabilidade  
1400 desses projetos, bons, pra essa situação. Se é pertinente ou não. OK. Está claro. Muito bem.

1401 Então agora eu vou inverter. Só minutinho então. Vou ouvir então, o representante lá da  
1402 Prefeitura de Rio Doce. **Rep. Da Pref. Do Rio Doce:** Não se trata, senhor presidente, de  
1403 apresentar projetos que deram certo, ou que não deram certo. Não é o mesmo caso das outras  
1404 pessoas. Acontece que o empreendimento Candonga, envolve os municípios de Santa Cruz e  
1405 Rio Doce. O interesse de Rio Doce é acompanhar esse processo, na medida em que esse  
1406 processo pode trazer alterações. Não é? Nas relações empresariais, com relação a ICMS,  
1407 como relação royalties, é de interesse do município do Rio Doce, acompanhar essa questão.  
1408 Nós não estamos aqui pra influenciar na questão do conflito Candonga com atingidos de  
1409 Soberbo. Absolutamente, não cabe a nós isso. Isto cabe ao Conselho. Ao poder público de Rio  
1410 Doce, interessa sim, acompanhar de perto, uma questão que pode vir a futuramente.  
1411 Dependendo de como for resolvido, a afetar de alguma forma, a questão econômica e  
1412 administrativa do município. Nós queremos acompanhar. Como estamos aqui hoje. E como  
1413 temos vindo anteriormente. É só. **Presidente:** Pessoal, no momento que a gente fizer a  
1414 primeira reunião, essa mesa diretora, junto com as partes envolvidas, vai tomar as decisões. E  
1415 tudo que for viável, que for possível, pra contribuir no processo, nós vamos ouvir. Inclusive  
1416 os municípios. Mas nós vamos decidir isso junto com as três partes. Eu queria saber o  
1417 seguinte: Estão claro então para os conselheiros? OK. Então o que existe agora é, continua,  
1418 continua a negociação, a mediação, com as três partes. Nós vamos fazer um cronograma agora  
1419 com as partes envolvidas. Uma urgência que já foi clara aqui. E a situação é que nós  
1420 precisamos agora revogar a última resolução, em parte. Que é exatamente tirar o nome da  
1421 entidade. É alterar, de repente é alterar. OK. E continua suspensa então o efeito da 355 até que  
1422 a gente possa resolver. OK. Pois não? **Dr. Leonardo:** Nossa sugestão, eu acho que seria  
1423 melhor. Revogar a 378, e dessa deliberação fazer uma nova resolução. Porque tem algumas  
1424 questões de considerandos naquela resolução, que não mais vigem. Então, por exemplo, o  
1425 andamento dos processos judiciais. Essa é a minha sugestão. **Presidente:** OK. A minha  
1426 colocação é a seguinte: o ponto principal, é se cassa, a suspensão da 355 ou se continua. Isto  
1427 está resolvido. Agora os outros detalhes da resolução, nós podemos formular sem prejuízo de  
1428 ninguém, e inclusive com a aquiescência dos dois. Trazer pra essa plenária deliberar. Sem  
1429 nenhum problema. Ta OK? Embora a mesa diretora está com autonomia pra isso. Está claro  
1430 pessoal? O encaminhamento? OK. Eu pergunto se tem algum conselheiro contrário a essa  
1431 posição. Se tiver manifesta, se não. OK. Se tiver manifesta. Então, sou a favor do  
1432 encaminhamento, Geraldo. **Conselheiro George:** George, sou a favor do encaminhamento.  
1433 **Conselheiro Júlio:** Júlio, eu sou a favor do encaminhamento. **Conselheiro Márcio:** Márcio,  
1434 a favor do encaminhamento. **Conselheira Edma:** Edma, votando como titular, porque a sub-  
1435 secretária não está, a favor do encaminhamento. **Conselheira Edir:** Edir, a favor do  
1436 encaminhamento. **Conselheira M<sup>a</sup> de Lourdes:** Maria de Lourdes, a favor do  
1437 encaminhamento. **Conselheiro Mauro:** Mauro Alves, a favor do encaminhamento.  
1438 **Conselheira Cristiane:** Cristiane Nazaré, a favor do encaminhamento. **Conselheira Ana  
1439 Paula:** Ana Paula, a favor do encaminhamento. **Conselheiro Marcelo:** Marcelo, de acordo.  
1440 **Conselheira Juanita:** Juanita, a favor. **Presidente:** Então por unanimidade, o  
1441 encaminhamento está feito. Nós vamos estar, então, colocando pra reunião, a comissão dos  
1442 atingidos, os empreendedores e essa mesa diretora. A mesa diretora, quero deixar claro para  
1443 os senhores, que ela é ampliada. Cada presidente de coordenação de comissão participa. E a  
1444 gente desenvolve o trabalho. Quero parabenizar a todos, principalmente a vocês atingidos,  
1445 pela nobreza de mais uma vez nos dar esse voto de confiança. E podem ter certeza, que o que  
1446 a gente quer aqui, é fazer valer o mais alto grau do princípio da justiça. E aqueles atingidos,  
1447 que aqui estão, que não se sentem representados, vai haver o momento de vocês se  
1448 manifestarem, podem ter certeza que nós vamos fazer isso. OK. Pessoal. Quem quiser  
1449 continuar conosco, fiquem à vontade. E aqueles que quiserem retornar aos seus, ao seu  
1450 trabalho, fiquem também à vontade. Eu continuo então a comissão de normas. Volto a

1451 comissão de normas pra Ana Paula, pra que termine a relatoria. **Conselheira Ana Paula:**  
1452 Podemos dar um intervalo? **Presidente:** Pra um café. Cinco minutos pra um café. Pronto.  
1453 Pessoal, agora que eu observei o horário. Pra mim era umas nove e meia ainda. Mas são meio  
1454 dia e sete. A gente poderia voltar às treze horas? Treze horas, por favor. Ta bom? Obrigado.  
1455 **Presidente:** Conselheiros, boa tarde. Embora ainda não esteja completa, mas nós vamos dar  
1456 continuidade. E a Conselheira Ana Paula, enquanto coordenadora da comissão, por favor,  
1457 continue a relatoria da comissão de normas. **Conselheira Ana Paula:** Próximo ponto pauta,  
1458 discussão conjunta que foi feita ontem junto a comissão de apoio, aos conselhos municipais,  
1459 sobre a pertinência das deliberações da conferência estadual, à comissão de normas. E o  
1460 trabalho que foi feito, foi uma dinâmica de escolher nos eixos, construir as diretrizes e  
1461 propostas a partir dos eixos e das deliberações da conferência que eram afetas ao trabalho da  
1462 comissão de normas. Então a partir das deliberações da conferência estadual, estratégias para  
1463 suturação da gestão do trabalho no SUAS. A proposta, o que afeta a comissão de normas é  
1464 constituir um grupo de trabalho, para instituir a mesa de negociação do SUAS, até junho de  
1465 2012. Já com indicações nos nomes do Conselho Estadual e SEDESE. Na sub tela dois, re-  
1466 ordenamento e qualificação dos serviços sócio-assistenciais. Instituir um grupo de trabalho  
1467 conjunto com o órgão gestor, para propor o re-ordenamento dos quatro serviços  
1468 regionalizados. Implantação da câmara central de vagas, em cumprimento a resolução do  
1469 CEAS número 366 de 2011. Entre aspas, aprova as diretrizes pra organização dos serviços  
1470 regionalizados, proteção social especial de média e alta complexidade no âmbito do sistema  
1471 único de assistência social. E garantindo a participação dos profissionais envolvidos, o prazo  
1472 estipulado de seis meses. Subtema três. Fortalecimento da participação do controle social,  
1473 realização de quatro oficinas de trabalho com os conselhos municipais. Nos municípios  
1474 atingidos por empreendimentos hidroelétricos, juntamente com a comissão de apoio e os  
1475 conselhos municipais. As capacitações nos mesmos municípios que aconteceram as plenárias  
1476 descentralizadas. E as propostas para as capacitações serão elaboradas pelas comissões de  
1477 normas, política e apoio dos municípios. Subtema quatro. A centralidade do SUAS na  
1478 erradicação da extrema pobreza do Brasil. Indicar os representantes da comissão normas,  
1479 Maria Alves e Mauro, para discussão com a política sobre o subtema. **Presidente:** Está aberto  
1480 aos conselheiros. Conselheiro Volney. **Conselheiro Volney:** No Subtema um, eu queria que o  
1481 grupo refletisse, porque na conferência nacional, ficou definido que a mesa de negociação  
1482 seria criada até 120 dias, após a conferência. Então 120 dias daria janeiro, fevereiro, março,  
1483 abril. Então pra gente refletir sobre esse ponto. **Conselheiro Marcelo:** Ta. Nós pensamos  
1484 nisso, Volney. Inclusive pensando 30 de junho, porque, já que o grupo de trabalho vai iniciar  
1485 seu trabalho, até, a mesma negociação vai até abril. Então nós teríamos o respaldo da  
1486 nacional, pra contribuir na construção do nosso. E foi justamente por isso. Mas já que eu  
1487 estou com a palavra, presidente. Nessa mesa de negociação, a proposta também é de indicação  
1488 de nomes do CEAS pra compor. Eu penso que a bancada dos trabalhadores, deveria compor  
1489 essa comissão. Bancada de trabalhadores aqui é o CRESS, o PSIND e o SINTIBREF. Então,  
1490 como sugestão. **Presidente:** OK. Pergunto a plenária se está de acordo? Tem mais algum  
1491 conselheiro que queira participar? Independente da bancada. Não? OK. Conselheira Ana  
1492 Paula. **Conselheira Ana Paula:** Quarto item. Planejamento anual do CEAS, foram tres  
1493 propostas que a comissão encaminhou para discussão do planejamento. Letra A. Sistema de  
1494 monitoramento do conselho estadual. Construir uma proposta do escopo do sistema de  
1495 monitoramento, do controle social do CEAS, com a comissão de apoio e o conselho  
1496 municipal. E apresentar ao estado para os devidos encaminhamentos. Prazo de seis meses.  
1497 Para a elaboração do escopo, convidar um técnico de informática. Letra B. Propor uma minuta  
1498 de projeto de lei, tratando do plano de assistência social, para empreendimentos de resíduos  
1499 sólidos. Que envolvam desapropriação, como: mineração, canaviais e outros. Em articulação  
1500 com a Assembléia Legislativa e FONACEAS. Dois meses. Prazo: dois meses. Para obtenção

1501 da minuta. C) Plano de monitoramento e fiscalização das entidades conveniadas, diretamente  
1502 com a SEDESE, ainda dos CRAS e CREAS, a ser elaborado pelas comissões de apoio e  
1503 comissões de normas. **Presidente:** OK. Eu queria me inscrever aqui pra fazer uma fala. Quero  
1504 ressaltar a nobreza da comissão, quando fez esses encaminhamentos, muito bem vindo, em boa  
1505 hora, e eu acho que está mesmo, na hora da gente proceder essa minuta, e inclusive fazer uma  
1506 empreitada, todos nós, todas nossas entidades aqui, junto aos parlamentares, pra que isso  
1507 passe e corra num regime rápido de tempo dentro da Assembléia. Acho que é primordial sim.  
1508 Parabéns pra comissão. Legal. **Conselheiro Volney:** Com relação a essa  
1509 minuta, eu queria sugerir pra esse plenário, que estendesse o convite para comissão de meio  
1510 ambiente da OAB, na figura do Mário Werneck. Eu acho uma pessoa bem, experimentada  
1511 nesse conteúdo. Pra que pudesse colaborar nessa minuta aí, uma vez que ele tem uma  
1512 trajetória muito grande, principalmente aí, no campo das mineradoras, no Estado.  
1513 **Conselheiro Marcelo:** Pois é. O que a comissão discutiu. Conheço o Mário Werneck é  
1514 companheiro. Quando ele foi presidente da OAB, eu também fui presidente da OAB lá na  
1515 minha cidade, nós temos uma relação muito boa. A proposta que saiu da comissão, é de que,  
1516 esta minuta, seria num primeiro momento, construída pelo Conselho Estadual. E eu me  
1517 coloquei à disposição de fazer essa minuta. Formatar e passar pra comissão, e para os demais  
1518 conselheiros contribuírem. Penso que depois da gente ter esse trabalho já construído. Talvez,  
1519 com a sua relação com o Mário Werneck, dele também dar uma contribuição e posteriormente  
1520 a gente encaminhar para a camara. Ou a própria comissão. Não mas com o intermédio seu,  
1521 que fez a indicação. **Presidente:** Algum outro conselheiro? OK. Conselheira Ana Paula.  
1522 Terminou? OK. Então a comissão de normas, parabéns pelo trabalho, bacana, participativo,  
1523 coletivo, muito legal. Muitas alternativas excelentes. Vamos a comissão de política. Foi tres  
1524 encaminhamentos até agora. A última. OK. Eu queria, eu vou precisar me ausentar. Estou  
1525 com uma situação aqui urgente de viagem. E eu vou pedir ao Marcelo pra conduzir pra mim a  
1526 plenária por favor, Marcelo. Mas eu quero antes de sair, primeiro parabenizar este colegiado.  
1527 Pela sensatez, pela nobreza, pela potencialização que foi trazida a mesa. Não é? No que diz  
1528 respeito à deliberação sobre a questão da resolução de Candonga. E mais uma vez ressaltar,  
1529 que nós vamos precisar agora, fazer uma empreitada muito curta. E um trabalho muito árduo,  
1530 mas com muita serenidade e responsabilidade pra gente fazer a tratativa da questão de  
1531 Candonga. A técnica Rosa, ela. Nós temos outras técnicas agora envolvidas no processo. Mas  
1532 eu gostaria de que ficasse encaminhado aqui, que Rosa deve acompanhar, especificamente o  
1533 caso de Candonga. E eu já deixei claro também que a mesa diretora, vai fazer a tratativa, mas  
1534 ela é ampliada e tem os presidentes de coordenadores que são, pra estar conosco aqui. Tá OK.  
1535 Eu peço desculpa por ter que me ausentar. Mas eu preciso. É questão de força maior. Tá bom.  
1536 Bom fim de semana pra vocês. Até a próxima reunião e muito obrigado pela compreensão e  
1537 pelas deliberações do dia de hoje. Obrigado. Marcelo, por favor conduza. Obrigado.  
1538 **Conselheiro Marcelo:** Bom, conselheiros, então em continuidade, uma vez terminado os  
1539 trabalhos da comissão de normas. A próxima comissão, é a comissão de política. **Comissão**  
1540 **de Política – apresentação do Conselheiro Volney:** Bom, com relação à deliberação da  
1541 conferência estadual de assistência social. Vários pontos foram pra comissão de política. Nós  
1542 encaminhamos. Pra que a gente envie as deliberações por e-mail, aos conselheiros da  
1543 comissão de política, simultaneamente encaminhando correspondência à SEDESE,  
1544 informando, de que forma estão contempladas as deliberações da nona conferência estadual.  
1545 Nós agendamos uma reunião pro dia 28 de fevereiro, pra gente detalhar melhor, porque o  
1546 tempo foi muito curto. Com relação ao planejamento da comissão de política pra 2012.  
1547 **Conselheiro Marcelo:** Espera, só um instante. Então a deliberação, da primeira parte, que diz  
1548 respeito então, as deliberações da conferência, a proposta de uma reunião pro dia 28 de  
1549 fevereiro. Os membros da comissão. Então esse que é o encaminhamento. **Conselheiro**  
1550 **Volney:** Os membros da comissão, pra gente debruçar, ne. Não e também ne. E também

1551 encaminhamos também ne. Uma correspondência pra SEDESE, pra saber de que forma, que  
1552 estão sendo contempladas o que foi deliberado na conferência. **Conselheiro Marcelo:** OK.  
1553 Então este é o encaminhamento. Os conselheiros de acordo? OK. Mas, ficou um acréscimo do  
1554 Conselheiro Mauro, pra esta reunião do dia 23, do dia 28, considerando a deliberação da  
1555 comissão de normas. Dia 28, haverá uma capacitação para todos os conselheiros, só.  
1556 Consolação com a palavra. **Consolação:** Dia 28 é quarta-feira. Aí tinha ontem, na hora que a  
1557 gente começou a falar sobre planejamento. Houve a sugestão de uma capacitação, inclusive a  
1558 questão do orçamento. E aí, que a gente chamaria, o como é que chama? O Fizicaro, o Juliano  
1559 Fizicaro. Que é de uma secretaria de estado, mas ele é professor em relação ao orçamento. A  
1560 Juanita. E a Secretaria da Fazenda, diz que tem um manual, que ela tem tudo sobre  
1561 orçamento. Então a gente falou que esses três estariam aqui. E que seria, a gente separaria em  
1562 dois momentos. Uma parte da manhã com um. Talvez a Fazenda a tarde. Aí se passar essa  
1563 proposta, a gente teria que adequá-la. Então a comissão de normas ficaria prejudicada. A  
1564 comissão de política, em relação a esse encaminhamento. **Conselheiro Marcelo:** Volney. É  
1565 Volney. A proposta que a gente pode. Pergunto se é possível. Já que tem esse  
1566 encaminhamento, no dia 28, o dia inteiro nosso, de capacitação. Quem sabe na parte da  
1567 manhã, a comissão de política discute, sobre esse assunto. E na parte da tarde, a pauta da  
1568 plenária do outro dia. Pode ser assim? 29 é aquela reunião das comissões. Então, a proposta é  
1569 nas reuniões da comissão na parte da manhã, discute esse tema. E na parte da tarde discute o  
1570 tema da plenária. É, uai. Meio dia pra uma coisa, meio dia pra outra. Ô Julio, você veio da  
1571 plenária do dia 29, do dia 28, não dia 29. Então não pode ser a reunião. Então. OK. A  
1572 proposta não é de encaminhamento que antes era pro dia 28. Então que passe pro dia 29 a  
1573 reunião de vocês. Pra discutir esse assunto. E se capacitação não durar o dia inteiro, vocês já  
1574 que já estão aqui, vocês continuam os trabalhos. Pode ser esse encaminhamento? Todos de  
1575 acordo? Fechado. Anotou aí? É ou manhã ou tarde, a comissão discute. **Conselheiro Volney:**  
1576 Com relação ao planejamento da comissão de política pra 2012. Planos estaduais de combate  
1577 ao trabalho infantil, abuso e exploração sexual de convivência familiar e comunitária, e etc.  
1578 Mas a resolução conjunta CEAS, CEDCA, dentre outros. O encaminhamento nosso: garantir  
1579 a discussão dos seguintes conteúdos: orçamento, o exercício do controle social, incluindo  
1580 aspectos jurídicos. Reapresentação e representatividade. Reapresentar e apresentar aos seus  
1581 conselheiros, os planos estaduais aprovados. A revisão das medidas sócio-educativas.  
1582 Normativas do SUAS, registro e fiscalização de entidades. Os conteúdos poderão ser  
1583 discutidos nas plenárias ampliadas. E internamento no CEAS, contando com a secretaria  
1584 executiva, a SEDESE, e conselheiros, e convidados que tenham condições de discorrerem  
1585 sobre o tema. A comissão sugere seis momentos de capacitação. Cinco né. A comissão sugere  
1586 cinco momentos de capacitação. Quatro. A comissão sugere quatro momentos de capacitação.  
1587 Façamos uma elaboração de material áudio-visual, para ser disponibilizado no site do CEAS.  
1588 E propusemos também, retomar o estudo dos planos estaduais, verificando as implicações do  
1589 CEAS. Para a sua consecução. Isso aí, não ficou claro ontem. Não é Edma? **Conselheira**  
1590 **Edma:** O quê que eu entendi disso é o seguinte: que a gente vê o quê que foi, o quê que estar  
1591 dentro dos planos estaduais. Planos de assistência, né. E a gente acompanhando a execução do  
1592 plano. Enquanto comissão de política. No que diz respeito à política de assistência social.  
1593 Entendeu? **Conselheiro Marcelo:** OK. Todos de acordo? Próximo. **Conselheiro Volney:**  
1594 Vou ao próximo. Recebemos um ofício de Igaratinga, que é o ofício 17/2011 datado de  
1595 09/12/2011. Em resposta ao ofício do CEAS questionando a mudança do local de atendimento  
1596 ao programa Bolsa Família, que irá funcionar no CRAS, e eles pediram orientações do MDS.  
1597 Nosso encaminhamento: reiteramos a solicitação de informação à SEDESE. Assim que  
1598 recebermos a resposta, faremos ofício a Igaratinga. Ao Conselho Municipal de Assistência  
1599 Social. **Conselheira Edma:** O negócio é o seguinte: É porque essa denúncia, que chegou aqui  
1600 no CEAS, chegou na SEDESE também. Ta. A Nilce verificou, e parece que chegou essa



1601 mesma denuncia na SEDESE. Então o que eu falei foi o seguinte: pra gente ver se a SEDESE,  
1602 já tomou, por isso foi em dezembro. Ta. E chegou, se chegou foi por proteção básica. A gente  
1603 verificar junto a SEDESE, se a SEDESE já verificou isso. E se já tomou alguma providência  
1604 pra que, o CEAS faça uma resposta, e a SEDESE, em conjunto. Porque de repente, a  
1605 SEDESE responde de um jeito e a gente de outro. Ta. E pra gente causar o quê que está sendo  
1606 verificado lá. A proteção básica está verificando. Pra gente poder responder ao município  
1607 mais ou menos de acordo. Porque às vezes já foi tomada até alguma providência. O gestor já  
1608 tomou e a gente não está ciente. **Conselheiro Marcelo:** Então a proposta de encaminhamento,  
1609 não é reiterar a solicitação e sim enviar ofício a SEDESE para que ela informe o quê que está  
1610 sendo proposto. **Conselheira Edma:** Já foi enviado. Só que não teve retorno. Então reiterar o  
1611 ofício, ta. Solicitar a resposta. **Conselheiro Marcelo:** O Conselho Estadual já enviou ofício  
1612 para a SEDESE solicitando informações. **Conselheira Edma:** Já, segundo a Nilce já. Ta. Só  
1613 que a SEDESE não respondeu. **Conselheiro Marcelo:** OK. Então o encaminhamento então é:  
1614 porque a Consolação está em dúvida se foi. **Conselheira Edma:** A Nilce falou que sim.  
1615 **Conselheiro Marcelo:** Então se já foi enviado o ofício, será reiterar. Se não foi enviado, nós  
1616 iremos enviar. Correto? **Conselheiro Volney:** Item cinco. Ofício de número 83 de 2011. Do  
1617 sindicato dos psicólogos. Datado de 28/12/2011. Encaminhando uma situação do CRAS e do  
1618 CREAS da cidade de Santa Luzia, nós demos o encaminhamento pra que o CEAS, faça um  
1619 ofício ao Conselho Municipal de Assistência Social, pedindo informações sobre a situação  
1620 dos CRAS e dos CREAS de Santa Luzia. Apuração da denúncia. **Conselheiro Marcelo:**  
1621 Então, aí eu quero saber, como que vai ser o encaminhamento aqui do Conselho Estadual. Se  
1622 isso aí é uma denúncia do PSIND. Então tem que formalizado, baseado nos termos da... Ah,  
1623 está tudo encaminhado dessa forma. OK. Então o encaminhamento é encaminhar ofício ao  
1624 CMAS pra que eles informem sobre a denúncia. OK. Todos de acordo? **Conselheiro:** Perfeito.  
1625 **Conselheiro Volney:** O item seis. Houve um e-mail do ex-detento da Nelson Hungria, Sr.  
1626 Wladimir. Informando sobre a atuação de assistente social daquela unidade. Enviamos ofício  
1627 ao Subsecretário de defesa social, Dr. Dilúcio Zeferino. E informamos por e-mail ao Sr.  
1628 Wladimir, que, de quem recebermos novo e-mail dizendo que não havia sentido no que havia  
1629 sido encaminhado. Então, esse detento já passou alguns e-mails aqui pro CEAS. É uma  
1630 situação muito confusa. Então nós encaminhamos que, o CEAS faça um e-mail pra ele,  
1631 informando qual que é o papel do CEAS. Que essa denúncia ela tem que ser encaminhada pra  
1632 defesa social e não pro CEAS. **Conselheiro Marcelo:** Os conselheiros, de acordo com  
1633 encaminhamento? Faz o favor, pega o microfone. **Conselheira Cristiane:** Eu não sei qual é o  
1634 teor da denúncia mas, talvez considerando que é de um profissional de serviço social, orientar  
1635 inclusive que ele pode entrar em contato com a CRESS. Que é o Conselho que regulamenta a  
1636 profissão. Eu não sei qual que é o teor da denúncia, mas se for relacionada à postura do  
1637 profissional, também informar que deve ser encaminhado ao Conselho Responsável.  
1638 **Conselheiro Marcelo:** A sugestão de encaminhamento da Conselheira Cristiane. É de que,  
1639 além de solicitar informações ao CEAS. Que envie também cópia. Não. Do CEAS. Enviar e-  
1640 mail informando qual que é o papel do Conselho Estadual. E ao mesmo tempo, a proposta da  
1641 Conselheira Cristiane, é de que também, encaminhar para o CRESS pra que ele faça as suas  
1642 apurações. É isso? OK. Os Conselheiros estão de acordo? Ana Paula, conselheira.  
1643 **Conselheira Ana Paula:** Só uma dúvida aqui que me ficou Marcelo, na proposta da  
1644 Cristiane. O CEAS encaminhar a denúncia ao Conselho Regional de Serviço Social. Ou  
1645 orientar o ex-detento a encaminhar a denúncia ao CRESS. Então essa dúvida. **Conselheiro**  
1646 **Marcelo:** O Conselho de ofício, ele pode tomar essa providência, Se ele entender necessário.  
1647 Então eu acredito que é por isso que a Cristiane está fazendo essa proposta. Conselheira  
1648 Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Desculpe. Na verdade, como eu disse no início. Não sei  
1649 nem qual é o teor da denúncia. Não precisa nem falar não. Mas se configurar questões  
1650 relativas a questões a postura profissional. Então que se faça esse encaminhamento de enviar

1651 para o CRESS. Pode ser o CEAS, não tem problema. **Conselheiro Marcelo:** Já que a  
1652 comissão, a comissão ontem se debruçou sobre o tema. E considerando o que Cristiane está  
1653 propondo. Viu Volney. Que vocês então se manifestem agora, se a denúncia diz respeito à  
1654 atribuição, a atuação do profissional, enquanto assistente social. Se for, caracterizaria, em  
1655 cima da fala da Cristiane, caracterizaria um encaminhamento para o CRESS, apurar a  
1656 denúncia. Edma com a palavra. **Conselheira Edma:** Bom gente. Vocês vão completando aí.  
1657 A denúncia chegou que ele é um ex-detento, enquanto ele esteve na Nelson Hungria, ele não  
1658 teve assistência. Ele não conseguiu conversar com esta assistente social, nenhuma vez. Ele  
1659 não foi atendido. Que ele ficou preso quatro anos, sei lá, não me lembro. E que ele não  
1660 conseguiu ter um atendimento que ele achava que deveria ter, com a profissional.  
1661 **Conselheiro Marcelo:** Em cima da fala da Conselheira Edma, eu penso que isso não se trata  
1662 de atuação do assistente social, dentro do seu campo de trabalho. Então eu penso que não é o  
1663 caso de encaminhamento ao CRESS. Então eu acho que é caso de enviar mesmo informando  
1664 o papel do CEAS. E se for o caso, se nós entendermos de encaminhar para a Defesa Social.  
1665 Nós mesmos encaminharmos. **Conselheira Edma:** Já foi encaminhado Marcelo. Já foi  
1666 encaminhado e aí, quando nós do CEAS, respondemos a ele que o encaminhamento que foi  
1667 feito, pro Sr. Nilson, da Defesa Social. Ele enviou mais uma correspondência ou um e-mail  
1668 pra cá, falando o seguinte: que não concordava que não ia ser feito nada, porque o órgão  
1669 responsável, era a Defesa Social, que nunca tinha tomado nenhuma providência, etc. etc. etc.  
1670 E aí por causa disso, nós então chegamos a conclusão que ele está confundindo. Porque ele  
1671 não sabe qual que é o papel do CEAS. Então enviar uma correspondência pra ele, explicando  
1672 qual que é o papel do Conselho. Porque quê que o conselho fez, enviamos para o órgão  
1673 competente. E ele não concorda. **Conselheiro Marcelo:** Ô Edma, você está dizendo que já  
1674 houve resposta da Defesa Social. Pra quem? Pro Conselho Estadual. A defesa social  
1675 respondeu. **Conselheira Edma:** Não, da defesa social, não. Já, já houve uma resposta pra cá  
1676 sim. **Conselheiro Marcelo:** O Conselho estadual também já recebeu? **Conselheira Edma:** Já  
1677 recebeu. **Conselheiro Marcelo:** Ta, então em cima desse encaminhamento é este mesmo.  
1678 Informar pra ele qual que é o papel do CEAS. OK. Os conselheiros estão favoráveis a isso?  
1679 Ta. Aprovado. Agora chegando aqui agora a nossa vice-presidente, eu passo os trabalhos  
1680 então pra ela. Que dê continuidade. E a fala está com a comissão de política. **Conselheira**  
1681 **Juanita:** Volney. **Conselheiro Volney:** O item sete. Discutir estratégias para a concepção das  
1682 prioridades de um novo mandato. Articulação com o Conselho Nacional de Assistência  
1683 Social, FONACEAS e URCMAS, para fortalecimento do controle social. Então o  
1684 encaminhamento que nós demos foi. Palestra sobre a constituição da mesa de negociação em  
1685 fevereiro. E nós vamos também, sugerir, gravar material para mandar pros demais conselhos  
1686 municipais. Porque as pessoas, elas não têm idéia, como é que se forma uma mesa de  
1687 negociação, o quê que se faz, qual que é o papel dela. Exatamente. Então. **Conselheira**  
1688 **Juanita:** Desculpa Volney, pode continuar. **Conselheiro Volney:** Terminamos. **Conselheira**  
1689 **Juanita:** Temos que deliberar? É para deliberação? Alguém gostaria de contribuir? Marcelo.  
1690 **Conselheiro Marcelo:** É porque vocês. A proposta. Uma das propostas aqui. É de palestras  
1691 sobre a constituição da mesa de negociação. Mas, considerando que nós, a proposta anterior  
1692 de normas. É de instituir o GT. Então eu penso que isso aí cai por terra, pra gente poder  
1693 discutir isso no GT. OK? **Conselheiro Volney:** OK. **Conselheira Juanita:** Finalizamos  
1694 Volney? Qual a comissão que está faltando? Orçamento? **Comissão de Orçamento –**  
1695 **Apresentação da Conselheira Cristiane:** Ta. Então a comissão de orçamento e  
1696 financiamento. Ontem se reuniu com a minha presença, da Givania e do Sr. Luiz Jorge.  
1697 Tivemos ausência do Fernando da SEPLAG. Ausência justificada do Geraldo, e ausência  
1698 justificada do José Fernando. Fernando. O primeiro ponto de discussão foi exatamente o  
1699 plano de ação de 2011. E aí cabe já um esclarecimento para esta plenária, de antemão que, o  
1700 plano de ação 2011, está sendo discutido agora. Porque o MDS não abriu o sistema antes.

1701 Então esse é o plano que diz respeito aos recursos federais, que são repassados ao Estado. Na  
1702 verdade nós deveríamos estar discutindo esse plano no início de 2011, não agora. Mas que o  
1703 sistema é aberto pelo Ministério de Desenvolvimento Social, e ele só foi aberto agora. Então  
1704 por isso que foi discutido ontem. O plano traz qual que vai ser o repasse de recursos. Qual  
1705 seria. Qual foi. É difícil. Porque é um passado presente. Qual é o recurso repassado ao Estado,  
1706 no ano de 2011. E a análise da comissão, juntamente com a comissão de política. Nós  
1707 percebemos e também a SEDESE nos informou. Vários equívocos, porque o plano ele é  
1708 preenchido pelo próprio MDS. Nos recursos que são encaminhados ao Estado. E foram  
1709 percebidos vários equívocos de preenchimento do plano. E só pra assim. Nós não vamos  
1710 apresentar o plano aqui. Eu vou só trazer qual que foi o parecer. Uma vez que as duas  
1711 comissões já se debruçaram. Após a apreciação. A primeira questão é essa, do plano estar  
1712 sendo discutido fora do tempo, do tempo que realmente caberia uma análise deste Conselho.  
1713 A segunda questão. É que a comissão considerou, é que os equívocos que foram percebidos  
1714 no plano. São equívocos de repasse de recursos que já deveriam ter sido corrigidos. E a  
1715 SEDESE apresentou pra gente, várias correspondências, que foram encaminhadas ao  
1716 Ministério de Desenvolvimento Social, para fazer as correções. Que são relacionadas ao piso  
1717 fixo de média complexidade. Destinada ao custeio do centro de referência especializado à  
1718 assistência social. Os CREAS regionais. Relativos às unidades dos municípios de Araçuaí,  
1719 Corinto, Janauba, Medina, Muriaé, Nanuque, Salinas, Taiobeiras, Teófilo Otoni e Vespasiano.  
1720 Como este Conselho, já foi informado a este Conselho. Hoje nós temos no Estado, apenas  
1721 quatro CREAS regionalizados. E não esses outros aqui, que estão sendo considerados pelo  
1722 MDS. E a SEDESE apresentou correspondência, que foi encaminhada ao ministério, para  
1723 fazer exatamente essa correção. Foi o ofício numero 1007/2010, apresentado ao CEAS. Além  
1724 disso, outro equívoco que se constou no plano de ação, foi relacionado ao piso fixo de alta  
1725 complexidade. Historicamente depositado no Fundo. Pelo Fundo Nacional no Fundo  
1726 Estadual. Que também já a partir de 2010, foi informado que deveria ser encaminhado  
1727 diretamente aos Fundos Municipais de Cordisburgo e Cataguases. Então esse, consta lá o  
1728 repasse de recurso ao Fundo Estadual, quando o próprio Estado já pediu ao Fundo Nacional,  
1729 pra fazer as correções e direcionar esse recurso diretamente pra Cordisburgo e Cataguases.  
1730 Nós teremos nos próximos dias. Assim a gente espera o demonstrativo físico-financeiro, que  
1731 vem exatamente a prestação de contas do plano de ação de 2011. Então nesse processo de  
1732 análise do demonstrativo, a gente espera verificar corretamente as metas cumpridas e o que  
1733 estava contido no plano de ação. O quê que as duas comissões avaliaram. Existem equívocos  
1734 no plano, mas que não são de responsabilidade do Estado. Então que a gente não pode  
1735 reprovar esse plano. Considerando que os equívocos são do MDS, e não do Estado. Então  
1736 considerando que o Estado não pode ser penalizado pelos equívocos do Ministério de  
1737 Desenvolvimento Social, no preenchimento do plano. A gente opta pela aprovação do plano.  
1738 **Conselheira Juanita:** Em discussão. Eu estou me inscrevendo. Eu gostaria de sugerir, que no  
1739 parecer que fosse colocado, na aprovação do plano de ação. Colocaria essa questão que foi  
1740 colocada aqui na mesa diretora. Aprovando o plano. Porém que o MDS faça a alteração no  
1741 próximo plano de ação, para que isso não ocorra novamente. **Conselheira Cristiane:** Perfeito.  
1742 **Conselheira Juanita:** Porque isso vai gerar saldo. A gente vai ter que re-programar. Aquela  
1743 história que a gente já conhece. A reprogramação para Cataguases e Felisburgo, os municípios  
1744 estão aguardando esse recurso. Isso passou pela deliberação do CEAS e até hoje a gente não  
1745 tem o pronunciamento do Fundo Nacional. **Conselheira Cristiane:** Ta. Primeiro a gente está  
1746 discutindo o plano. Tem encaminhamentos que a comissão colocou, a partir dessas  
1747 discussões, que eu posso antecipar. Até pra contribuir. A gente está colocando como  
1748 encaminhamento, um ofício exatamente ao MDS, com cópia para o Conselho Nacional de  
1749 Assistência Social, informando sobre o processo de solicitação. Quer dizer, todo esse que  
1750 aconteceu durante o ano de 2011. 2010. Tem ofício de 2010, tem ofício de 2011. E que isso

1751 não foi alterado. Então, enviar ofício, do Conselho Estadual, para o MDS, com cópia pro  
1752 CNAS, informando exatamente essa situação. E que os municípios estão sem receber o  
1753 recurso, por falta de providências lá no Ministério. Considerando que os ofícios foram  
1754 encaminhados. O segundo ofício ao MDS, com cópia também para o Conselho Nacional de  
1755 Assistência, informando sobre todo o processo de solicitação de cancelamento do repasse  
1756 referente ao piso de alta complexidade. A Edma falou dos municípios de Cataguases e  
1757 Cordisburgo. E por fim, ofício a SEDESE. A não isso aí é uma outra situação. **Conselheira**  
1758 **Juanita:** Então nós temos que deliberar sobre a aprovação do plano. Algum conselheiro  
1759 gostaria de fazer algum comentário? Não. Entendemos que está aprovado? OK. Aprovado.  
1760 **Conselheira Cristiane:** No decorrer da discussão do plano. Nós nos deparamos também, com  
1761 uma situação, que é em relação ao controle Bolsa Família. Então a comissão, juntamente com  
1762 a comissão de política, discutiu um pouco essa questão. Entendendo que nós também teríamos  
1763 o papel do controle do Bolsa Família, e a Edma hoje, da comissão de política, é que  
1764 representa este Conselho no grupo, grupo intergestor de controle do Bolsa Família. A própria  
1765 Edma nos informou que houve, no ano passado, apenas uma reunião deste grupo.  
1766 Considerando isso então, a gente, e considerando que análise do Bolsa Família é um dos  
1767 critérios de análise do plano da gestão do Estado. Todas essas questões, nós também  
1768 sugerimos enviar um ofício à SEDESE, solicitando o calendário de reuniões do grupo, para  
1769 2011, para que a gente possa acompanhar se essas reuniões vão acontecer. 2012. Para que a  
1770 gente possa acompanhar se essas reuniões irão acontecer ou não. Na verdade, eu acredito que  
1771 a gente tenha que mandar a correspondência pro coordenador do Bolsa Família, não? Então o  
1772 encaminhamento é esse. Então enviar ofício a SEDESE, solicitando o calendário de reuniões  
1773 2012, do grupo intergestor do Bolsa Família. **Conselheira Juanita:** Em discussão. Está claro  
1774 pra todo mundo? Algum gostaria de alguns esclarecimentos. Quais? **Conselheiro Marcelo:**  
1775 Eu quero o esclarecimento do seguinte. Porque já que. Marcelo vai manifestar. A minha  
1776 dúvida, é o seguinte: olha, o grupo intergestor, ele tem prazo para reunir? Ele não tem prazo  
1777 pra reunir? Ele reúne em cima de demandas. Eu quero confessar a minha inexperiência nesse  
1778 assunto. **Conselheira Juanita:** Bom. Eu estou como coordenadora estadual do Bolsa Família  
1779 no Estado. O grupo intergestor estadual do Bolsa Família ele é composto pela Secretaria de  
1780 Saúde, Educação, SEDESE, que são as pastas que tem as condicionalidades do programa. E  
1781 participa desse grupo, como ouvinte, Caixa Econômica Federal, que é quem faz a gestão do  
1782 cadastro. E o CEAS, a partir do ano passado. Esse grupo intergestor participam os gestores  
1783 que são responsáveis pelas informações da frequência escolar, da informação do SISVAN,  
1784 Alimentação e Nutrição. E a SEDESE que tem a responsabilidade de assessorar os municípios  
1785 na gestão do programa, no controle social do programa e na gestão do cadastro único. Todo  
1786 início do ano. Esse grupo ele reúne por uma decisão interna do grupo, bimestralmente. Era  
1787 mensal. Mas nós vimos que não tinha necessidade de ser mensal. Foi estendido para  
1788 bimestralmente. O ano passado foi atípico. Porque os municípios trocaram o sistema do  
1789 programa que faz a gestão do cadastro. Nós fizemos no ano de 2010, capacitação dos 853  
1790 municípios. Aquelas que vocês participaram, de uma semana, regional. Para conhecer o novo  
1791 modelo do cadastro único. Depois uma nova capacitação para receber o sistema 7.01. Então  
1792 foram dois anos de capacitação. Com isso, o nosso grupo, a Caixa Econômica Federal e a  
1793 SEDESE, ficou todo envolvido nesse processo de alterar a versão nova, onde os municípios  
1794 estão operacionalizando. E isso impactou na realização das reuniões que são bimestrais. Então  
1795 agora, todo fevereiro a gente se reúne, faz o planejamento das atividades anuais. O quê que é  
1796 de responsabilidade da educação, da saúde e da assistência. Agente encaminha para o MDS. E  
1797 nas outras reuniões bimestrais, a gente vem monitorando. Isso reflete nas nossas informações.  
1798 Da frequência escolar, da saúde, são questões rotineiras, atualização cadastral. Atualização do  
1799 benefício da tarifa social da energia elétrica. Enfim. Isso reflete, na boa gestão do cadastro do  
1800 Programa Bolsa Família em Minas. Que está numa média de 0.75 a 0.8 do IGB. Isso em

1801 âmbito nacional, qualifica-se como boa gestão do Bolsa Família. O CEAS é instância de  
1802 controle social do programa. Como a própria lei de criação do Bolsa Família, a 10325, fala  
1803 que tem que existir uma instância de controle social O Estado optou por indicar o CEAS, pra  
1804 não precisar criar uma outra instância de controle social. Que o programa poderia criar. O  
1805 papel, do controle social, do CEAS, é verificar como é que está sendo feita essa gestão do  
1806 programa, aprovar o planejamento dele, aprovar a prestação de contas do IGDE. Conforme é  
1807 feito aqui. Tentar melhorar junto com a SEDESE, o IGDE do Estado. Né. Esse é o papel. E  
1808 aonde houver denúncias, como nós tivemos dez o ano passado. Acompanhar juntamente com  
1809 a SEDESE e Caixa Econômica, a apuração das denúncias. **Conselheiro Marcelo:** Pois é. Eu  
1810 fiz essas perguntas justamente em cima da fala inicial da fala da Conselheira Juanita, de que  
1811 não tem reunião. Então, se não teve reunião. O Conselho Estadual também teve como saber o  
1812 quê que está ocorrendo no Bolsa Família no Estado. Isso pra nós deliberarmos sobre a gestão  
1813 do Bolsa Família, dificulta, até mesmo pra gente saber a questão do IGDE. Como é que vai  
1814 funcionar isso? E eu sinceramente, fico em dúvida de que encaminhamento a gente deve  
1815 tomar em cima disso. Porque se a gestão está boa, ela passa pela deliberação do Conselho  
1816 Estadual, não é isso? Passa pela deliberação do Conselho Estadual de que está tudo bem. Eu  
1817 estou realmente em dúvida. **Conselheira Cristiane:** Ó, Marcelo. Essa dúvida também pairou  
1818 ontem durante a discussão das duas comissões. Temos que admitir, que durante o mandato  
1819 anterior, nós não fizemos nenhum tipo de acompanhamento mais específico dessa questão do  
1820 Bolsa Família. A não ser os encaminhamentos que a Juanita. As questões que a Juanita falou,  
1821 que é a análise da prestação de contas do IGD, do IGDE. As prestações de contas trimestrais.  
1822 Agora saber de fato como que o Bolsa Família está no Estado. Inclusive cabe aqui destacar,  
1823 que ontem durante a discussão das duas comissões, foi bastante interessante a gente se deparar  
1824 com os números. Com os dados. Quantos são as famílias, quais são os recursos. Então isso  
1825 ontem, nós fizemos essa discussão, durante a reunião das duas comissões. Tanto a comissão  
1826 de política, como a comissão de orçamento. Então diante disso, talvez também pra gente  
1827 também não se delongar aqui. Um encaminhamento possível, além desse de solicitar a  
1828 SEDESE de 2012, e qual que é o plano. Que a Juanita acabou de mencionar que existe um  
1829 plano de atuação, do grupo. A solicitar tanto o calendário quanto este plano. O plano né  
1830 juntamente com o calendário. Então que a gente encaminhe para a mesa diretora,  
1831 considerando que a mesa diretora se reúne com todos os coordenadores de comissão. Pra que  
1832 a mesa diretora, então, juntamente com os coordenadores da comissão estabeleça qual seria a  
1833 comissão que iria acompanhar de forma mais sistemática, sistematizada. Essa questão do  
1834 plano do Bolsa Família. Não me vem aqui outra alternativa a não ser essa. Da gente discutir  
1835 na mesa diretora, com as coordenações das comissões e estabelecer estratégias de  
1836 monitoramento. **Conselheira Juanita:** Algum conselheiro gostaria de mais alguma  
1837 informação? Não? Podemos deliberar assim? Aprovado Cris. **Conselheira Cristiane:** Bom.  
1838 Com relação ao plano de ação da comissão. Considerando as deliberações da conferência  
1839 estadual de assistência social. Nós fizemos inicialmente uma discussão na comissão e na parte  
1840 da tarde, como todos aqui sabem, reuniram-se as comissões para fazer os consolidados. Mas  
1841 só destacando aqui para os conselheiros que não estavam ontem. As questões priorizadas pela  
1842 comissão de orçamento. Considerando por exemplo, o subtema um. Estratégias para  
1843 estruturação da gestão do trabalho SUAS. Foi deliberado pela conferência, garantir o  
1844 percentual de 5% do orçamento da LOAS, para o orçamento da política de assistência social.  
1845 A comissão entende que é necessário nós aprofundarmos nessa discussão, sobre essa situação  
1846 do financiamento da política de assistência social no Estado, até maio de 2012, fazendo  
1847 mesmo discussões e vendo o quê que se pode pensar aí, em termos de estratégias, para a  
1848 ampliação do orçamento do Estado, para a política de assistência social. Pode ir item por  
1849 item? **Conselheira Juanita:** Não, o planejamento geral vai ser deliberado. Ele já foi  
1850 incorporado ontem no planejamento geral. **Conselheira Cristiane:** Pois é, eu tive uma

1851 orientação da secretaria executiva que isso tinha que vir para deliberação. **Conselheira**  
1852 **Juanita:** Então, eu acho que não. **Conselheira Cristiane:** Não, pra plenária só vem o que vai  
1853 ser deliberado. O que informe não vem pra plenária. Então por isso eu estou dizendo, que  
1854 acho que não se deve ler isso aqui. Porque isso aqui ainda vai ser matéria... Correto?  
1855 **Conselheira Juanita:** Já foi incorporado no planejamento. Correto Cris. **Conselheira**  
1856 **Cristiane:** Em termos de deliberação são só essas questões. Sim. É só o plano de ação.  
1857 Obrigada. **Conselheira Juanita:** Encerrou? OK. Bom e finalizando as comissões, a de apoio  
1858 que estava presente, sim. **Conselheiro George:** George, CMA de Lagoa Santa. É o seguinte:  
1859 o ministério, ele é ligado diretamente a presidência da republica? Todos os ministérios, no  
1860 nosso caso o MDS. **Conselheira Juanita:** Não, os ministérios são, são instituições técnicas  
1861 específicas pra cada política. E é óbvio que vinculado a presidência da republica. Compõe a  
1862 estrutura da administração da união. **Conselheiro George:** Certo. Eles podem ser  
1863 questionados? **Conselheira Juanita:** Questionados? Sim. **Conselheiro George:** No nosso  
1864 caso, por exemplo assim, que a Cristiane leu ali. Uma coisa que nós estamos fazendo hoje,  
1865 deveria ter sido feita ha um ano atrás. E ninguém vai. Vai ficar por isso mesmo? Quer dizer  
1866 vai atrasar mais um ano, mais um ano, mais um ano. **Conselheira Juanita:** Mas o ofício que  
1867 nós estamos mandando pra eles é nesse sentido. **Conselheiro George:** Ah. Ta. Ta.  
1868 **Conselheira Juanita:** Pro MDS e tanto pro CNAS. **Conselheiro George:** Ah. Então ta.  
1869 Então eu não prestei atenção. Então desculpe. Ta. Obrigado. **Comissão de Apoio – apres. Da**  
1870 **Conselheira Juanita:** Ah, nada. Bom, a comissão de apoio estava presente, eu, por enquanto  
1871 sou só eu e Maria de Lourdes. Eu estava presente na comissão, e todo o apoio da comissão de  
1872 normas. Que nós fizemos a reunião junto. Com os técnicos Paula e Ângelo da secretaria  
1873 executiva. Os pontos para deliberação. Chegou a este Conselho, o ofício da SEDESE, da  
1874 SIBE. SEDESE número 1248 de 2011, encaminhando a resolução número 12 de 2011 da  
1875 SIBE, que dispõe sobre a habilitação de alguns municípios, que passaram da gestão inicial  
1876 para a básica. E ainda a resolução número 13/2011, que dispõe sobre a aprovação de planos  
1877 de providências estabelecidos por 227 municípios com a SEDESE. Isso não sei se vocês se  
1878 recordam, já tinha sido deliberado na última plenária, quando da prestação de contras  
1879 trimestral do terceiro trimestre. E essa plenária já tinha tomado uma decisão de encaminhar  
1880 ofício. Primeiro, aos conselhos municipais, comunicando da alteração da habilitação, o quê  
1881 que significa isso pra gestão. E orientando o conselho a monitorar, essa nova gestão do  
1882 município, acompanhar. E o segundo, é encaminhar ofício também aos 227 conselhos,  
1883 encaminhando cópia dos planos de providência, e orientando os conselhos municipais a  
1884 monitorar a execução do plano. Então o encaminhamento aqui, é o mesmo da plenária  
1885 anterior. OK. Está tranquilo? Bom o segundo ponto, é um e-mail que foi enviado pelo  
1886 município de Monte Sião, solicitando uma capacitação para os novos conselheiros do  
1887 conselho municipal de assistência. O encaminhamento da comissão. É que nós vamos  
1888 responder ao conselho, atendendo a sua solicitação. Agendando uma capacitação, aqui no  
1889 Conselho Estadual, para os membros e pra secretaria executiva, se caso tiver interesse. Ou  
1890 senão, que o conselho de lá, reúna mais conselhos, e a gente faça por meio de URCMAS.  
1891 Como é de praxe neste conselho. Está tranquilo? Podemos deliberar? Bom. O ponto número  
1892 três. É que esse conselho recebeu um ofício do CNAS, encaminhando o novo decreto que  
1893 aprova o IGD SUAS. Ali tem um i errado, mas é IGD SUAS. Né. Que é um novo índice de  
1894 gestão do sistema único de assistência social. Aqui na minha ta IGDI SUAS. Ah ta bom. É um  
1895 novo índice que foi criado por meio da alteração da LOAS. Esse índice é um recurso novo  
1896 que vai chegar. IGDM SUAS que vai para os municípios. E IGDE que vem para o Estado.  
1897 Esse indicador, esse recurso financeiro que vai para o município, é melhorar a gestão do  
1898 sistema único de assistência social. Onde tem critérios variáveis que vão ser verificados pelo  
1899 MDS, pra medir qual o percentual do indicador que ele se encontra, e qual o valor que cada  
1900 município vai receber. A orientação maior que está nesse decreto, é que o orçamento do

1901 MDS, no que diz respeito a serviços. O valor que vai ser repassado, para os municípios no que  
1902 diz respeito ao IGD SUAS. Refere-se a 10% do valor que o MDS financia em serviços. Nessa  
1903 mesma lógica do IGD do Bolsa Família, está orientando lá que seja tirado um percentual para  
1904 o Conselho Municipal de Assistência. Porém esse percentual, ainda vai ser estabelecido por  
1905 uma resolução interna, uma portaria do MDS. Qual que é o encaminhamento da comissão?  
1906 Mandar um ofício para oficializar a SEDESE, o gestor estadual, informando sobre esse  
1907 decreto. A necessidade desse recurso constar no plano estadual de assistência social, o FEAS.  
1908 E ainda constar quais as atividades que serão desenvolvidas com esse IGD SUAS. O outro  
1909 encaminhamento é mandar um ofício aos conselhos municipais, na mesma lógica,  
1910 comunicando e alertando eles sobre esse novo decreto. Pra eles ficar atento sobre a utilização  
1911 desse recurso. E que deve constar no plano municipal de assistência social do município. E  
1912 ainda alertamos, sobre o plano municipal de assistência social, que tem que ser aprovado  
1913 pelos conselhos agora nesse primeiro trimestre de 2012. Esse que é o encaminhamento.  
1914 Tranquilo? Então aprovado. Bom, isso aqui na mesma lógica da Cristiane, não vai ser  
1915 deliberado. Então só vai constar na súmula. Encerramos a comissão de apoio. Bom. Vamos  
1916 para o ponto E da pauta, que é a deliberação do planejamento nosso, desse Conselho, para o  
1917 ano de 2012. Nós combinamos ontem. Como a reunião conjunta com todas as comissões,  
1918 estavam a maioria das pessoas aqui que participaram na parte da manhã. Como o  
1919 planejamento ele é muito extenso. Primeiro ele dá uma noção geral, depois ele entra por mês.  
1920 Nós combinamos ontem na reunião conjunta com as comissões. Que a secretária-executiva  
1921 vai dar o painel geral do planejamento. E no que diz respeito a entrar em cada mês, ela vai só  
1922 diretamente naquilo que diz respeito, a que sai da rotina. Ne. Porque o que é rotina a gente já  
1923 viu ontem. O novo também nós já vimos, mas só pra deixar claro pros conselheiros.  
1924 Consolação. **Secretária Executiva:** É rapidinho. Então aqui, acatando a sugestão da vice-  
1925 presidente ontem, passei pra cima aqui, a visualização da LOA. Ta. Então na fonte 10, a gente  
1926 tem no nosso orçamento, 79.500; na fonte 29, 194.462; na fonte 56, 12.000. Fonte 10: fonte  
1927 do tesouro estadual. Fonte 29: também é estadual, mas só que uma fonte de arrecadação,  
1928 significa as usinas. Elas entram aqui. E a fonte 56: vem do recurso federal, e aqui a questão do  
1929 IGDE. Bom, aqui é só uma síntese. Vocês vão ver que o quê a gente vai gastar dessa fonte, até  
1930 aumentou de ontem pra hoje. Incorporando aí mais um dia, nas plenárias descentralizadas, e  
1931 conforme já foi apresentado aqui, da oficina que ocorrerá. Junto a essas descentralizadas.  
1932 Então, tem os valores de cada um e a gente tem um saldo de 19.633 que a gente falou que nós  
1933 estamos aguardando aqui, os novos conselheiros. Porque na hora que a gente passa pra outra  
1934 planilha, inclusive aqui, da fonte 10. O forte do conselho é realmente, diárias, a gente gasta  
1935 muito com diária e passagem. Então só de plenária, a gente tem aqui, um gasto, incluídas as  
1936 descentralizadas, em relação às diárias, 64.000 e de passagem 9.600. Ta da mesa diretora está  
1937 separado. Então a gente. Depois eu vou estar encaminhando, por e-mail, pra todos os  
1938 conselheiros terem isso. Ta. Porque é melhor a gente, só pra ilustrar que a gente está  
1939 apresentando essa primeira tela. Da fonte 29, a mesma coisa. Aqui a gente separou. Só que a  
1940 gente na fonte 29 a gente gasta os recursos também da manutenção do Conselho. Que entra  
1941 condomínio, telefone, degravação de ata, luz, o aluguel de onibus pra descentralizada entra  
1942 aqui. Xerox, passagem aérea. Então esta aqui. E as outras são: as diárias para fiscalização,  
1943 viagens a usinas, URCMAS, CIB, representações aqui. Ta. Então todo mundo vai ter acesso a  
1944 esse detalhamento que nós vamos encaminhar por e-mail. É só perguntar, vai gastar tanto?  
1945 Acho que não é o importante agora. É melhor a pessoa ter isso mesmo em mãos. Então é uma  
1946 rotina, que todos os meses é aquilo que a Juanita falou. É telefone, condomínio, umas coisas  
1947 assim. Então o quê que a gente entra. A plenária a gente sabe que tem todo mês. Mas eu vou  
1948 entrar aqui, é só nas questões das capacitações, o quê que é diferente. Então só pra gente  
1949 saber, que aquilo que a gente falou anteriormente, do dia 28. A capacitação de orçamento,  
1950 entrou com um dia a mais, que entra na proposta da comissão de política. Que ela queria

1951 quatro capacitações vinculadas a plenaria. Então, uma delas seria aqui no dia 28. E já é com o  
1952 tema de orçamento. A outra entra no dia 14 de março, aí com questões da usina. Aí a gente  
1953 vai recuperar cartilha, uma série de coisas já em março. Eu separei as plenárias  
1954 descentralizadas. Vão estar mais no final. Nós vamos ter criar elaboração de um plano, até dia  
1955 31 de março. Que é monitorar as entidades conveniadas, com a SEDESE e os quatro CREAS  
1956 regional. Então determinou prazo pra isso. Comissão de normas, aquela minuta do projeto de  
1957 lei, relativa aos planos. Está aqui também como indicativo do prazo, 31 de março. Criação das  
1958 URCMAS faltantes. São duas, que vem na questão da comissão de apoio. Aqui tem a  
1959 comissão responsável. Então vocês também vão estar recebendo isso, até 31 de março.  
1960 Deliberações da conferência estadual. Aí tem uma criação do GT, de instituir. Têm outras  
1961 deliberações ta gente, aqui saiu. Na hora de juntar eu devo ter comido mosca. Criação do GT  
1962 da mesa de negociação e tratar a NOB RH. A comissão de normas, ela tem prazo então até dia  
1963 30 de junho. Depois a gente informa deliberação. Sistema de informação, monitoramento do  
1964 SUAS. Foi uma proposta que saiu daqui ontem, da comissão de apoio junto com a de normas.  
1965 Então tem a elaboração de um termo de referência, para esse sistema de informação. Sistema  
1966 eletrônico, que vai incluir toda a questão do controle social, das ações do conselho. Até 31/07.  
1967 Na comissão de apoio e normas. Discussão sobre cooperação técnica do Estado e dos  
1968 municípios. Da utilização de recursos recebidos. Foi da comissão de orçamento, até 31 de  
1969 julho. Ainda da deliberação das conferências, discussão sobre os 5% do orçamento do estado,  
1970 31 de julho. A criação do GP, conjunto com órgão gestor, para propor o ordenamento dos  
1971 quatro serviços regionalizados. E implantação de camara, Central de Vagas, em cumprimento  
1972 a resolução 366. Essa resolução foi. Hã? **Não identificado:** Nada não. **Secretária Executiva:**  
1973 Essa resolução é aquela que já foi aprovada pelo Conselho. Dando as diretrizes dos serviços.  
1974 Então em função da resolução, também tem prazo, 31 de julho, a comissão de normas.  
1975 Gravação de uma aula. Que seria aquela capacitação que já foi falada na comissão de política,  
1976 comissão de normas, orçamento e a comissão de apoio. É um CD ROM, com todos os temas  
1977 em relação à capacitação. Então vai haver essa gravação. Depois da gravação,  
1978 disponibilização pros municípios e pro site do Conselho. Vai ser também transformada em  
1979 cartilha, visando aqui, inclusive a acessibilidade. Porque tanto em meio eletrônico quanto em  
1980 papel mesmo. E aí é até 31 de julho. Pra comissão de apoio. **Conselheiro Marcelo:** É  
1981 Marcelo. Essa criação do GT conjunto com o órgão gestor pra propor da total. O prazo de 31  
1982 de julho, já é pra conclusão do trabalho do GT. Da mesma forma aquela criação do GT, pra  
1983 mesa de negociação. Por isso que é, quando estava se falando, quando as comissões estavam  
1984 apresentando as propostas. Eu entendi que tinha que deliberar sim. Porque lá em cima, quando  
1985 nós discutimos na comissão de normas, as mesas de negociação. A gente já deliberou pela sua  
1986 criação e inclusive pela indicação de nomes. E agora necessitando da SEDESE informar os  
1987 nomes, pra gente já começar a trabalhar. Ai eu penso desse GP também, a gente tem que  
1988 deliberar pra saber essa situação, pra poder o GT já começar a trabalhar. Não é? Eu entendi  
1989 que eu faria só uma apresentação pra todo mundo ter entendimento geral. E aí a mesa faria um  
1990 encaminhamento agora, de onde precisa ser recomposto, composto. Escolher conselheiro. Né.  
1991 Ta. A forma, se. Então ao final a gente decide isso. Perfeito, perfeito. **Secretária Executiva:**  
1992 Isso, só pra gente ter uma visão do todo. Porque aí as pessoas inclusive podem. Por isso que até  
1993 eu estou correndo um pouquinho, pra também não tomar muito tempo. Então, aqui com todos  
1994 os temas, a questão dessa aula, então tem o prazo até 31 de julho pra estar executando isso.  
1995 Em relação a uma outra capacitação, só para dar a resposta. Ainda não tem o tema da  
1996 capacitação, mas, de acordo com o que solicitado à comissão de política. A outra capacitação  
1997 seria dia 21 e no dia 16 de agosto. Aí sim, dividindo o espaço da comissão, e da reunião  
1998 específica da comissão, com a capacitação numa mesma quinta-feira. Os outros são ações de  
1999 prestação de contas, essas coisas que depois vocês vão ter acesso. Plenárias descentralizadas.  
2000 Em função, da oficina, que a gente. Que ontem saiu aqui. Que pra gente estar associando a



2001 oficina de capacitação às plenárias descentralizadas, nós tivemos que alterar a data da plenária  
2002 descentralizada. Por isso gerou mais despesa, em relação ao que estava previsto antes. Porque  
2003 se é mais um dia. A gente tem que começar um dia antes, porque as nossas plenárias já  
2004 estavam quinta e sexta-feira. Então nós tivemos que começar então essa oficina. Ou antes ou  
2005 depois, nós vamos definir. Mas aumentou um dia, nesse planejamento. E coloquei até a  
2006 plenária aí no final, então mudou a data dela. Depois a gente vai ter que, é só passar a ser.  
2007 Como que vai ser, metodologia dessas datas. E ficou a primeira plenária descentralizada em  
2008 Conceição do Mato Dentro. E o critério utilizado pra definição do lugar, conforme definido  
2009 ontem. Foi a questão dos municípios, das primeiras regionais, em que tenha maior número de  
2010 municípios atingidos por barragens. E em segundo momento, aquele município que é mais  
2011 atingido naquela região. Não só por barragem, em determinado momento, foi analisado como  
2012 o caso de Conceição do Mato Dentro, que também é vítima de mineradoras. Muitas. Então  
2013 por isso que ela ficou a primeira. Ta. Depois ficou a segunda descentralizada, Guanhões. A  
2014 terceira, aí nós temos que escolher. E aqui ficou três municípios, porque também foi  
2015 facultado ontem, a gente verificar aonde teria maior condição, de ter essa capacitação lá. Ou  
2016 seja, que tenha uma infra-estrutura mínima, pra que a gente possa levar essa plenária  
2017 descentralizada. E aí, foi levantado. Os municípios que estão no mesmo pé na mesma  
2018 igualdade, em relação a números, ta. Em termos de usinas. Guarani, Cataguases e Muriaé. E  
2019 na quarta, seria Caldas. Foi definido pelo número mesmo. Mas gente ainda ao longo dessa  
2020 semana, vai entrar em contato, com esses municípios, ver toda a infraestrutura, pra ver se  
2021 mantém nesses locais. E aí eu passo à mesa pra fazer os encaminhamentos. **Conselheira**  
2022 **Juanita:** Bom. Eu penso que está muito claro o nosso planejamento. Ele foi bastante,  
2023 conversado e trabalhado conosco ontem na parte da tarde. Mas se caso tenha algum  
2024 conselheiro que ainda persiste dúvida. A Consolidação pode estar tirando. A gente também que  
2025 estava aqui à tarde. Aí a gente pode, aprovar o nosso planejamento pra 2012, lembrando que  
2026 posterior a aprovação do planejamento. Nós já vamos que está incluso, a instituição dos dois  
2027 GTs. A gente já vai passar pra parte de indicação das composições dos GTs, no que diz  
2028 respeito ao CEAS. E encaminhar o ofício a SEDESE, solicitando os nomes do órgão gestor,  
2029 pra compor o GT. Algum conselheiro gostaria de tirar dúvidas, esclarecimentos, com relação  
2030 ao planejamento? Não? Marcelo tranqüilo? Consideramos aprovado? Aprovado o  
2031 planejamento de 2012, desse Conselho Estadual. Retornando então, as duas questões aqui  
2032 levantadas pelo Conselheiro Marcelo. Nós temos dois grupos de trabalho que serão instituídos  
2033 esse ano. O primeiro que tem o prazo até 31 de julho pra apresentar, o estudo, a proposta,  
2034 dessa comissão de trabalho, pra ser aprovado por esse plenário. O primeiro grupo de trabalho,  
2035 é da mesa de negociações, para os trabalhadores. Então eu penso que nós. Assim. Qual o  
2036 conselheiro? Três conselheiros do CEAS? **Conselheiro Marcelo:** Nós inclusive, quando  
2037 estávamos trabalhando a comissão de normas aqui hoje. Você antes da... Nós fizemos um  
2038 indicativo, da composição dessa mesa de negociação com a bancada dos trabalhadores. E a  
2039 bancada é composta pelo CRESS, pelo PSIND e pelo SINTIBREF. **Conselheira Juanita:**  
2040 Pois é, o Conselho Estadual, a mesa de negociação ela não pode ser só de trabalhadores. Ela  
2041 tem de ser de gestores. Hã? Por isso que eu falei antes. Esse GT vai ser formado de quantas  
2042 pessoas. Representando o CEAS, quantas pessoas representando o órgão gestor. A partir do  
2043 momento que a gente instituir o número de pessoas, a gente fala. Porque se for três pessoas,  
2044 não pode ser os três trabalhadores. Tem que ser um do COGEMAS, que vai representar o  
2045 gestor. Não é? **Conselheiro Marcelo:** Se nós entendemos, se nós entendemos que serão seis os  
2046 representantes. Não é? Nós estamos sugerindo que seja através do Conselheiro Marcelo,  
2047 através do Conselheiro Volney e através do Conselheiro Geraldo. Esta que é a proposta que  
2048 nós estamos fazendo. Se for seis, se for mais aí entram mais. **Conselheira Juanita:** Entendi.  
2049 Então esse conselho entende que será formado por seis representantes. Três do órgão gestor e  
2050 três do CEAS. Então, nós não tínhamos sugestão. Não. Então não foi conversado. Por isso que

2051 antes de indicar nomes, a primeira coisa que eu coloquei aqui. Serão quantos os membros  
2052 desse GT. Né. Porque aí a gente tem que dividir. Metade do órgão gestor e metade desse  
2053 Conselho. O Marcelo está sugerindo seis. Tem algum outro conselheiro que dá outra  
2054 sugestão? Não, tem que ser um número par, uai. Porque tem que ser paritário. Paritário. Um  
2055 grupo também muito extenso dificulta o trabalho. A gente sabe que não funciona. Podemos  
2056 fechar em seis? Então os conselheiros que estão aqui presentes. Concorde na  
2057 representatividade do Marcelo, do Volney e do Geraldo. No GT. Aprovado? OK. Então foi  
2058 deliberado por representar o GT, o CEAS no GT. Conselheiro Marcelo, Conselheiro Volney e  
2059 Conselheiro Geraldo, o presidente. E será encaminhado um ofício para a SEDESE,  
2060 informando da instituição desse GT. E que a SEDESE nomeie, as pessoas que terão assento  
2061 nesse grupo de trabalho. Bom. O segundo ponto é a instituição de um grupo de trabalho, pra  
2062 fazer cumprir a resolução 361 do CEAS, que dá as diretrizes, dos serviços regionais de média  
2063 e alta complexidade. Esclarecendo pros conselheiros que é organizar os quatro CREAS  
2064 regionais, e implantar a câmara de central de vagas. Esse GT terá um prazo até 31 de julho, de  
2065 apresentar uma proposta, juntamente com o órgão gestor, de como será feito esse trabalho.  
2066 Podemos pensar também na mesma lógica de 3 e 3. Podemos? Então que saia daqui os nomes  
2067 pra compor esse grupo de trabalho. Quem se candidata? Por causa do prazo. Eu não posso me  
2068 candidatar porque com certeza, eu terei assento pela gestão. Então. 31 de julho. A proposta.  
2069 Isso. É por causa do prazo pequeno que esse grupo vai ter pra fazer a proposta. Ana Paula,  
2070 você não se candidata não? Márcio, Ana Paula, Cristiane. Hã? Que qualquer um conselheiro  
2071 pode se candidatar. Então nós temos quatro candidatos, que é a Ana Paula, Cristiane, o Mário  
2072 e o George de Lagoa Santa. Como serão três do Conselho Social. Vocês entram num acordo  
2073 ou a gente vota. Dos representantes. Vocês entram num acordo? Está abrindo mão, George,  
2074 sem problema. OK. Então representando o CEAS nesse GT, Ana Paula do Conselho  
2075 Municipal de Belo Horizonte. Cristiane, Instituto São João Bosco. E Marcio da ASSPROM.  
2076 Também será encaminhado um ofício pra SEDESE, comunicando sobre a instituição do GT e  
2077 solicitando os nomes pra participar desse grupo de trabalho. E já a primeira reunião, pra fazer  
2078 o cronograma das atividades. Esse Conselho, inclusive no ofício já sugere ao órgão gestor, o  
2079 cronograma de reuniões. Aprovado? Bom, fechamos então. E vamos para a nossa última letra  
2080 da pauta de hoje. Que é a apresentação de relatoria. Das duas CGHs. Corrente Grande pelo  
2081 Márcio. E Santa Cleonice, por minha pessoa, representando a Guilhermina. Márcio.  
2082 **Conselheiro Márcio:** Bom, é o termo de relatoria. Vamos lá. O nome do empreendimento:  
2083 Central Geradora Hidroelétrica Corrente Grande. **Conselheira Juanita:** Conselheiros, por  
2084 favor. **Conselheiro Márcio:** Nome do empreendedor: RAY BRASIL S/A. Quem é o  
2085 responsável pela elaboração do PAS BARRAGEM é Bruno Figueiredo Menezes. Os  
2086 municípios envolvidos. Me desculpe que foi uma falha de preenchimento. Virginópolis e  
2087 Guanhães. O tipo de processo: que é relatório final de execução do PAS BARRAGEM, da  
2088 Central Geradora Hidroelétrica, de Corrente Grande. A data de recebimento do processo foi  
2089 18 de outubro e a data de entrega 12/01. Não houve diligências solicitadas. E o passo é o  
2090 contexto do PAS. Considerando a lei 12812, de 28/04/98. Alterada pela lei número 15012, de  
2091 15 de janeiro de 2004. Considerando a resolução do CEAS número 317 de 22 de julho de  
2092 2010. Que dispõe sobre o conteúdo e elaboração dos planos de assistência social para pessoas  
2093 de áreas inundadas por reservatórios. PAS BARRAGEM. Considerando a resolução  
2094 312/2010, que aprova a implantação do plano de assistência social, da CGH Corrente Grande.  
2095 Considerando a análise dos relatórios das atividades desenvolvidas de acordo com o plano de  
2096 assistência social, da CGH Corrente Grande. Aprovado pelo CEAS, por meio da resolução  
2097 312/2010. Nas vistorias efetuadas a região do empreendimento. Nos períodos de 29 a 30/11 e  
2098 12 a 14/12/2011. Quando pode se reunir informações prestadas, diretamente pelos  
2099 proprietários das áreas atingidas e durante as reuniões nos municípios de Guanhães e  
2100 Virginópolis. Com representantes dos conselhos municipais de assistência social, a prefeitura

2101 e do empreendedor. Apresento o seguinte relatório. A Central Geradora Hidroelétrica – CGH  
2102 Corrente Grande. De responsabilidade da RAY BRASIL S/A, foi instalada no curso do Rio  
2103 Corrente Grande. Entre os municípios de Gunhães e Virginópolis. Com potência instalada  
2104 prevista para gerar 1 megawatts. Para a sua construção foi afetada parte de três  
2105 estabelecimentos rurais. Sendo que uma delas, apenas pelo trecho de vazão reduzida, TVR.  
2106 Não necessitando de negociação. No plano de assistência de 2010, foram previstos: projeto de  
2107 comunicação social, projeto de negociação de terras e benfeitorias, projeto de mobilização e  
2108 demobilização da mão de obra, projeto de segurança e alerta. E instalação do posto de  
2109 atendimento social, na comunidade de São Bento, do município de Virginópolis. Conforme  
2110 análise do processo. Dos relatórios de acompanhamento, do relatório de visita técnica, foi  
2111 constatado que: 1) Programa de comunicação social. Durante o período foram realizadas  
2112 visitas domiciliares aos moradores do entorno do empreendimento, para informar sobre a  
2113 construção. Bem como o esclarecimento dos objetivos do posto de atendimento social. Ainda  
2114 reuniões para fins de articulação e fortalecimento dos trabalhos realizados com os órgãos  
2115 municipais, sindicatos, trabalhadores rurais, EMATER, entre outros. Negociação de terras e  
2116 benfeitorias. As negociações foram encerradas, e as parcelas de duas propriedades de  
2117 interesse do empreendimento. Em 2010. Antes da aprovação do plano de assistência social em  
2118 2010. As propriedades venderam 3,5 hectares do Senhor Bolívar. E 22 hectares do Sr. Joel.  
2119 De terra, para construção da usina. Entre as propriedades não há ou houve trabalhadores  
2120 permanentes. Todas, conforme entrevista com os proprietários. Manteve a produção  
2121 anteriormente realizada, mesmo depois da construção. Assim este programa foi cumprido já  
2122 em 2010. 3) Programa de mobilização e desmobilização da mão de obra. De acordo com o  
2123 cronograma de construção da CGH. O período da execução das obras, estava previsto para  
2124 nove meses e meio. Porém, o que se constatou, que a obra foi concluída em um ano. A  
2125 previsão de contratação de mão-de-obra, era de aproximadamente 50 pessoas, nos meses de  
2126 pico de produção. Conforme relatórios, e informações durante reunião com o CMAS, foram  
2127 contratados 54 pessoas, pela RAY BRASIL ENERGIA S/A, sendo a maioria da mão de obra,  
2128 não especializada, do município de Virginópolis. Sendo ainda realizada capacitação para os  
2129 operários. Conforme informação durante as reuniões do CMAS. Não houve contratações de  
2130 moradores no município de Guanhães. Que segundo o empreendedor, não ocorreu, porque  
2131 não houve candidatos interessados, devido à distância do empreendimento do município de  
2132 Gunhães. E de ser um emprego temporário. 4) Projeto de segurança e alerta. Falhou. Ele foi  
2133 concluído. Faltou. Instalação do Posto de Atendimento Social. O posto de atendimento social,  
2134 foi instalado na comunidade de São Bento. No município de Virginópolis. Com uma  
2135 assistente social. E sua implantação e execução das suas atividades ocorreram em sintonia  
2136 com os projetos da comunicação social. De mobilização e desmobilização de mão-de-obra.  
2137 No interamento do processo de terra. Ações coletivas junto à comunidade. A assistente social,  
2138 atendeu as demandas que surgiram no posto. Realizou visitas de acompanhamento, dos  
2139 proprietários e comunidade do entorno do empreendimento. Mobilizou a comunidade de São  
2140 Bento para participar de oficinas de geração de renda, dentre outras atividades. Os conselhos  
2141 de assistência social dos municípios de Virginópolis e Guanhães, habilitados na gestão básica  
2142 do SUAS. E caracterizados como de pequeno porte um. Acompanharam o desenvolvimento  
2143 das ações propostas no PAS BARRAGEM. E conforme atas das reuniões anexas. Emitiram  
2144 pareceres favoráveis, ao exposto no relatório final de execução do plano de assistência social,  
2145 da CGH Corrente Grande. Com ressalva e falta de contratação de mão de obra do município  
2146 de Gunhães. Sobre a permanência do posto de atendimento social. Após a comprovação da  
2147 implementação das ações do PAS pelo CEAS. Com o CMAS de Virginópolis e Gunhães,  
2148 sugeriu que este continue por mais seis meses, para finalizar as oficinas e realizar todos os  
2149 impactos provocados na comunidade. Ainda, considerando que não há mais procura de  
2150 moradores no local de funcionamento do posto. E o encerramento das obras de construção da

2151 usina, ficando o local isolado. Os conselhos municipais avaliaram a necessidade e a  
2152 possibilidade da assistente social, ao invés de continuar o seu trabalho, no posto da  
2153 comunidade de São Bento. Durante seis meses, após a comprovação do CEAS. Em continuar  
2154 as suas atividades, utilizando espaço da secretaria municipal de assistência social de Gunhães  
2155 e de Virginópolis. Dividindo às 30 horas semanais, de trabalho. Entre os dois municípios. 15  
2156 horas em Virginópolis e 15 horas em Gunhães. Ficando de responsabilidade do  
2157 empreendedor, disponibilizar equipamentos de escritório, computador e outros. E veículos  
2158 para a assistente social realizar o seu trabalho de visita a campo. Este acordo está devidamente  
2159 registrado na ata da reunião realizada em 13/12/2011. Sobre a contratação de moradores de  
2160 Gunhães, bem como, sobre a não contratação de Gunhães, bem como de algum distrito  
2161 vinculado ao município. O CMAS solicitou ao empreendedor, uma compensação. Este  
2162 aspecto foi muito discutido. Conforme ata anexa ao processo. Pelos conselheiros do  
2163 município de Gunhães. Assim, com a aprovação unânime, ficou decidido e concordado pelos  
2164 representantes do empreendedor presentes. Nomes na lista de presença anexa. Que o  
2165 empreendedor fará uma doação espontânea ao município de Gunhães, no valor de trinta mil  
2166 reais. Destinado a colocação da cobertura, em estrutura metálica, na futura sede do CRAS.  
2167 Mediante assinatura do termo de cooperação mútua, que será assinado entre as partes com  
2168 ciência do Ministério Público e repassado cópia ao CEAS. Enviada ao CEAS, em 12/01/2012,  
2169 declaração assinada pela secretária de assistência social do município de Guanhões, que  
2170 afirma que o termo de doação espontânea está em fase de elaboração. Esse acordo foi  
2171 construído de forma espontânea entre o empreendedor e o conselho municipal de Gunhães.  
2172 Assim cabe o acompanhamento da elaboração do termo de doação e sua respectiva conclusão  
2173 por parte do controle social local. As ações do plano de assistência social e descritas nos  
2174 relatórios, de acompanhamento e relatório final. Foram devidamente comprovadas nas visitas  
2175 realizadas nos respectivos municípios. No período de 29 a 30/11 e 12 a 14/12. Neste período  
2176 as três propriedades atingidas foram visitadas não sendo detectada nenhuma irregularidade. A  
2177 partir do exposto, e baseado nas informações descritas no processo. A Raí Brasil implementou  
2178 o proposto no plano de assistência social da CGH Corrente Grande. Concluindo como  
2179 disposto na resolução CEAS 317/2010. E que a execução das horas de trabalho da assistente  
2180 social, do posto de atendimento social, sejam realizadas nos municípios de Congonhas e  
2181 Virginópolis, conforme acordo construído por período de mais seis meses. A contar da  
2182 aprovação da implementação do PAS, pelo CEAS-MG. **Conselheira Juanita:** Em discussão,  
2183 senhores conselheiros. Se caso persistir alguma dúvida com relação a relatoria. Conselheiro  
2184 Volney. **Conselheiro Volney:** Vonei, PSIND. Eu gostaria de saber, porque que no PAS, não  
2185 houve a contratação do psicólogo e apenas da assistente social. A outra dúvida minha, é o  
2186 seguinte: esse acordo feito com a prefeitura aí, na doação de R\$30.000,00, pra fazer uma  
2187 estrutura metálica neste posto. No CRAS. Imagino eu que uma estrutura metálica de 30 mil  
2188 reais, o tamanho desse CRAS, que área que é esse CRAS, porque eu conheço um pouco de  
2189 construção, eu estou achando um valor muito elevado para essa estrutura física desse CRAS,  
2190 de 30 mil reais. Então eu queria esclarecimentos. **Conselheiro George:** Em relação a primeira  
2191 pergunta, referente a contratação de psicólogo, eu teria que estar procurando no processo,  
2192 maiores informações nesse sentido. A Rosa pode me esclarecer isso, por favor. **Técnica**  
2193 **Rosalice:** Bom, sobre o processo da CGH Corrente Grande, em relação à equipe do posto. Foi  
2194 deliberado, como não haveria impactos sociais em relação. Abrindo o número de  
2195 propriedades, eram três propriedades sendo que uma era só trecho de vazão reduzido. Com  
2196 isso na época, a análise que o CEAS fez, então não houve a necessidade de dois profissionais.  
2197 E sim o assistente social que estaria atendendo as demandas em relação a essas duas  
2198 propriedades e interlocução entre o órgão gestor municipal. Como foi realizado e houve uma  
2199 parceria positiva. Em relação ao município. Sobre a construção, foi o conselho municipal, os  
2200 conselheiros sugeriram o valor de R\$ 30.000,00. E pra compensar a contratação da mão-de-

2201 obra de Guanhães que, segundo as informações do empreendedor, não houve o interesse das  
2202 pessoas, porque realmente é longe de Gunhães, a obra. E eles teriam que ir e voltar todos os  
2203 dias pra suas casas, não houve interesse. Mas, assim mesmo, Gunhães quis uma compensação.  
2204 E eles citaram o valor de trinta mil e o empreendedor aceitou os trinta mil, conforme está nas  
2205 atas da reunião. Então, eu não vou, eu não tenho condição de entrar no mérito da construção,  
2206 em valor de uma construção. **Conselheiro George:** É importante, esclarecer, esse ponto  
2207 realmente não foi objeto de contestação por parte do CEAS. Ta. Porque foi um acordo que foi  
2208 construído espontaneamente entre o Conselho Municipal e o empreendedor. Não cabe a  
2209 gente, estipular esse valor. Por isso que a gente se sentiu muito confortável, em não estar  
2210 promovendo esse tipo de discussão, internamente na reunião. **Conselheira Juanita:** Quando  
2211 o CEAS estava juntamente com essa reunião lá no CRAS, lá com o Conselho Municipal, com  
2212 o empreendedor e com o gestor. O CEAS verificou se o CRAS é alugado. Ou se poderia se  
2213 fazer outra melhoria no equipamento, a não ser essa construção, que o Volney, por ele  
2214 entender, ele está achando muito dispendiosa? **Técnica Rosalice:** Olha, o CRAS está sendo  
2215 construído. E o que faltava na época, isso foi em dezembro, era realmente essa cobertura, que  
2216 é num espaço onde eles podem estar realizando outras atividades. Então na época faltava essa  
2217 cobertura. **Conselheira Juanita:** OK. OK. **Conselheiro George:** É importante esclarecer  
2218 também, que este termo de doação espontânea, ele está sendo construído junto com o  
2219 ministério público do município. Então está sendo registrado, pactuado. Então está sendo tudo  
2220 bem transparente nesse processo dessa transferência, dessa doação espontânea. **Conselheira**  
2221 **Juanita:** Esclarecido conselheiro? Mais algum questionamento? Não. Bom, então  
2222 conselheiros, esclarecidos, estamos aptos a votar. Como tem que ser nominal. Juanita, com o  
2223 relator. **Conselheiro Marcelo:** Marcelo, com o relator. **Conselheira Ana Paula:** Ana Paula,  
2224 com o relator. **Conselheira Cristiane:** Cristiane, com o relator. **Conselheiro Mauro:** Mauro,  
2225 com o relator. **Conselheira Maria de Lourdes:** Maria de Lourdes, com o relator.  
2226 **Conselheira Edir:** Edir, com o relator. **Conselheiro Júlio:** Júlio, com o relator. **Conselheiro**  
2227 **George:** George, com o relator. **Conselheira Nívia:** Nívea, com o relator. **Conselheira**  
2228 **Juanita:** Aprovado então. Bom, e o nosso último ponto de pauta é com relação a relatoria. O  
2229 termo de relatoria, que quem realizou esse termo de relatoria foi a nossa Conselheira  
2230 Guilhermina Catarina Teixeira Torga. Que por motivo de ausência desse Conselho, de férias.  
2231 Eu vou fazer a leitura da relatoria dela. E caso tenha alguma dúvida dos conselheiros, eu vou  
2232 pedir a Rosa que faça os esclarecimentos. Bom. Esse termo de relatoria é pra aprovação do  
2233 plano de assistência social. O empreendimento é Central Geradora Hidroelétrica Santa  
2234 Cleonice. O empreendedor é Energes do Brasil Produção de Energia Ltda. O responsável pela  
2235 elaboração do plano de assistência social, JP Pádua Condutores Elétricos Ltda. O município  
2236 envolvido é somente Guaranésia. O tipo de processo é apreciação do PAS, para comprovação  
2237 de implementação. Apreciação do PAS, esse processo deu recebimento aqui no CEAS, dia 05  
2238 de outubro de 2011. E foi solicitado, complementação de documento, que chegou dia 25/11.  
2239 Não foi solicitado diligência. Por este Conselho. Bom, de acordo com a fundamentação do  
2240 parecer da nossa conselheira Guilhermina, o parecer dela foi fundamentado, na legislação  
2241 disponível para barragem. Como a lei estadual, a resolução do CEAS a lei federal, a LOAS. A  
2242 lei do estado e ainda a política nacional de assistência. No PAS consta o diagnóstico do  
2243 município de Guaranésia. Que está habilitado na gestão inicial do sistema único de  
2244 assistência. A visita técnica in-loco da técnica desse CEAS ocorreu de 05 a 07 de dezembro.  
2245 Dia 05 de dezembro, às 16 horas. 2010? Deve ser 2011, não é Rosa? É. No dia 05 de  
2246 dezembro de 2011, à quatro horas, aconteceu uma reunião no CRAS, com representantes,  
2247 governamentais e não-governamentais, do CMAS, Secretaria Municipal de Assistência,  
2248 representantes do empreendedor e a técnica do CEAS. Conforme ata que está no processo.  
2249 Lista de presença, de descrição nos quadros 2 e 5 desta análise. A visita ao local do  
2250 empreendimento, ocorreu no dia 06 de dezembro de 2011, e está registrada em fotos, e

2251 acompanha pela presidente do Conselho Municipal de Assistência, pela sua secretária  
2252 executiva e duas conselheiras de Guaranésia. Que após a minha relatoria, a gente vai ver  
2253 alguma das fotos. Destaca-se que a CGH Santa Cleonice, reativará a antiga usina desativada  
2254 no Rio Canoas, que até 1948, supriu o município de Guaranésia e Guaxupé. Que situa-se a oito  
2255 quilômetros da sede do município de Guaranésia. Sua reativação prevê a geração de 800  
2256 quilowatts, e já possui uma área inundada de três mil de 3.6576 amperes, que será ligada à  
2257 rede da CEMIG. Da antiga usina, será reutilizado o barramento, o canal de adução e o  
2258 reservatório, que está restrito à calha do rio. Foi implantada, uma nova casa de força, com  
2259 equipamentos mais atualizados. A antiga casa de força será reformada para um projeto  
2260 educativo. Com as escolas de Guaranésia e Guaxupé. Não haverá estabelecimentos rurais  
2261 afetados, tendo em vista que o empreendedor adquiriu em 2002, toda a área de inserção do  
2262 empreendimento. Vale ressaltar, conforme informações do PAS e confirmada durante a visita  
2263 técnica. Que não haverá aumento do lago, ou outro procedimento que demonstre a  
2264 necessidade de adquirir mais áreas no entorno do empreendimento. Não haverá relocação de  
2265 famílias, direta ou indiretamente atingidas. A mão de obra prevista, quatorze. Sendo, cinco  
2266 serventes de pedreiro, dois pedreiros, um mestre de obras, um engenheiro civil, um  
2267 engenheiro agrônomo, um biólogo, um geólogo, um arqueólogo e uma assistente social.  
2268 Destes, foram contratados oito trabalhadores, residentes nos municípios de Guaranésia e  
2269 Guaxupé. Cidade vizinha ao empreendimento. Todos eles desenvolveram trabalho durante a  
2270 reativação, com registro na carteira de trabalho profissional, com renda mensal no valor de  
2271 600 a 900 reais mês. A obra tem uma previsão de acontecer em seis a nove meses. Os  
2272 impactos, durante a reunião ocorrida no dias 05/12 com o Conselho de Guaranésia, os  
2273 representantes do Conselho informaram sobre os aspectos positivos, para a reativação da  
2274 usina. Antes da sua reativação, o local estava abandonado, tornando-se ponto de uso de drogas  
2275 e local onde as crianças da região, iam nadar na cachoeira. Correndo risco de acidentes. Com  
2276 a reativação não há mais esses perigos, devido à segurança. Também o empreendedor,  
2277 informou durante a reunião. Sr. João Manoel que há um projeto de reformar a casa de força de  
2278 1913. Que ainda está na área da usina, para trabalhos educativos, com as escolas de Guaxupé  
2279 e Guaranésia. O projeto prevê a instalação de um pequeno museu, que mostra a história da  
2280 geração de energia, na região, para crianças e adolescentes. Aqui, a conselheira faz uma  
2281 descrição do impacto social, com ação para potencializar, ou minimizar, ou erradicar o  
2282 impacto. Qual que é o impacto? Incersão de um novo agente. O empreendimento, indústria de  
2283 energia na sociedade local. A ação prevista para minimizar esse impacto. Segundo os  
2284 conselheiros, foi positiva a reativação da usina. Que traz mais segurança à área que já está  
2285 instalada no empreendimento. O segundo possível impacto: oferta de emprego e contratação  
2286 de mão de obra. A ação prevista houveram quatorze pessoas contratadas da região, sendo que  
2287 duas continuam trabalhando, quando do início da geração de energia. Aqui eu acho que  
2288 também teve um pequeno problema, da região foram oito pessoas contratadas. Não é isso  
2289 Rosa? Então eu peço pra corrigir. O terceiro provável impacto é o aumento do fluxo de  
2290 veículos. A ação. Não foi percebido fluxo de veículos na região. Visto que o empreendimento  
2291 fica a oito quilômetros da sede de Guaranésia. E não há residências próximas ao local da  
2292 usina, que funcionou até 1948, no mesmo lugar. Quarto provável impacto. Geração de energia  
2293 e de impostos. Aí a ação é positiva. O quinto, atração indireta à população. Indireta de  
2294 população. Não haverá, não houve fluxo migratório. É o parecer da Conselheira Guilhermina  
2295 é para aprovação do plano de assistência social da Central Hidroelétrica Santa Cleonice. Em  
2296 discussão. Ah, antes da discussão eu gostaria de pedir a Rosa pra que coloque algumas fotos,  
2297 da visita que aconteceu por esse CEAS. **Técnica Rosalice:** Essa usina, ela tem uma  
2298 característica diferente das que a gente acompanha, porque ela. O impacto que ela tinha que  
2299 provocar, aconteceu em 1913. Essa propriedade toda, onde foi construída a usina. Antes da  
2300 construção, era da família Páscoa. Que é hoje a atual proprietária. Então quando parou eles

2301 compraram de novo a propriedade, conseguiram manter essa propriedade da forma que estava  
2302 desde 1948. A única coisa, isso aqui já era da antiga usina, que é a casa de força, de lado. Esse  
2303 é o rio que vai gerar a energia. Esse é o rio, não tem modificação nenhuma no fluxo do rio.  
2304 Essa canalização, que é o local onde leva a água até o barramento. Que eles chamam de  
2305 barramento continua o mesmo desde 1948. Essa área toda aqui continua a mesma coisa desde  
2306 1948. Essa até a gente tirou uma foto da fachada da antiga de força. Que vai ser construída,  
2307 vai ser reformada pra ser tipo um museu, lá na região. Essa é a única queda de água do rio.  
2308 Essa é a nova casa de força. Que foi construída numa área que já existe dentro do local. É a  
2309 única construção, porque, eles tiveram que trazer equipamentos novos. Pra a geração dessa  
2310 energia. Aqui é o equipamento, que a única coisa que construíram novas. O restante, tudo é da  
2311 usina de 1948. Eles só pintaram e tal. Mas tudo continua como parou em 1948. E segundo os  
2312 próprios conselheiros lá de Guaranésia. Essa reativação dessa usina, já era um desejo da  
2313 cidade realmente. Esse proprietário, que é um dos. Que Guaranésia, não sei se vocês  
2314 conhecem um pouco da história de Guaranésia. Lá tem muito lustre, então ele é proprietário  
2315 de uma das indústrias de Guaranésia. Que era um desejo dele, que essa indústria foi do avô  
2316 dele. Então ele só adquiriu o bem que era já da família. E não tem nada de mais esse  
2317 empreendimento. **Conselheira Juanita:** Obrigada, Rosa. Algum esclarecimento, pros  
2318 conselheiros? **Conselheiro Volney:** Ô Rosa. O porquê da figura do  
2319 arqueólogo. E a figura do biólogo, nesse projeto aí. **Técnica Rosalice:** Qualquer usina  
2320 hidroelétrica, você tem que estar contratando essa mão de obra especializada, que por sinal,  
2321 quando falou quatorze Juanita. É porque realmente foi de Guaranésia. Lá tinha essa mão de  
2322 obra especializada. E o proprietário, ele decidiu deixar todo mundo de lá mesmo. Mas toda  
2323 usina hidroelétrica, tem que ter esses profissionais pra questão de verificação terra, peixe, é  
2324 pedra. Então tem que ter esses profissionais especializados pra fazer avaliação desses...  
2325 **Conselheira Juanita:** Ô **Conselheiro Volney:** É porque esses profissionais não são para o  
2326 posto de atendimento. É para o empreendimento. **Técnica Rosalice:** Eles só deram o total de  
2327 pessoas contratadas para todo o empreendimento. Porque geólogo, engenheiro civil, biólogo,  
2328 assistente social e a mão de obra não especializada. São os profissionais comuns. Só que nos  
2329 outros empreendimentos não aparece, porque são assim. 10 biólogos, 20 geólogos, 30  
2330 engenheiros civis, e nessa não, foi indicada. É ele é o menor que nós já conhecemos aqui  
2331 dentro desse CEAS. **Conselheiro Volney:** Sítio arqueológico, na região lá, Rosa? Não.  
2332 **Conselheira Juanita:** Não. OK. Esclarecido conselheiro Vonei? Mais algum esclarecimento?  
2333 Não. Esclarecidos, os conselheiros agora vão dar início a votação para aprovação do PAS.  
2334 Consolação, eu voto como Juanita? Que eu fiz a relatoria da. Eu segui o parecer da  
2335 conselheira. Juanita com a relatora. **Conselheiro Marcelo:** Marcelo, com a relatora.  
2336 **Conselheira Ana Paula:** Ana Paula, com a relatora. **Conselheira Cristiane:** Cristiane, com a  
2337 relatora. **Conselheiro Mauro:** Mauro, com o relator. **Conselheira M<sup>a</sup> de Lourdes:** Maria de  
2338 Lourdes, com relator. **Conselheira Edir:** Edir, com a relatora. **Conselheira Edma:** Edma,  
2339 com a relatora. **Conselheiro Márcio:** Márcio, com a relatora. **Conselheiro Júlio:** Júlio, com a  
2340 relatora. **Conselheiro George:** George, com a relatora. **Conselheira Juanita:** Bom,  
2341 finalizamos os processos de relatoria. Nós ainda temos um último ponto de pauta. Que sobre,  
2342 não está aqui. Mas foi lembrado por nosso Conselheiro Marcelo. Mas eu gostaria de  
2343 interromper. E para registrar e dar as boas vindas aos representantes do Governo de Acre, a  
2344 este CEAS. Apresenta-los aos conselheiros. Nós estamos numa reunião ordinária plenária,  
2345 desse Conselho Estadual, que acontece mensalmente. E a SEDESE, recebeu a visita da  
2346 comitiva do Acre. Pra conhecer, a gestão da política estadual de assistência social. E dentro  
2347 do cronograma da visita, do Governo do Estado. Eles quiseram conhecer o CEAS, vieram  
2348 aqui nos fazer uma visita. Então esse Conselho Estadual, sente-se muito honrado em receber a  
2349 visita de vocês. Nós aqui, na parte da manhã estávamos com uma plenária extremamente  
2350 abarrotada. Por causa dos nossos processos de usinas, eles são bastante polêmicos. Então

2351 agora já é uma parte mais tranqüila. E hoje, mais especificamente, a nossa plenária vai  
2352 terminar, quase que nunca acontece esse horário. Então eu gostaria de dar as boas vindas, e se  
2353 vocês quiserem falar alguma coisa. Fiquem à vontade. A secretária. O secretário? Fique aqui  
2354 conosco secretário, por favor. **Antônio Torres – visitante do Acre:** Boa tarde gente. Primeiro  
2355 eu gostaria de apresentar a equipe que está aqui comigo. Esta é a Bernadete, inclusive é daqui  
2356 de Belo Horizonte, e ela é a Chefe lá do, a transferência de renda. Temos também o Davilson.  
2357 O Davilson é o nosso diretor executivo da SEDES, que é a Secretaria de Desenvolvimento  
2358 Social. E eu sou o Antônio Torres, o Secretário de Desenvolvimento Social. Então nós,  
2359 fizemos essa agenda, aqui com toda a equipe da SEDESE. E também com a da SEDES. E foi  
2360 uma alegria até saber que tem uma sigla semelhante à nossa. Pra que a gente pudesse partilhar  
2361 um pouco das experiências que vocês já têm. Principalmente no que diz respeito ao  
2362 enfrentamento, a delação, as conseqüências e também na prevenção. Então como estamos lá  
2363 construindo, montando um plano de ação, pra apresentar ao governador. Queríamos conhecer  
2364 a maior das experiências do país. Que realmente, pelo que a gente tem levantado, é realmente  
2365 aqui de Belo Horizonte. E ficamos muito gratos com a acolhida, como o acolhimento. E  
2366 principalmente, ficamos felizes em saber, dessa articulação, dessa intersectorialidade muito  
2367 forte. Tanto entre os conselhos, como também entre as Secretarias, e entre as políticas de  
2368 governo. É isso que geralmente gera bons resultados. E agradecemos mais uma vez, a  
2369 acolhida, a atenção e desejamos a todos também, um excelente trabalho. **Conselheira Nívia:**  
2370 Boa tarde a todos. cheguei um pouco atrasada. Em função da gente estar lá em reunião com a  
2371 comitiva do Acre. Eu queria só esclarecer pra este Conselho, que na parte da manhã nós  
2372 tivemos em reunião. Toda a secretaria, o secretário, a subsecretária, apresentando os  
2373 trabalhos, os programas e o organograma da secretaria. Pra comitiva do Acre. E o interessante  
2374 que o Secretário nos disse que ele escolheu Minas, pela boa referência que tem. Pela  
2375 referência positiva. Não é Torres? A nível de Brasil, nos avanços da política de assistência  
2376 social. Isso nos deixa muito honrados. Muito felizes. E ele concluiu que na conferência  
2377 nacional, ele percebeu uma participação muito forte dos representantes de Minas. Ele falou  
2378 que pra todo lado que ele ia, tinha um mineiro se destacando lá, nas falas. E queria reforçar  
2379 aqui. Ta Torres, aqui é o Conselho Estadual, fazemos parte pela Secretaria de  
2380 Desenvolvimento Social, eu a Juanita, que é a superintendente de assistência social. A Edma,  
2381 que é diretora, lá da diretoria de gestão do SUAS. Temos outros suplentes que não estão aqui.  
2382 E temos representação de diversas outras secretarias de estado também. Juntamente com a  
2383 representação não governamental. Que esse ano foi escolhido na conferência estadual de  
2384 assistência social de uma forma assim, inédita. Né Consolação? Pela primeira vez, foi uma  
2385 experiência, nova e muita possitiva, pra gente. Com acompanhamento do ministério público.  
2386 E então assim, a gente está com uma composição nova, da representação não governamental.  
2387 Temos alguns conselheiros, tem um conselheiro que hoje é a primeira vez. Né, Mauro.  
2388 Primeira plenária que ele participa. Ele já esta substituindo uma outra representante da... Ele é  
2389 de comunidade Quilombola. E o Torres nos disse, de manhã, na reunião, que lá no Acre, eles  
2390 não têm comunidade Quilombola. Lá a predominância é de comunidade indígena. Então tem  
2391 uma característica bem diferente do nosso Estado. Que tem os indígenas, mas mais  
2392 quilombola. E aí já trocamos assim, muitas figurinhas de manhã. Ontem eles estiveram com a  
2393 Secretária de Defesa Social, conhecendo o programa Aliança pela Vida. E as outras ações da  
2394 secretaria. E hoje eles ficaram por conta de estar conhecendo o Desenvolvimento Social.  
2395 Daqui eles vão pro CERNA, da Subsecretaria de Direitos Humanos. Que é o Centro de  
2396 Atendimento à Mulher vítima de violência. E aí eu queria só fechar, agradecendo a  
2397 participação de vocês, a visita, aqui no nosso Estado. E nos colocar a disposição, ta, pro que  
2398 for necessário daqui pra frente. **Conselheira Juanita:** Bom. O nosso presidente, Torres, ele  
2399 teve que ausentar, agora na parte da tarde. Ele foi fazer uma visita a trabalho. Uma viagem, a  
2400 trabalho. E como você veio conhecer a experiência mineira da gestão. Eu acho que nós temos



2401 que apresentar a experiência mineira no controle social. Que é também muito positiva. Nós  
2402 temos uma situação atípica no Estado, que é diferente, dos outros controles sociais, do sistema  
2403 único de assistência. Aqui, pelo nosso tamanho, do nosso território. A gente teve que articular  
2404 as instituições, de uniões regionais de conselhos municipais, as URCMAS. Que são em 18  
2405 regiões no estado. É que nos dá um aporte e um suporte, pra gente chegar a todos os 853  
2406 conselhos municipais de assistência. Então assim, inclusive a eleição na nossa conferência  
2407 estadual, da sociedade civil. A elegibilidade para se candidatar a vaga aqui no Conselho, foi por  
2408 meio das uniões de conselho. Isso é um meio de reforçar e valorizar essas uniões de conselho.  
2409 Nós temos aqui no CEAS, quatro comissões, uma delas é de apoio. Que é responsável por  
2410 apoiar o funcionamento dessas URCMAS. E nós temos uma outra situação atípica também,  
2411 que nós somos legítimos, por meio da constituição estadual, e por meio de lei estadual. A  
2412 aprovar os planos de assistência social, quando da construção de um empreendimento  
2413 hidroelétrico. O empreendedor quando ele vai construir, fazer uma usina no Estado. E tem que  
2414 apresentar a este Conselho, um plano estadual de assistência social. Onde desse plano, tem  
2415 todas as ações que vão minimizar os impactos aquela população atingida. Ne. Então nós  
2416 temos instituído aqui, processos, nós temos conselheiros que são relatores desses processos. A  
2417 partir do momento que a gente aprova o plano de assistência, é que é possível outra  
2418 instituição, que é a SUPRAM, conceder a licença para implantação da usina, ou a licença de  
2419 operação. Então assim, nós sabemos que na federação, Minas é o único estado que tem essa  
2420 prerrogativa. E o Conselho Estadual é quem faz esse acompanhamento e a aprovação desses  
2421 planos de assistência. E, além disso, hoje nós passamos por uma situação atípica. A gente está  
2422 reunido aqui desde ontem de manhã, desde ontem às nove horas da manhã. Então hoje a gente  
2423 aprovou o nosso planejamento pra 2012. E nesse planejamento, só pra você ter uma idéia, do  
2424 avanço que é esse Conselho Estadual. A gente nesse planejamento desse ano. A gente já  
2425 estabelece o que é de cada comissão. Monitorar as deliberações da conferência, que vão pro  
2426 órgão gestor. Esse trimestre a gente está recebendo o plano pluri-anual de ação da assistência  
2427 social. Onde a gente, com certeza, vai estar lá às deliberações. E qual comissão vai ser  
2428 responsável por monitorar cada execução das deliberações. Além disso, foi instituído aqui  
2429 hoje, a criação de dois GTs. Um para instituir a mesa de negociação, dos trabalhadores. Que  
2430 nós não temos ainda a notícia, de nenhum estado que criou o seu grupo de trabalho, somente  
2431 em âmbito nacional. Então a gente. Minas, eu acho que também foi o primeiro conselho que  
2432 instituiu o seu grupo de trabalho. Que vai fazer parte dessa mesa de negociação, onde vai  
2433 constar nesse GT. Três representantes do Conselho e três representantes do gestor. E o outro  
2434 grupo de trabalho. Que esse Conselho o ano passado, aprovou uma resolução, que dá as  
2435 diretrizes pro Estado, organizar os serviços regionalizados de média e alta complexidade. Que  
2436 a gente sabe que isso ainda é um gargalo no SUAS. Na básica a gente avançou muito. Mas a  
2437 especial de média e alta complexidade, a gente está engatinhando. Então foi instituído hoje  
2438 também, um grupo de trabalho, conjunto com o órgão gestor. Para propor uma ação junto com  
2439 o órgão gestor de como que vai ser organizado os quatro CREAS regionais que existe no  
2440 estado. E ainda uma câmara de central de vagas para alta complexidade. Então, assim. A  
2441 gente tem certeza que o nosso gestor é forte, porque esse Conselho também o é. Não é isso  
2442 conselheiros? Algum conselheiro gostaria de perguntar. Marcelo? Porque a gente recebe  
2443 visitas ilustres muito raramente. Então eu tenho que dar oportunidade aos nossos conselheiros  
2444 para perguntar. **Conselheiro Marcelo:** É só pra cumprimentar o nosso Secretário. E também  
2445 dizer que o Conselho Estadual de Minas Gerais, hoje. Ele está na presidência do Fórum  
2446 Nacional de Conselhos Estaduais, que é o FONACEAS. E esse FONACEAS, quando ele foi  
2447 criado, tinha a participação do CEAS do Acre. Na pessoa do Carlos. E parece-me que o Acre  
2448 não está, não. Então, a gente, enquanto o CEAS de Minas na presidência. A gente conclama o  
2449 nosso secretário pra que o CEAS do Acre, possa também participar. Lá do. Somar com a  
2450 gente, lá nas discussões nacionais, no que diz respeito ao controle social. Então a gente

2451 também, deseja a boas vindas ao senhor. **Conselheiro Márcio:** Boa tarde. Boa tarde a todos.  
2452 É importante também colocar, que esse Conselho, tem essa credibilidade, conforme foi  
2453 colocado. E nós temos aqui, os conselheiros, uma excelente assessoria aqui da nossa  
2454 secretaria executiva. Isso é muito importante, para que a ação do Conselho, ela tenha essa, boa  
2455 atividade. Então a estrutura que dá o suporte aos conselheiros, ela é extremamente eficiente,  
2456 pra que a gente consiga avançar na implementação da política e na gestão do SUAS. Isso é  
2457 muito importante. **Conselheira Juanita:** Mais alguém? Não. Então tá. Vocês continuam  
2458 conosco, a gente já está finalizando a plenária. Ah vocês vão pro CEDCA? **Visitante:**  
2459 Aproveitar a oportunidade, e fazer duas observações. Três alíás. Agora como teve uma  
2460 terceira aqui. Numa é que desde o início da gestão, o que nós temos procurado é realmente  
2461 fortalecer, realmente a relação com os Conselhos. Que de uma certa forma, a gente sentia que  
2462 havia na nossa representação, quando você menciona a presença da secretária, realmente isso  
2463 é um sinal de que a gestão pública tem a preocupação e o cuidado com que os conselhos  
2464 tenham e cumpram com o seu papel. A segunda coisa, eu realmente percebi, me chamou  
2465 atenção, quando eu vi vocês deliberando aqui algo que eu nunca tinha visto. Honestamente.  
2466 Realmente vai ter ali uma implantação de uma usina, e o Conselho está ali decidindo,  
2467 concordamos ou não. Então isso aqui, é realmente, é uma prerrogativa muito importante. E a  
2468 terceira questão, fica o compromisso, realmente de charmarmos a atenção e cobramos ainda  
2469 mais, a questão do Conselho, pra que essa representação se faça, porque é fundamental.  
2470 Realmente, a gente estar em todas as instâncias, porque aquilo que a gestão pública, que o  
2471 gestor público realiza é aquilo que a comunidade espera, ou deveria esperar. Então se não  
2472 houver esse diálogo e essa participação intensiva em todos os setores, a gente acaba perdendo.  
2473 E quem perde ainda mais é a sociedade como tal. Então gente, mais uma vez, muito obrigado  
2474 pelo carinho, pela atenção. E parabéns, mais uma vez também, pelo trabalho de vocês.  
2475 **Conselheira Juanita:** Obrigado. Muito obrigado pela visita. Viu. Sejam bem vindos.  
2476 **Visitante:** Tchau gente. **Conselheira Juanita:** Bom, senhores conselheiros. Voltando a nossa  
2477 última pauta. Eu vou passar pro Marcelo, pra ele fazer uma proposta de encaminhamento, pra  
2478 que seja votado aqui antes do encerramento dessa plenária de hoje. **Conselheiro Marcelo:**  
2479 Bom conselheiros. Eu quero voltar lá na conferência estadual. Quando a gente coordenava a  
2480 plenária final. Eu lembro de solicitações, pra que aquelas deliberações da conferência  
2481 estadual, elas chegassem até os participantes. E em cima disso. Ontem na reunião que nós  
2482 tivemos lá no CRESS. Alguns conselheiros me perguntaram se o conselho estadual já havia  
2483 feito a resolução que tratasse dessa deliberação. Ne, das propostas. Isso tudo porque o  
2484 Conselho Nacional encaminhou pra quase todo mundo. Então todo mundo tem essas  
2485 deliberações. E conversando com Consolação, parece-me que foi a primeira vez também, que  
2486 o Conselho Nacional, fez uma resolução dando publicidade às deliberações. Eu acho que isso  
2487 foi muito interessante e penso que nós também, poderíamos fazer uma resolução, aprovando  
2488 as. Aprovando não. Apresentando, dando publicidade as deliberações da conferência estadual.  
2489 Então é essa que é a proposta pra deliberação. **Conselheira Juanita:** Algum esclarecimento?  
2490 Só pra dar um esclarecimento para os conselheiros. O que nós temos, o que foi trazido aqui. É  
2491 a avaliação da conferência. E o relatório geral da conferência que foi encaminhado para o  
2492 CMAS, quando da realização da conferência nacional, e foi disponibilizado no nosso site.  
2493 Então foi feita a transparência das deliberações. Mas eu acho que está correto. Podemos  
2494 deliberar pela resolução, apresentando as deliberações? E encaminhar pros conselhos  
2495 municipais. Aprovado. Bom, eu gostaria de encerrar essa plenária. Agradecer a participação  
2496 de todos. E um bom retorno. Até o próximo mês. Nada mais havendo, encerrou-se a presente  
2497 ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.